

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS CORDEIRO

**REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA PÓS-COLONIAL EM *A
RESPOSTA* (2015) DE KATHRYN STOCKETT.**

MARINGÁ – PR
2017

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS CORDEIRO

**REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA PÓS-COLONIAL EM A
RESPOSTA (2015) DE KATHRYN STOCKETT.**

Dissertação apresentada ao Curso e Pós-graduação (Mestrado) em Letras, da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM), como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Literatura e formação de identidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alba Krishna Topan Feldman.

MARINGÁ – PR
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

C794r Cordeiro, Luiz Henrique dos Santos
Representações de identidade e resistência pós-colonial em A Resposta (2015) de Kathryn Stockett / Luiz Henrique dos Santos Cordeiro. -- Maringá, 2017. 152 f. : tabs.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alba Krishna Topan Feldman.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017.

1. Stockett, Kathryn, 1969 - A Resposta - Análise crítica. 2. Mulheres - Terceiro mundo - Identidade. 3. Mulheres - Terceiro mundo - Resistência. 4. Mulheres negras - Segregação. I. Feldman, Alba Krishna Topan, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 21.ed. 801.95

AMMA-003421

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS CORDEIRO

**REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA PÓS-COLONIAL EM A
RESPOSTA (2015) DE KATHRYN STOCKETT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Literários.**

Aprovado em 27 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a Alba Krishna Topan Feldman
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof^a Dr^a Vera Helena Gomes Wielewickska
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof^a Dr^a Maria Carolina de Godoy
Universidade Estadual de Londrina – UEL/ Londrina-PR

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Alba, pelas orientações, amizade, paciência, dedicação e constante auxílio durante o período de estudo. Obrigado por acreditar em mim.

À tia Jonildes, que sempre me motivou a aprender e, sequencialmente, a transmitir conhecimentos.

Agradeço à minha família, por compreender o quão importante são os estudos para mim. Vocês são minha base. Obrigado.

Fico imensamente honrado pela amizade de meus colegas de mestrado. Além de períodos como congressos e apresentações, vocês conseguiram me cativar. Muito obrigado ao Luiz Sérgio e Veena, Suellen, Valéria, Vanessa, Michelle, Ana Lúcia e Sula.

Aos colegas do grupo de estudo, muito obrigado pelas contribuições e apontamentos.

Aos professores da graduação, Wilson, Mônica, Deborah, Edcleia e Wilma, por demonstrarem o que significa o amor à educação. Vocês me motivaram..

E obrigado a todos e todas que estiveram comigo neste tempo.

Gratidão eterna.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.
(Martin Luther King Jr.)

“Sou pobre, sou preta, posso ser feia e não sei fazer comida, - diz uma voz para tudo o que tem ouvidos. Mas estou aqui”.
(Alice Walker, A cor púrpura)

RESUMO

O romance *A resposta* (2015), de Kathryn Stockett, narra a história de uma sociedade no sul dos Estados Unidos por meio da visão de três protagonistas, Aibileen, Minny e Skeeter. Todas elas são responsáveis pela criação de uma obra metaficcional, chamada *Ajuda*, na qual as personagens expõem suas frustrações e sentimentos para a sociedade branca racista. A autora, nascida em um contexto racista na década de 1960, escreveu a obra para homenagear sua empregada e quis problematizar o ponto de vista da sociedade negra norte-americana em um período de segregação racial. A obra *A resposta* teve recepção ambígua, recebendo críticas por pesquisadores e pela mídia, principalmente depois do filme adaptado, *Histórias cruzadas*, pois colocou em relevância o status do negro na sociedade americana atual, assim como o papel histórico da sociedade branca durante os anos 1960. O objetivo da presente dissertação é identificar as identidades das protagonistas e as resistências de cunho pós-colonial, sofridas por elas. A pesquisa está dividida em quatro capítulos que identificam, primeiro, as motivações da autora para a escrita da narrativa e, segundo, por análises de situações racistas na obra e suas origens. Em seguida estudamos como a identidade de sujeitos femininos, pertencentes ao terceiro mundo é construída e, na última parte, abordamos como a resistência pós-colonial é trazida teoricamente e analisada na obra. Para delimitação de pesquisa, analisamos as personagens de forma separada, colocando em evidência os aspectos formadores de cada uma das análises propostas em cada capítulo. Entendemos, ao final do trabalho, que a resistência, ocorrida de forma escrita, com a criação da obra *Ajuda*, é a principal forma de afirmação de liberdade por parte das protagonistas, e por meio do livro há a demonstração de outras formas de resistência.

Palavras-chave: Kathryn Stockett; Identidade; Resistência; Segregação; Mulheres negras.

ABSTRACT

The novel *The help* (2010), by Kathryn Stockett, is the story of a society on the south of the United States through the eyes of three main characters, Aibileen, Minny and Skeeter. All of them are responsible by the creation of a metafictional book named *Help*, where the characters show us their frustrations and feelings to the racist white society. The author, born in a racist context on the decade of 1960, write the book to honor her maid and she wants to problematic the North American black society's point of view in a period of racial segregation. The book *The help* have been an ambiguous reception receiving critics by researchers and media, mostly after the movie adaptation *The help*, that presents the status of the black people within the actual American society, as well as the historical role of the white society during the 1960 age. This thesis' aim is to identify the main characters' identities and the post-colonial resistances suffer by them. The research is divided in four chapters that identify, first, the authors' motivations to write the narrative, and second an analysis of racist situations on the book and in its origins. Afterwords, we study how the identity of feminine subjects of the third world are built, and in the last part, we discuss how the post-colonial resistance is theoretically bring and analyzed in the book. To narrow the research, we analysis the characters in a separated way, putting in evidence the formative aspects belonged to each one of the proposed analysis at each chapter. It is understood that the written resistance happened with the creation of the metafictional book *The Help* is the main form of the acquisition of freedom to the main characters, and beyond the book the other resistances happened on the novel.

Key words: Kathryn Stockett; Identity; Resistance; Segregation; Black women.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	009
1	CAPÍTULO I – O CONTEXTO, O LIVRO E A AUTORA.....	014
1.1	Stockett e sua <i>Resposta</i>.....	014
1.2	A narrativa em <i>A resposta</i>.....	017
1.3	Escravidão nos EUA: percurso histórico.....	022
1.4	Contexto da narrativa.....	027
1.5	Estado da questão.....	029
2	CAPÍTULO II – RAÇA E RACISMOS.....	032
2.1	Raça, racismo e etnia: definições.....	032
2.1.1	Raça e etnicidade.....	038
2.1.2	Racismos e estudos negros.....	040
2.2	Racismos em <i>A resposta</i>.....	044
3	CAPÍTULO III – A IDENTIDADE EM <i>A RESPOSTA</i>.....	062
3.1	Definindo terceiro mundo e sua literatura.....	062
3.2	Mulheres e terceiro mundo.....	071
3.3	Sobre identidades e alteridades.....	079
3.4	A identidade de Skeeter.....	084
3.5	A identidade de Aibileen.....	094
3.6	A identidade em Minny.....	103
4	CAPÍTULO IV – RESISTÊNCIA PÓS-COLONIAL.....	108
4.1	Tipos de resistência.....	108
4.2	Resistências em <i>A resposta</i>.....	112
4.2.1	Minny: tortas e discussões.....	113
4.2.2	Skeeter: justiça ou felicidade.....	120
4.2.3	Aibileen: ensinar e resistir.....	124
4.2.4	A metaficção: <i>Ajuda</i>	130
	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
	ANEXO I – Artigos sobre <i>A resposta</i>.....	142
	ANEXO II – Teses e dissertações sobre <i>A resposta</i>.....	149
	ANEXO III – Livros teóricos sobre <i>A resposta</i>.....	152

INTRODUÇÃO

Entende-se o pós-colonialismo como uma vertente dentro dos estudos culturais na qual são analisadas as posições dos sujeitos em relação aos seus meios hierárquicos e sociais. Tais sujeitos provêm de circunstâncias próprias, ocasionadas pelo fator da colonização imperial, que inicialmente evidencia a sobreposição de poder de uma sociedade sobre outra, na qual a colonizadora é considerada desenvolvida e civilizada, enquanto que a colonizada fica considerada não desenvolvida, ou não civilizada.

Proveniente de relações hierárquicas, nas quais prevalece um centro colonial cuja ideologia e costumes são impostos por uma cultura dominante, a cultura colonial passa a se expandir a partir das navegações, feitas pelo Império Europeu, produzindo uma tendência de caracterizar a Europa como o centro de todo e qualquer poder militar, econômico, cultural, intelectual e político, desde o período de colonização até os dias atuais. Conseqüentemente, alguns países criam tendências imperiais similares, a partir da emancipação política e social, como acontece com os Estados Unidos da América e o Canadá, por exemplo, que geram novas formas de colonização por meio da ocupação territorial, do comércio e da globalização. Nesse sentido, ter em mente que uma nação se constrói com base em pressupostos ideológicos do que é considerado “bom” e “mal”, ou “correto” e “errado” antecipa também a construção de preconceitos e, conseqüentemente, de discriminação étnica e racial.

Em se tratando de obras de cunho pós-colonial, as personagens femininas estão cada vez mais destacadas. Podemos citar as narrativas que tratam de diásporas como *O engate* (2004), de Nadine Gordimer; aquelas que mostram suas representações identitárias em relação ao sentimento de pertencimento a um *locus* físico ou psicológico, como em *Dentes Brancos* (2003), de Zadie Smith ou aquelas que representam uma classe ou sociedade, como *Nikette, uma história de poligamia* (2001), de Paulina Chiziane.

Para nossa análise, destacamos o livro *A resposta* (2015), escrito por Kathryn Stockett, no qual há uma representação identitária das personagens femininas, consideradas subalternas, no caso as empregadas negras, e as mulheres brancas que não se encaixam no padrão da sociedade e vivem à margem. Tal estudo procura mostrar as resistências desses sujeitos contra os grupos dominantes.

Historicamente, nos Estados Unidos, no período após a escravidão negra, entre

os anos de 1880 e 1970, nos estados sulistas, foram criadas várias leis de segregação racial que se propunham dividir e separar as pessoas consideradas não brancas (ou *colored people*) do restante da elite dominante. Tais pessoas, naquela sociedade e naquela época, eram consideradas socialmente “diferentes” do restante por não serem caucasianas, além de serem vistas como produtos criados somente para a servidão e para o trabalho mais pesado. Considera o contexto narrativo do romance *A resposta* (2015) por meio de leis segregacionais, conhecidas popularmente como Leis Jim Crow que estavam em vigor na época da narrativa. Tais leis pregavam a incapacidade de ascensão dos sujeitos negros, indígenas, asiáticos perante a raça branca, e, ainda pior, dificultavam a livre comunicação e relacionamento entre as raças marginalizadas e a raça dominante. No livro, as protagonistas são todas mulheres e ainda mais inferiorizadas perante a sociedade elitista e masculina, pois não possuíam voz ativa para enfrentar a situação e são levadas inicialmente a uma passividade social. Porém, ao avançar na narrativa, elas criam uma resistência àquela situação que, realizada de forma escrita, afeta e atinge todas as demais personagens, elitizadas elas ou não.

Dessa forma, propomos, com este trabalho, a análise das personagens femininas, pertencentes ao romance *A resposta* (2015), escrito por Kathryn Stockett. Tal trabalho ancora-se em uma análise a partir do contexto sócio-histórico do Sul dos Estados Unidos, durante os anos finais de 1960, e busca estabelecer como as personagens Skeeter Phelan, Aibileen Clark, Minny Jackson e Celia Foote podem ser retratos subjetivos de outras mulheres pertencentes à sociedade em questão. Procuramos investigar as relações identitárias e as formas de resistência ao poder colonial das três protagonistas da obra *A resposta* (2015), de autoria de Kathryn Stockett. Para tanto, verificaremos a obra em sua versão de língua portuguesa, procurando estabelecer os parâmetros necessários entre as relações hierárquicas nas quais as personagens Skeeter, Aibileen e Minny estão inseridas, além de demonstrar como a resistência pós-colonial é apresentada na obra.

Como fator de análise, partiremos do pressuposto de que tais personagens são vistas enquanto sujeitos tomados por opressões raciais, pelo silêncio estabelecido na sociedade em que estão e pela repressão racial e social que todas as três sofrem no decorrer da narrativa. Desse modo, a visão dessas personagens femininas as identifica enquanto posses, materiais de troca e sem qualquer livre arbítrio. Isso evidencia sua caracterização enquanto subordinadas perante a sociedade e pode ser descrita pela dupla colonização que causou a objetificação da mulher por aspectos de classe e raça que

permeiam a obra em questão.

Destacamos o livro *A resposta* (2015), escrito por Kathryn Stockett, percebendo que a representação identitária das personagens femininas é estabelecida enquanto personagens subalternas, no caso das empregadas negras, Minny e Aibileen, e das mulheres brancas, colocadas à margem, no caso de Celia. Observamos, no entanto, a resistência ao jugo dominante, realizada principalmente por meio da escrita de um livro de entrevistas, que deixa claro, para a população branca, qual é o sentimento de não poder ser ouvida pelas outras pessoas. Tal sociedade dominante é entendida como a sociedade das mulheres brancas segregacionistas que vivem no centro da cidade de Jackson e que empregam as mulheres negras. Dessa sociedade estão excluídas as personagens Celia e Skeeter, visto que elas fogem desse padrão social.

Como análise, proporemos que as três protagonistas, Aibileen, Skeeter e Minny, sejam observadas por duas formas. No caso da moça branca, Skeeter, partiremos do pressuposto de que ela é uma mulher nascida em um país que foi colonizado, mas que não pertence às massas, tampouco à elite, uma vez que ela não admite, para si, a mesma vida do restante de suas antigas amigas. Dessa maneira, ela fica caracterizada como uma mulher pertencente a uma classe superior, porém não se sentindo representada nela. Na sequência, abordaremos as outras duas mulheres, Aibileen e Minny, personagens negras, que são observadas enquanto mulheres duplamente colonizadas. Ambas são construídas a partir da inferioridade racial perante os membros da sociedade branca, o que classifica duas maneiras de colonialidade: a primeira, a partir da raça, e a segunda, a partir do fato de serem mulheres. Tais colonialidades levam a outras formas de dominação, como as diferenças sociais e aquelas pertinentes às classes sociais. Para tanto, proporemos as abordagens, visando, principalmente, à construção das identidades das mesmas personagens, utilizando, os estudos de Barbara Harlow (1987), Edward Said (1990), Homi K. Bhabha (1998), Stuart Hall (2005), Gayatri Spivak (2006), Bill Ashcroft (2001, 2007), Barbara Applebaum (2010) e Thomas Bonnici (2012), além de outros teóricos específicos para cada capítulo.

Dessa maneira, o primeiro capítulo trabalha na descrição da narrativa e do contexto histórico em que o livro foi escrito. Nesse momento, citamos pesquisas realizadas sobre a bibliografia e a biografia da autora, suas inspirações para a escrita do enredo do romance, além de pesquisa crítica sobre a recepção do livro e do filme baseado na obra. No mesmo capítulo, trabalhamos com Leandro Karnal (2010) e outros autores sobre o contexto histórico da colonização e racismo nos Estados Unidos,

abordando a construção do pensamento racial nesse país. Ao final, abordamos o estado da questão em nível de pesquisa científica na qual o livro se encontra, destacando os principais trabalhos sobre a narrativa.

No segundo capítulo trabalhamos a questão da raça e do racismo, de modo que procuramos, com Ashcroft (2007) e outros autores, uma análise histórica desses temas, além de uma definição científica sobre raça, etnicidade e racismo. Na sequência abordamos as imagens de racismo no romance e em como essas imagens demarcam os espaços sociais das personagens principais. Trabalhamos com Applebaum (2010), Kalová (2013) e Schiffer (2014), em suas análises sobre *Whiteness* e os aspectos ideológicos que as pessoas brancas possuem acerca das pessoas negras.

No terceiro capítulo colocamos a importância do estudo das sociedades de terceiro mundo além da crítica colonial, utilizando Ahmad (2002) e Bonnici (2012). Também destacaremos a constituição das identidades das personagens e de seus aspectos críticos feministas e abordaremos as teorias de Said (1990), Mohanty (1995), Bhabha (1998), Hall (2005) e Spivak (2006). Na sequência exploramos a análise da identidade das três protagonistas, de forma separada, e também utilizamos Thompson (2014) e Strother-Adams (2014) para discutir acerca da representação folclórica que as personagens adquirem quanto ao estereótipo da *Mammy*.

No quarto capítulo trabalhamos com os conceitos de resistência, trazidos por Harlow (1987) e Ashcroft (2001). Da mesma maneira, abordamos os conceitos trazidos por Bertens (2001) e Fanon (2008) para discutir sobre a questão do enfrentamento racial e da necessidade de se resistir ao jugo colonizador, estabelecido pela sociedade de mulheres brancas.

Ao final, concluímos que a resistência em forma de escrita, dentro da narrativa, é o fator libertador e constituinte da identidade dessas personagens, e que essa maneira encadeou as demais formas de resistência, apresentadas na obra. Neste momento, percebemos que, com o advento da escrita, o alcance das vozes das protagonistas negras torna-se exponencial, alcançando, principalmente, as personagens pertencentes à elite branca feminina.

Abordar uma análise que demonstre não somente a relação de valores entre as duas classes sociais, consideradas sociedades de primeiro e de terceiro mundo, mas também como essas mesmas sociedades são construídas no decorrer da obra, é imperativo para que possamos compreender a construção da identidade das personagens, tanto aquelas que sofrem pela discriminação, quanto por aquelas que

propagam as ideologias.

Por fim, discorreremos sobre como a representação da leitura e da escrita pode, em determinado contexto, promover um sentimento de libertação e emancipação física e/ou psicológica, para aquelas personagens tipicamente colonizadas, seja por sua raça ou cor de pele, status em uma sociedade de melhor poder econômico, orientação sexual ou simplesmente pelo fato de serem mulheres.

CAPÍTULO I – O CONTEXTO, O LIVRO E A AUTORA

1.1 Stockett e sua Resposta

Nascida em Jackson, no Estado do Mississippi, no final da década de 1960, Kathryn Stockett convivia com uma empregada doméstica que trabalhava junto à sua família, a senhora Demetrie. Segundo a autora (STOCKETT, 2015), seus pais se divorciaram quando ela tinha seis anos, o que lhe causava constante solidão. Em sua voz: “[...] Quando minha mãe partia em uma de suas frequentes viagens, papai nos colocava em um dos hotéis de beira de estrada de que ele era dono e trazia Demetrie para ficar conosco [...]” (STOCKETT, 2015, p. 570), o que caracterizava sua família como fragmentada, principalmente por conta de a mãe possuir muitos compromissos fora do Estado do Mississippi.

Em seus relatos, no final do livro, na parte intitulada *Muito pouco, muito tarde*, a autora nos confessa que não se sentia uma garota bonita, pois “[...] Eu usava óculos e meu cabelo castanho era muito oleoso. E tinha uma aversão pétrea à banheira. Minha mãe viajava muito. Susan e Rob se cansavam de me ter sempre por perto e eu me sentia deixada de lado” (STOCKETT, 2015, p. 570). Nesse ambiente desconfortável, Stockett passaria sua infância e quase que total adolescência ao lado de Demetrie que, de acordo com a autora, não possuía filhos e era extremamente reservada com relação à sua vida particular e, talvez por isso, considerava Kathryn uma de suas filhas, de acordo com a visão da autora do livro (STOCKETT, 2015, p. 570).

Entretanto Demetrie não permaneceria muito tempo com a família Stockett, já que faleceria alguns anos depois, quando a autora estava em seus 16 anos. Ainda em seus relatos, a autora afirma que, na época de sua infância, a ideia de associá-la como membro da família era inconcebível, pelo contexto racial dos anos 1970. Porém os membros de sua família, segundo a autora, mantinham uma relação de respeito e reconhecimento com Demetrie pois esta trabalhava havia anos com os Stockett. Essa relação não estabeleceria certa igualdade entre os patrões e a empregada, mas deixava Demetrie como uma figura essencial para a família,, principalmente pelo seu trabalho.

A sociedade do Mississippi, sul dos Estados Unidos, da década de 1960, não permitia uma reflexão sobre a condição racista das pessoas, de modo que a autora, eventualmente, sentia a situação de desajuste social como algo natural, somente abordando sobre esse aspecto social anos depois de graduada e longe de sua cidade

natal. Stockett (2015) nos diz que:

A Resposta é, na maior parte, ficção. Ainda assim, enquanto escrevia, me questionei muito sobre o que minha família pensaria do livro, e sobre o que Demetrie pensaria, também, apesar de que ela já havia morrido. Tive medo, uma grande parte do tempo, de estar ultrapassando um limite, ao escrever na voz de uma mulher negra. Eu tinha medo de falhar ao tentar descrever uma relação que era tão intensamente influente na minha vida, tão amorosa, tão grosseiramente estereotipada na história e na literatura americanas (STOCKETT, 2015, p. 572).

Stockett começou a escrever o livro *A resposta* (2015), em inglês *The Help* (2010), em Nova York porque se sentia sozinha e com saudades da casa de seus avós no Mississippi, único local fixo de encontro da família, visto que tanto seu pai quanto sua mãe eram figuras muito ausentes em sua formação. Sozinha, distante de todos e adulta, a autora começou a escrever um conto, no qual uma empregada doméstica negra contava sobre o seu trabalho na casa de pessoas brancas de classe média alta e que, na narrativa, “ganhou” um banheiro para seu uso, fora da casa da patroa. Logo, o conto passou a ter mais cores e tornou-se um romance, a início sem intenção de publicação, pois a autora manteria para si a história como forma de se lembrar do passado.

Durante a escrita do conto, até então não nomeado, a autora utilizou um objeto importante na sociedade segregacionista do Mississippi da década de 1960: os banheiros para pessoas de cor. Tais banheiros, presentes em casas americanas até os dias atuais, embora não sejam utilizados atualmente, eram figuras locais que produziam as demarcações sociais e raciais entre as pessoas de elite branca e as pessoas pertencentes às margens, os negros. Sua importância se faz ao demarcar os espaços físico, ideológico e legal entre pessoas brancas e pessoas negras.

A partir de seu ponto de vista privilegiado, Stockett procurou observar a situação por um novo ângulo, já que era também sua inspiração a memória da então falecida Demetrie. Unindo o lado afetivo com o lado social daquela época, a autora prolongou o conto, utilizando-se de um questionamento irrelevante em sua vida até então:

[...] Tenho bastante certeza de poder dizer que ninguém da minha família jamais perguntou a Demetrie como era ser negra no Mississippi e trabalhar para a nossa família branca. Nunca nos ocorreu perguntar. [...] Durante muitos anos desejei ter tido idade e consideração suficiente para ter feito a Demetrie tal pergunta[...] (STOCKETT, 2015, p. 573).

Em outras palavras, podemos pensar que o mote desse livro é: Como era a vida de uma mulher negra, adulta ou de meia-idade, que, literalmente, deixa seus filhos em casa para cuidar e educar os filhos de estranhas, especificamente de mulheres brancas, a

troco de poucos dólares, em uma sociedade segregacional, semiescravista e branca?

Stockett (2015, p. 573) explica que o propósito de seu romance foi, inicialmente, tentar compreender, por meio da voz de Demetrie, como seria a resposta ao questionamento acima. Ela não procurou estabelecer uma relação de uma visão branca sobre a outra raça, como acontece em *E o vento levou* (1936), de Margarete Mitchell, mas sim em como seria a visão da sociedade sob a ótica de uma mulher negra vivendo no Mississippi, na década de 1960.

Ao utilizar entrevistas realizadas com mulheres que foram empregadas naquela época e famílias negras, a autora procurou, de alguma maneira, transmitir os sentimentos vividos entre ela mesma e Demetrie, caracterizando três personagens e três relações principais que se relacionam com sua perspectiva do que seria a resposta. Com isso, a produção do livro se baseia em, de alguma forma, honrar essa figura que tanto a conquistou.

Porém a narrativa da obra trouxe discussões sobre sua recepção em estados diferentes dos Estados Unidos. Associações como a NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People*), traduzida como Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, observaram uma influência ruim por parte da autora ao retratar a obra, utilizando estereótipos de personagens folclóricos dos Estados Unidos, como a *Mammy*, por exemplo. A NAACP discordou do ponto de vista de que, para que fosse alcançada a “emancipação” das empregadas domésticas na época de 1960, uma mulher branca devesse tomar partido, visto que era improvável que as mulheres negras pudessem sair daquela situação colonial, sozinhas. Essa discordância entre as recepções da obra levou a pesquisas acadêmicas, referentes a temas sobre a linguagem e a oralidade dos sujeitos negros, presentes na obra, assim como a uma ênfase de pesquisas sobre a produção fílmica, uma vez que o filme recebeu vários prêmios.

Pesquisadores no Brasil, como Melo (2014) e Silva (2015), e de países como a Indonésia e África do Sul procuraram verificar fatos como a oralidade diferenciada entre a comunidade negra e a comunidade branca nos Estados Unidos havia sido fator de discriminação racial, assim como a recepção da obra entre os mais jovens, observando a mudança nas capas de acordo com a produção e a distribuição do filme. Porém sobre os trabalhos que estudam a obra *A resposta* (2015) discutiremos no tópico 1.5, com maiores detalhes.

A narrativa é contada sob a ótica de três heroínas, Skeeter, Aibileen e Minny. A primeira é uma jovem mulher branca, recém-graduada e que não se encaixa na

sociedade branca; a segunda é uma empregada doméstica negra de meia-idade, cuja família fora se despedaçando aos poucos pela fuga do marido e depois pela morte do único filho; e a terceira é uma doméstica, também negra, de forte temperamento, mãe e casada, mas que sofre abusos físicos e psicológicos por parte de seu marido.

A leitura da obra se faz por meio de referências sócio-históricas, pertinentes ao seu contexto. Fatos históricos como a morte do ativista Medgar Evers, ocorrida em 12 de julho de 1963, em Jackson, Mississippi, decorrente de sua luta pelos direitos civis entre negros e brancos, e a prisão da costureira Rosa Parks, em 1955, por não ceder seu lugar em um banco de ônibus a um homem branco, são citados durante a narrativa, para abordar uma nova visão a respeito da sociedade em questão, e são discutidos tanto pelas protagonistas negras quanto pela protagonista branca, retratando o medo constante das personagens.

1.2 A narrativa em *A resposta*

O livro *A resposta* (2015) nos leva a Jackson, no Mississippi, onde a segregação está no seu auge. É a década de 1960, e hospitais, bibliotecas, bairros e mercados são separados para brancos e negros. Nesse contexto, acompanhamos a história de três protagonistas, Skeeter, Aibileen e Minny.

A obra é dividida em 34 capítulos, dos quais, 13 são narrados pela protagonista Skeeter, 11 por Aibileen e 9, por Minny. Um dos capítulos que se refere ao dia do baile anual tem o narrador onisciente e desconhecido. Quanto à narração dos demais, sabemos que as narradoras são as próprias protagonistas, que contam determinado fato sob seus pontos de vista.

Na obra em questão, percebe-se que a diegese acontece de forma natural visto que as protagonistas se entrelaçam em seus discursos, apresentando três pontos de vista variados para uma mesma situação, tornando assim, a ambientação como reflexa já que oferece focalizações variadas. Conseqüentemente, um mesmo fato pode ser iniciado por uma protagonista em um capítulo e ter sido concluído em um capítulo anterior.

Como exemplo, no início da narrativa, há um questionamento feito por Skeeter para Hilly, na qual a personagem Aibileen estava presente. As personagens brancas discutem a respeito da publicação de uma nota sobre a necessidade de instalar banheiros negros na cidade. Aibileen está curiosa sobre as opiniões das moças brancas e nos conta que Hilly defende a proposta, argumentando cientificamente, enquanto Skeeter não

concorda com a atitude pois a considera desnecessária. Ao trabalhar na sala de estar da casa de Elizabeth Leefolt, a empregada pega “[...] uma pilha de guardanapos. Não sei por que, mas de repente quero ouvir o que a dona Leefolt tem a dizer sobre o assunto. Ela é minha patroa. Acho que todo mundo se pergunta o que a patroa pensa da gente (STOCKETT, 2015, p. 17)”. Tal conversa acontece no capítulo 1 da narrativa, cuja narradora é Aibileen, e a mesma não consegue expressar a sua indignação a respeito da situação a que é submetida.

No capítulo 5, a personagem Skeeter passa a ser a narradora e comenta o que pensou da “ordem” de publicar a notícia de Hilly no boletim da liga. A protagonista fica desconfortável com a situação pois ela não deseja participar ainda mais da diminuição dos sujeitos, o que leva Skeeter a lembrar o tempo em que passou com Hilly na universidade e em como a amiga mudou desde que casou:

Em Ole Miss, a Universidade do Mississippi, Hilly e eu dividimos um quarto durante dois anos, até que ela foi embora para se casar, e eu continuei, até me formar.[...] Mas hoje ela ameaçou me expulsar da Liga. Não que eu dê lá muita bola para a Liga, mas fiquei magoada com a facilidade com que a minha amiga estaria disposta a me excluir (STOCKETT, 2015, p. 74).

O discurso narrativo, pertinente à obra em questão, acontece na diferença entre os tratamentos recebidos pelas mulheres negras, que são destacadas várias vezes, pois realizam um trabalho quase escravo, tanto pelo horário quanto pela remuneração recebida semanalmente, enquanto que as mulheres brancas se divertem no papel de “donas de casa”, negligenciando até mesmo o cuidado com seus filhos e estabelecendo, assim, uma contradição entre os papéis dos diversos sujeitos pertinentes à obra. Dessa forma, o tema da narrativa acontece com a percepção e a consequente resistência de personagens negros de uma sociedade negra inferiorizada, perante uma sociedade branca envolta em máscaras sociais que oprimem os outros sujeitos não-brancos.

Ao analisarmos o romance, percebemos que, durante a introdução da narrativa, o contexto sócio-histórico indica a cidade de Jackson, Estado do Mississippi, nos Estados Unidos da América, iniciando em 1962 e terminando, talvez, em 1963. Sabe-se que o período da narrativa acontece em meio a dois anos, porém fica vago se eles são concluídos ou não. Durante o desenvolvimento da narrativa, ocorre a constatação de um questionamento da personagem Skeeter sobre as formas de relação social envolvendo pessoas negras e pessoas brancas.

Durante a maior parte do livro, na qual ocorre o desenvolvimento da narrativa, há também um desfecho da situação-problema. O nó narrativo é atribuído, primeiro, às

conversas clandestinas que ocorriam na casa da personagem Aibileen com a personagem Skeeter e, segundo, ao problema familiar que a personagem Aibileen possui. Entre o desenvolvimento e a conclusão da narrativa, acontece o clímax, estabelecido quando a sociedade branca de Jackson descobre o resultado das conversas entre Skeeter, Aibileen e Minny e que resultaram num livro. O clímax também acontece quando a personagem Minny é descoberta trabalhando e cuidando de uma dama da sociedade que a trata bem e precisa de sua ajuda, levando Aibileen a enfrentar e resistir à sociedade branca.

Já o desfecho da narrativa acontece quando a publicação é lida pelas moças brancas e, como as autoras negras não podem ser provadas como autoras, elas se encontram a salvo de ataques direcionados. Assim, Skeeter recebe uma proposta de trabalho, confronta sua mãe e dá um novo rumo a sua vida. Aibileen é demitida do antigo emprego, mas consegue uma vaga como escritora num jornal local, como colunista de limpeza diária. E Minny abandona o marido alcoólatra, permanecendo no emprego em que estava, já que pode cuidar de seus seis filhos.

Nesse sentido, para melhor compreendermos suas motivações, é preciso conhecer quem são as protagonistas da história, que, além de personagens principais, também são as narradoras, que, de maneira homodiegética e intradiegética, exercem suas referências ao longo de toda a narrativa, participando ativamente de toda a diegese:

Eugênia Phelan, conhecida por todos em Jackson como Skeeter, sempre pensou em fazer algo relevante em sua vida. Seu verdadeiro sonho era escrever algo que as pessoas realmente lessem. Ela é uma jovem branca, de classe média, cuja família tradicionalista possui uma fazenda de algodão em Jackson. Ela percorre a tênue linha entre fazer parte da sociedade segregacionista ou demonstrar sua reprovção a esta política.

Após se graduar na universidade, Skeeter retorna a Jackson e descobre que seu mundo está bagunçado. Constantine, a empregada negra que sempre esteve ao seu lado, havia deixado o emprego e sua mãe tenta convencê-la a arrumar um namorado. Contra essa ideia, ela ocupa o posto de editora do boletim da Liga de Jackson, um tipo de jornal entre as “damas da sociedade branca”, além de conseguir o emprego de colunista num jornal local, onde escreverá sobre limpezas domésticas.

Aibileen Clark é uma mulher negra, de meia idade, que já havia trabalhado para inúmeras famílias. O que sempre fez foi cuidar das casas e, principalmente, dos bebês brancos. Em toda a sua vida ela já havia criado dezessete crianças e, agora, cuida, como

se fosse sua, de Mae Mobley, a filha de três anos de Elizabeth Leefolt. Ela sofre pela morte de seu filho, Treelore, que sonhava em ser escritor. Aibileen é o retrato da empregada que sabe como se comportar com os patrões brancos. Ela é quieta, submissa e parece um tanto conformada com sua situação, mas ao longo do livro toda dor e amargura começam a sufocá-la e a necessidade de fazer algo a respeito se torna maior que o medo. Ao tomar conhecimento do projeto de Skeeter, Aibileen encontra uma oportunidade de falar de suas experiências, parecidas com as de muitas outras de mulheres negras.

Minnie Jackson é casada com um homem violento e cria seus seis filhos com dificuldade. Já entrou e saiu de vários empregos por causa de seu jeito atrevido. Entretanto, ao se negar a trabalhar para Hilly Holbrook, a patroa causa a demissão do atual emprego de Minny e difama a empregada, de forma que esta não consegue outro emprego. O único emprego disponível é com Celia Rae Foote, uma mulher excluída e considerada lixo branco¹ pelas *socialites* da cidade. Minny é considerada pelas personagens o pesadelo de toda patroa branca, pois é impulsiva e não guarda quaisquer respostas. Porém ela não age por ser dona de uma coragem ímpar, mas para simplesmente se defender de seu marido, das patroas e da sociedade. Em vários momentos, o leitor presencia seus reais sentimentos, o medo do inesperado, a insegurança diante da violência doméstica e a incapacidade de entender um ato de bondade, vindo de um branco.

Aibileen e Minny sofrem por causa da sociedade branca e, a princípio, não querem se envolver em problemas. Porém, no decorrer da narrativa, elas começam a acreditar na importância da escrita do livro, afinal, é o ponto de vista de pessoas negras sobre como é ser uma empregada negra em um lar branco no Mississippi. Já Skeeter começa a perceber o racismo que presencia todos os dias por todas as pessoas com quem convive e que, até então, não era aparente, ou não era importante.

Neste momento, é importante citar que a obra ganhou uma adaptação para o cinema em 2011, com o mesmo título nos Estados Unidos, e no Brasil recebeu o nome de “*Histórias Cruzadas*”, o que gerou maior reconhecimento da narrativa. O filme foi

¹ O termo “lixo branco”, em inglês, *white trash*, é uma classificação que surge no período pós-escravagista, pertinente à comunidade sulista dos Estados Unidos. Essa classificação separa as pessoas brancas, provenientes dos meios rurais, daquelas que sempre viveram no centro das cidades, geograficamente falando. O termo, inicialmente utilizado para classificar uma sociedade branca, passou atualmente a ser empregado como uma forma de eufemismo para os sujeitos que não seguem o “padrão” socialmente exigido, marcando, assim, brancos pobres, com pouca instrução, ou com conduta social não aceita (HARTIGAN JUNIOR, 2003).

indicado ao *Oscar* em 2012, nas categorias de melhor atriz (personagem Aibileen, atriz Viola Davis), melhor atriz coadjuvante (personagem Minny, atriz Octavia Spencer) e melhor roteiro adaptado, recebendo o prêmio de melhor atriz coadjuvante. Ainda no mesmo ano, recebeu os prêmios de melhor elenco, melhor atriz principal (Viola Davis) e melhor atriz coadjuvante (Octavia Spencer) pelo Sindicato dos Atores. Obteve premiações também no *Critics' Choice Award*, com melhor elenco, melhor atriz (Viola Davis) e melhor atriz coadjuvante (Octavia Spencer), além de premiações na *NAACP Image Award* com melhor atriz no cinema (Viola Davis), melhor filme e melhor atriz coadjuvante (Octavia Spencer). Tais premiações aumentam a importância das personagens negras e colocam em destaque suas atuações. Já a protagonista branca (personagem Skeeter, atriz Emma Stone) recebeu a premiação de melhor atriz de drama pelo *Teen Choice Award* e melhor atriz favorita de cinema pelo *People Choice Award*.

Na versão em inglês, o livro procura reproduzir a diferença entre a linguagem dos negros e dos brancos do Mississippi, aumentando a sensação de experimentarmos uma época diferente, além de definir, por meio da leitura, quais são o pensamento e o tom da fala das personagens.

Stockett (2015) cria um dialeto para a comunidade negra, na qual percebe-se que a oralidade é tratada de forma tão importante quanto a escrita, uma vez que a oralidade, transcrita no livro, é uma marca da identidade das personagens, como é possível observar em:

WORKING FOR Miss CELIA, I'll get to see my kids off to Spann Elementary in the morning and still get home in the evening with time to myself. I haven't had a nap since Kindra was born in 1957, but with these hours – eight to three – I could have one every day if that was my idea of a fine time. Since no bus goes all the way out to Miss Celia's, I have to take Leroy's car.

"You ain't taking my car every day, woman, what if I get the day shift and need to--"

"**She paying** me seventy dollars cash every Friday, Leroy."

"**Maybe I take** Sugar's bike." (STOCKETT, 2010, p. 40, grifos nossos).

Na tradução para o Brasil, esse efeito oral não acontece já que não traz as gírias e o modo de falar da sociedade negra da época, diferentes da sociedade negra brasileira da década de 1960. O uso de verbos auxiliares em inglês não é evidente em nossa língua materna. Fatos como o uso do modal “*can*”, para exprimir a capacidade de realizar uma ação é suprimida na fala oral campestre, e isso se reflete em suas traduções, visto que derivam de língua para língua.

Para o mesmo parágrafo, a tradução não recriou os espaços dialéticos criados

pela autora, já que não apresenta as marcas características de cultura, de local específico, de cor ou de classe também. Na edição de 2015 da mesma obra, publicada no Brasil, está traduzido o parágrafo como:

TRABALHANDO PARA DONA CELIA, eu vou poder levar as crianças até o Colégio Spann de manhã e ainda estar em casa à tardinha e ter um tempo pra mim. Não tiro uma soneca desde que Kindra nasceu, em 1957, mas, com esse horário — das oito às três —, posso tirar uma soneca todos os dias, se me der vontade. Já que nenhum ônibus vai até a casa da dona Célia, eu preciso pegar o carro do Leroy.

—Você não vai pegar o meu carro todo dia, mulher, e se eu ficar com o turno do dia e precisar...

— **Ela tá me pagando** setenta dólares em dinheiro toda sexta-feira, Leroy.

— **Bem, então eu posso pegar** a bicicleta do[a] Sugar. (STOCKETT, 2015, p. 56-57, grifos nossos).

Embora exista a versão em inglês, citaremos e discutiremos apenas a versão em português, visto que existe uma tradução oficial. Ao realizarmos a análise, é importante que o enfoque seja norteado ao contexto da época de 1960, pertinente ao sul dos Estados Unidos, que é diferente do contexto brasileiro do mesmo ano. A partir disso, é notado que a tradução apresenta poucos problemas de revisão, nada que prejudique a leitura da obra e seu entendimento.

Em geral, a obra lida com vários temas sensíveis e controversos, como a desigualdade racial na cultura americana, o problema da exploração dos serviços domésticos e a questão da mulher dentro daquela sociedade patriarcal. Por meio da narrativa que o livro apresenta, é possível ver a mesma diegese, narrada sob o ponto de vista das empregadas domésticas negras da década de 1960 nos Estados Unidos, ou, ao menos, o resultado do que aparenta ser a representação delas para aquele período em específico, principalmente em uma das regiões mais racistas daquele país. É importante destacar os paralelos que se formam com a própria história e cultura de trabalho doméstico no Brasil, evidenciados pela continuidade da ideologia racista em países colonizados, os quais discutiremos na conclusão do trabalho.

1.3 Escravidão nos EUA: percurso histórico

De acordo com Karnal (2010, p. 26), a ideia de colonização dos Estados Unidos perpassa por uma ideologia de índole dos colonos que ali chegaram em 1590 e, posteriormente, em 1607. Invadidas pela Inglaterra, as terras Norte Americanas passaram por dois momentos diferentes quanto a sua colonização, primeiro em 1590,

com a chegada dos primeiros colonos, embora tenham desaparecido, e em 1607, com a chegada da Companhia de Londres, que logo ocupou o território da Virgínia e, conseqüentemente, causou uma dizimação com os nativos americanos, expulsando-os cada vez mais para o Oeste. Entretanto não nos atentaremos aos processos de dizimação e massacre dos povos nativos americanos, uma vez que nosso foco é a escravidão negra estadunidense.

A partir disso, a colonização se tornou uma estratégia de conquista e dominação, pertinente aos países do Velho Mundo. As nações europeias não precisavam de outras terras para prosperar e permanecer como potência, porém, ao se utilizar de um discurso religioso, durante as grandes navegações, partiram do conceito de colônia e colonização para usufruir de materiais que serviriam para aumentar a renda da capital, o que deixava as colônias sem as riquezas naturais. Assim, o trabalho nas colônias tornou-se cada vez mais uma necessidade de pagamento à coroa do direito de estar em uma terra nova.

Smith (1996, p. 57) também nos apresenta uma ideia de relações de pertencimento com o centro imperial. Para ele:

A cidade-mãe, embora considerando a colônia como uma criança, sempre merecedora de grandes favores e ajuda e, em troca, devedora de muita gratidão e respeito, a tinha na conta de uma filha emancipada, sobre a qual não pretendia absolutamente exercer nenhuma autoridade ou jurisdição diretas. A colônia criava sua própria forma de governo, estabelecia suas próprias leis, elegia seus próprios magistrados, e mantinha paz ou fazia guerra com seus vizinhos, como um Estado independente, que não precisava esperar pela aprovação ou consentimento da cidade-mãe (SMITH, 1996, p. 57).

Tal pensamento colonial nos proporciona uma forma de compreendermos a ideologia que perpassava o período colonial. Caso pensássemos em uma relação como a de uma mãe e um filho, é natural entendermos que a mãe cuidaria do filho até que ele tivesse condições de ir adiante sem sua ajuda, crescendo e se desenvolvendo. Nesse sentido, a colônia, enquanto um infante, não estaria alheia às influências do centro imperial, mas caminhará de maneira singular e, conseqüentemente, ficará em uma posição de não igualdade com o mais antigo, mas estabelecerá um vínculo de pertencimento ao primeiro.

No caso da colonização estadunidense, houve influências tanto de países europeus como de outros, que buscavam as riquezas provenientes das Américas, como o ouro e a prata, estabelecendo a colonização de povoamento na América do Norte, enquanto que na maior parte do continente americano, Sul e Central, aconteceu a colonização de exploração. A primeira forma de colonização era a maneira com que os

exploradores e colonos chegavam às terras novas e procuravam estabelecer uma nova moradia, sem que houvesse, inicialmente, alguma forma de massacre, exploração ou escravidão. Essa forma de colonização foi fundamental nos Estados Unidos da América, onde primeiro havia a necessidade de fuga para a “terra prometida” e, na sequência, de enriquecimento próprio.

A segunda maneira de colonização era a de assentamento, na qual os colonos e exploradores buscavam abertamente a riqueza e os bens que mais agradavam ao centro imperial, fosse ele a Inglaterra ou Portugal, para enriquecer o país que os enviara. Para tanto, eles utilizavam-se de escravos para o trabalho manual, de feitores e caçadores, para a captura e execução de pessoas, e da extração e envio de recursos naturais para o país de origem. Essa forma de colonização foi muito utilizada nas Américas Centrais e do Sul, onde reside até hoje uma cultura derivada desses atos.

Segundo Karnal (2010):

para as colônias de exploração, as metrópoles enviariam ‘refugo’: aventureiros sem valor que chegariam aqui com os olhos fixos no desejo de ascensão. [Já] as colônias de povoamento receberiam o que houvesse de melhor nas metrópoles, gente de valor que, perseguidas na Europa, viria com seus bens e cultura para o Novo Mundo, trazendo na bagagem apenas a honradez e a Bíblia (KARNAL, 2010, p. 26).

Tal fator ocasionou um discurso envolvendo a crença cristã de salvação daqueles que não conheciam a palavra da bíblia. Contudo os imigrantes dos Estados Unidos da América não levaram em conta que os povos que estavam sendo raptados para serem escravizados já possuíam uma cultura e um ponto de vista diferenciados, adquirindo a alcunha de pessoas demonizadas, selvagens e pecadoras perante os olhos da comunidade peregrina nos Estados Unidos e da branca europeia em geral.

Com o processo de conquista norte-americano, houve a necessidade de aumento do trabalho, uma vez que os impostos para a coroa eram muitos, o que criou um primeiro sistema escravista. Longe de ser um sistema considerado como cruel ou desumano para a época, ele foi definido como um sistema no qual as pessoas com baixa renda na Inglaterra viajavam para o Novo Mundo e ali permaneciam trabalhando para algum dono de fazendas até que pudessem quitar suas dívidas e, enfim, comprar um lote para trabalhar. Nesse momento, houve também a venda de mulheres e crianças para esse sistema escravo, que se iniciara em 1620, já que havia superpopulação na Inglaterra e a diferença social era visível.

Porém, com os anos, esse sistema apresentou certas falhas, pois houve

demasiado aumento de terras e poucos trabalhadores para o cultivo. Nas *plantations*², nome do sistema escravo que se seguiu no sul dos Estados Unidos, houve acúmulo de negros que eram raptados e escravizados, e, por causa de sua cultura distinta daquela do homem branco, era-lhes negado o reconhecimento enquanto seres humanos.

Com o clima diferenciado entre o norte e o sul do país, diferentes produtos foram cultivados. Nos estados do norte, houve destaque para a agricultura familiar e, conseqüentemente, para a indústria. Lá eram produzidos milho, melado e cana, rum e açúcar, que ganharam prestígio no centro imperial. Também se fabricavam navios, havia o comércio de peles e o comércio envolvendo pesca.

Nos estados do sul, com o clima bem mais quente, o plantio era mais fácil e os lucros dirigiam-se para a capital europeia. As *plantations*, enormes lotes de terra, produziam tabaco, linho e algodão, principalmente derivados do trabalho escravo.

Karnal (2010) nos diz o que era reconhecido como um escravo naquele contexto. O autor afirma que:

Leis votadas na Virgínia, em 1662, determinavam que a condição de escravo fosse dada pela mãe. Dessa forma, o filho de pai inglês e mãe africana seria escravo. [...] [Assim] os escravos batizados permanecem escravos. O interessante é colocar a hipótese de amos piedosos batizarem seus escravos. A conversão dos escravos não era, então, obrigatória como nas áreas ibéricas. Integrar ou não o escravo negro ao universo cristão, impor-lhe ou não o batismo era um ato de piedade que dependia do proprietário (KARNAL, 2010, p. 64).

Um nascido americano, dessa maneira, se tornaria um escravo não por sua cor de pele, mas por sua progenitora, ou seja, pela relação racial que ele teria com sua mãe. Karnal (2010) nos explica que a conversão e salvação cristã do negro dependeriam da vontade de seu “proprietário”, caso o branco reconhecesse como válido. Como a sociedade da época de 1660 seguia a crença cristã como “salvadora”, os colonizadores podiam escolher qual escravo poderia ser salvo. Para tanto, era preciso que o escravo optasse em adotar a vontade colonial.

É importante destacar que, entre 1619 e 1860, mais de 400 mil negros foram levados, contra a vontade, da África para a América do Norte, especificamente aos

² Karnal (2010) e Pinto (2017) explicam que o termo *plantation* se baseia em um sistema escravista que perdurou entre os séculos XV e XIX, no qual os proprietários de latifúndios produziam monoculturas e exportavam para a metrópole, no caso, a Inglaterra. Para tanto, era necessário o uso de escravos que trabalhavam nas lavouras a troco de comida e moradia na propriedade do latifundiário. Por meio desse sistema, as divisões sociais da sociedade sulista estadunidense foram criadas, nas quais os proprietários e seus filhos eram os dominantes e os escravos e seus descendentes, os dominados. No Brasil, as figuras que representam esse sistema são a Casa Grande e a Senzala, enquanto que nos EUA podem-se caracterizar os trabalhadores braçais (homens) e as *Mammies* (mulheres) como referência cultural.

Estados Unidos. Com sua expansão, ao final da época colonial, no final do século XIX, havia mais de meio milhão de pessoas consideradas escravas em solo americano. Ao receberem a liberdade, grande quantidade de pessoas negras ficou sem rumo e continuou a trabalhar para os brancos que, repetindo os mesmos hábitos escravistas, tornaram possível a criação de leis segregacionais, diferenciando e separando os sujeitos negros dos demais.

Para Woodward (2002), as Leis Jim Crow eram leis oficiais dos estados sulistas estadunidenses, que compunham um compilado de direitos e deveres que as pessoas brancas e negras deveriam seguir. Eram leis gerais que cada estado poderia modificar, incluindo ou excluindo determinado aspecto que mais interessasse à sociedade branca. Conseqüentemente, houve estabelecimentos aos quais apenas as pessoas brancas poderiam ir, lugares específicos para atendimento e educação das pessoas não-brancas, chamadas *colored people*, que incluíam tanto negros quanto indígenas e orientais no geral. Essas mesmas leis poderiam negar o atendimento para as pessoas não-brancas, se o responsável branco assim quisesse, e em determinado ponto até reivindicar que certa pessoa não-branca realizasse o trabalho de uma pessoa branca, caso isso fosse ordenado.

O uso do termo Jim Crow, segundo Woodward (2002, p. 7), não é totalmente unânime, mas diz-se que em 1832, o compositor Thomas D. Rice escreveu uma canção e organizou uma dança utilizando esse nome para um dos personagens. O personagem em questão era uma pessoa branca que se pintava como uma pessoa negra, vestia-se como um caipira e fazia uma encenação cheia de traços característicos de um analfabeto pertencente a um ambiente rural, utilizando movimentos e linguagens caricaturais. Com o tempo, vários escritores se apropriaram do termo e este se transformou num verbete popular entre 1840 e 1960, que servia para designar qualquer sujeito negro, do sexo masculino e com um aspecto caipiresco, levando a esse personagem uma impressão de ignorância em relação aos demais.

Tais leis vigoraram de 1898 até 1965 e iniciaram suas atividades, motivadas pelo pensamento das pessoas brancas. Woodward (2002) afirma que “o conhecimento do período, particularmente de sua sociologia, antropologia e história, igualmente refletem a corrente deterioração nas relações raciais e nas atitudes do novo sul (WOODWARD, 2002, p. 94)”³. Sobre tal fato, é importante notar que, após o período de reconstrução dos Estados Unidos, ocorrido entre os anos de 1865 a 1877, os negros ficaram sem ter

³ “Scholarship of the period, particularly its sociology, anthropology, and history, likewise reflected the current deterioration in race relations and the new Southern attitudes (WOODWARD, 2002, p. 94)”

emprego, tampouco salários dignos, já que não eram considerados americanos, o que causou uma constante luta pelos direitos dos sujeitos negros em contraste com a realidade vivida por esses sujeitos, uma vez que, impossibilitados de reagir, eles não teriam o direito de serem considerados seres humanos.

Dentre uma possível luta de raças superiores e inferiores, os sujeitos dominantes da época decidiram criar uma maneira de não necessariamente excluir os negros, mas de adaptá-los a um contexto separatista. E a solução foram as denominadas leis de segregação, também conhecidas como Leis Jim Crow, criadas e sancionadas na maior parte dos Estados Unidos em 1876.

Naquele contexto, havia espaços reservados à sociedade negra, comumente relegada às favelas e aos guetos sujos ou espaços mais agrários, enquanto os espaços maiores e mais “limpos” eram de direito da sociedade branca, que seriam os centros das cidades, assim como os bairros nobres e de população de classe média.

1.4 Contexto da narrativa

No caso da obra, a ambientação se passa na década de 1960, no Mississippi, Estado sulista estadunidense, que era um território atroz para os afro-americanos. Defensor fervoroso da segregação, esse estado foi palco de lentas e brutais lutas civis entre as pessoas brancas e as não-brancas. Ativistas dos movimentos dos direitos civis percorriam o país na luta contra a discriminação e exclusão social, mas grande parte da população sulista era contra tais movimentos. A narrativa se passa em um determinado estado sulista do território norte-americano, mais especificamente na cidade de Jackson, no Mississippi, durante o ano de 1962. Nesse período, nos estados sulistas, vigoravam as Leis Jim Crow, nas quais a segregação e diferenciação entre negros e brancos eram obrigatórias e legalmente legitimadas.

Podemos encontrar alguns exemplos das Leis Jim Crow no próprio livro *A resposta* (2015), que, descritos pela personagem Skeeter, eram de fácil acesso para todos os cidadãos, brancos ou não-brancos daquela sociedade. Entretanto ser visto com um livro dessas leis, cujo tema relacionava-se aos direitos civis, em plena tensão política de separação e igualdade de direitos, acarretaria problemas dentro da sociedade branca, como em:

[...] — Estou só olhando, obrigada. — Trato de sair correndo dali. Prefiro me achar sozinha em meio aos livros. De jeito nenhum posso dizer a ela o que

estou procurando. Já posso ouvi-la sussurrando nas reuniões da Liga: *Eu sabia que tinha alguma coisa estranha naquela Skeeter Phelan, indo atrás daquele material sobre gente de cor [...] (STOCKETT, 2015, p. 227, grifos da autora).*

Caso Skeeter fosse vista com esse tipo de livro, já que a sociedade branca conhecia e estipulava as regras de acordo com suas vontades, haveria a possibilidade de ela ser associada aos negros e às lutas de direitos civis, pois era crime questionar quaisquer leis que fossem sobre a segregação. Uma pessoa ser pega pesquisando sobre os direitos civis era a mesma coisa que lutar contra as leis que regulamentavam a sociedade da época, ainda mais se fosse uma mulher, já que o papel desta dentro da sociedade branca era apenas o de dona de casa. Caso Skeeter fosse associada a esse material, ela poderia ser incriminada como simpatizante à causa da equivalência racial, o que destruiria tanto a sua imagem social quanto a de sua família.

Essas mesmas leis provocam até hoje forte inquietação entre as pessoas, já que a escravidão norte-americana estava abolida, embora o pensamento dominante de uma raça sobre outra não o estava. Nesse contexto de tensões raciais, o problema do racismo se torna mais evidente e se comprova diariamente nos atos das pessoas que, mesmo os negando, os estabelecem, tanto na fala quanto nos atos. A autora nos apresenta alguns dos compilados das Leis Jim Crow:

*Ninguém pode solicitar que uma mulher branca amamente em alas ou quartos onde haja homens negros.
Será considerado ilegal que um branco se case com qualquer pessoa que não seja branca. Qualquer casamento que viole esta seção será considerado nulo.
Nenhum barbeiro de cor poderá trabalhar para mulheres ou meninas brancas.
O oficial encarregado não poderá enterrar qualquer pessoa de cor no solo usado para o enterro de pessoas brancas.
Livros não deverão ser trocados entre escolas de brancos e escolas de gente de cor, mas deverão continuar sendo usados pela raça que primeiro os utilizou (STOCKETT, 2015, p. 228, grifos da autora).*

Tais regras começam a incomodar a população negra, já que essas leis restringiam a grande população afro-americana a simples objetos, ou a apenas mercadorias. Nesse mesmo contexto nasce a ideologia de *separados porém iguais*, o que define bem a situação enfrentada na época, já que o governo restringiria os direitos às pessoas de cor, mas asseguraria, de forma ainda maior, os direitos aos brancos, já que eles possuíam o maior poder econômico na época e eram eles quem detinham o poder.

A partir desse contexto, o tema da narrativa ocorre quando as várias narradoras contam uma única história que se cruza a partir dos vários pontos de vista e, assim,

constroem várias vozes dentro de um mesmo contexto racial. Esse aspecto foi o fator de nomeação da tradução brasileira do filme gerado pelo romance: *Histórias Cruzadas* (SCHWARTZ; MACHADO; SAMPAIO, 2012). Ligeiramente diferente, ele também aborda o sistema social da época, sobre como funcionava a relação entre as empregadas domésticas negras, conhecidas no original como *the helps*, traduzidas como ajudantes ou empregadas, com suas patroas brancas. No livro resultante dessa interação, as primeiras expõem suas vidas, enquanto empregadas domésticas, para leitoras, que na maioria são mulheres brancas que, invariavelmente, causam ou perpetuam essa “opressão” entre raças, classes sociais e gêneros.

1.5 Estado da questão

Durante o período da pesquisa, comprovamos que existe uma gama de referenciais teóricos sobre a obra trabalhada, porém não há grande variedade dos trabalhos apresentados em artigos e periódicos no Brasil e em estados norte-americanos, em específico.

Foi encontrado por meio de pesquisas *online*, um total de 481 *links* sobre a obra pesquisada e a autora em questão, porém com várias repetições sobre um mesmo dado. Foi utilizada a plataforma de pesquisa *Google acadêmico*, assim como a plataforma *Banco de teses da Capes*. Entretanto a totalidade de artigos, dissertações e teses foi adquirida na primeira plataforma, que traz o número de sessenta e oito artigos, dissertações e teses e cinco livros específicos sobre a obra, conforme visto nos anexos I, II e III.

A maior parte dos trabalhos acadêmicos encontrados é de origem estrangeira, com 62 (92%) dos trabalhos escritos por pessoas estrangeiras, e seis trabalhos (8%) da produção têm origem brasileira. Nesse mesmo aspecto, cinco trabalhos (7%) da produção acadêmica referem-se ao filme decorrente da obra, enquanto 63 trabalhos (93%) são decorrentes da análise da obra escrita.

Existem dois livros que tratam teoricamente do tema em questão: *From Uncle Tom's Cabin to The Help: Critical Perspectives on White-Authored Narratives of Black Life* (GARCIA; YOUNG; PIMENTEL, 2014), no qual existem capítulos específicos sobre as duas obras e a trajetória dos escritores negros no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI; e *Like One Of The Family: Domestic Workers, Race, And In/Visibility In The Help* (MILLS, 2016), que trabalha com teorias sobre raça, classe e identidade feminina

negra. Foram encontrados capítulos de livros abordando o tema racial e identitário, trabalhado na obra *A resposta* (2015). Todos são estrangeiros, advindos dos Estados Unidos, Inglaterra e Reino Unido, como *Writing 21st Century Fiction: High Impact Techniques for Exceptional Storytelling* (MAASS, 2012). Os livros específicos podem ser conferidos no anexo III.

O livro *A resposta* (2015) aparece em, pelo menos, três introduções de outros livros literários, como *Doze anos de escravidão* (NORTHUP, 2014) e *Heading Out of wonderful* (GOOLRICK, 2012), assim como é citado como referência temporal ou de caso semelhante em 405 artigos de cunho feminista. Como os artigos fogem à proposta deste trabalho, não nos delimitaremos a eles, citando *African Women in the Academy and Beyond: Review Essay* (MURUNGA, 2011), que expõe várias personagens femininas em obras estadunidenses.

A pesquisa ainda nos apresentou 53 artigos científicos que tratavam, especificamente, da obra *A resposta* (2015), sendo 49 deles publicados em países como a Indonésia, Estados Unidos e África do Sul, e apenas quatro deles pertencentes ao contexto brasileiro. Destacamos, aqui, os títulos *A voz do subalterno em A RESPOSTA, de Kathryn Stockett* (FAQUERI, 2011); *“The Help”*: Um Grito de Socorro pela Igualdade Racial (SILVA, 2012).

Nos trabalhos estrangeiros, destacamos os trabalhos *More slavery at the South* (NURSE, 2011); *Black Women as ‘Domestic Workers’ in Academia: Or on How We Became the Help* (JORDAN-ZACHERY, 2011); e *The Divided Reception of The Help* (JONES, 2014), pois aprofundam, com mais considerações teórico-metodológicas, os assuntos que procuraremos abordar nesta dissertação.

Ainda foi perceptível que a obra filmica, adaptada do livro em questão, está incorporada ao planejamento bimestral escolar *O racismo através de textos jornalísticos como instrumento de motivação à leitura em LEM* (SPADA, 2012), realizado pela Instituição Unioeste, no Estado do Paraná, em que, para se tratar do contexto racial, há a leitura visual do filme, sendo recomendada a obra como mais uma referência na aprendizagem dos alunos de ensino médio.

No Brasil, foram encontrados os trabalhos: *“Histórias cruzadas” e a movimentação social feminina negra pelos direitos civis nos EUA nas décadas de 1950 e 1960* (SILVA, 2015), cuja proposta foi a conclusão de curso de licenciatura em história na qual o filme é tratado como base da pesquisa; e *Aproveitando brechas: experiência com cinema em escolas prisionais do Rio de Janeiro* (MELO, 2014),

dissertação de mestrado, que utilizou um aspecto do filme para a discussão. Ao mesmo tempo, encontramos dois trabalhos realizados na República Checa; quatro trabalhos da Indonésia; um da Argélia; um da Inglaterra; um em Cuba; um em Berlim; um da Romênia; um na Suécia; um na Espanha; e um nos Estados Unidos, conforme pode ser verificado no anexo II. Tais trabalhos são dissertações, teses ou monografias.

As teses de doutorado referem-se aos temas: a relação entre mulheres de sociedades diferenciadas; o papel e o estereótipo da *Mammy*, e como ele é percebido; o racismo na linguagem das negras na obra; e o racismo em si, praticado por algumas personagens. É interessante que a maior parte dos trabalhos realizados não é de natureza estadunidense, visto que a narrativa envolve um período específico dos Estados Unidos. Tal fato pode ser compreendido pela dificuldade que os estadunidenses possam ter com relação ao período histórico da década de 1960, o qual envolvia lutas políticas diversas, como o direito dos negros e o das mulheres.

Desse modo, iniciaremos a discussão sobre os conceitos de raça e racismo, pertinentes ao *corpus* do trabalho e necessários para a análise identitária e de resistência.

CAPÍTULO II – RAÇA E RACISMOS

2.1 Raça, racismo e etnias: definições

Nos dias atuais, os termos raça e racismo vêm sendo muito discutidos, tende-se sempre a deixá-los num mesmo patamar, considerando-os como termos idênticos. Porém, para que possamos identificar adequadamente por que a similaridade ocorre, é necessário que retomemos aos momentos históricos em que os termos passaram, de forma que possamos discutir a maneira com que as sociedades e as culturas são construídas com base nas diferenças das raças e se elas precisam do racismo para que possam continuar existindo.

Appiah (1990, p. 276) nos apresenta que o conceito de raça advém de períodos históricos anteriores e, desde os estudiosos Vitorianos, por raça tem-se o conceito de população humana, estabelecida geográfica e historicamente em determinado lugar-comum, e que é caracterizada por fatores físicos, geneticamente transmitidos. Nesse mesmo sentido,

As características que cada membro de uma raça supostamente compartilharia com outros, algumas vezes foram chamadas de *essência* daquela raça; eram características que foram necessárias e suficientes se tomadas em conjunto, para que cada pessoa fosse membro de uma determinada raça (APPIAH, 1990, p. 276).⁴

Sob essa concepção, o conceito tradicional de raça foi estabelecido segundo um pressuposto no qual um grupo de pessoas compartilha uma quantidade de características inerentes e semelhantes aos demais membros do grupo. Pode-se imaginar que os sujeitos pertencentes a esses grupos são, de alguma maneira, ligados por características físicas similares, como a cor da pele ou o tipo de cabelo. Sob essa mesma perspectiva, compreendia-se que a raça estabeleceria os diferentes tipos de sociedade, uma vez que, por carregarem os mesmos traços físicos, os sujeitos também compartilhavam dos mesmos traços sociais e culturais, o que foi mais tarde definido como etnia.

Historicamente, o termo raça foi inicialmente utilizado na língua inglesa em 1508 em um poema de William Dunbar. Ashcroft (2007) acrescenta que:

[...] através dos séculos dezessete e dezoito, o termo permaneceu essencialmente uma palavra literária que denotava uma classe de pessoas ou

⁴ The characteristics that each member of a race was supposed to share with every other were sometimes called the *essence* of that race; they were characteristics that were necessary and sufficient, taken together, for someone to be a member of a race. (APPIAH, 1990, p. 276)

de coisas. Somente no final do século dezoito que o termo veio a significar uma categoria distinta de seres humanos com características físicas transmitidas pela descendência (ASHCROFT, 2007, p. 181).⁵

Durante os primórdios da civilização escrita, o termo raça era apenas uma significação que distinguia um ser de outro, mas não possuía um caráter de dualidade, o que estabelecia nações como inferiores ou como superiores. A categorização humana ocorreu nos finais de 1600 por François Bernier, que distinguiu os seres humanos em categorias, classificados pela cor da pele e pelos aspectos físicos inerentes, como as características faciais. Essa mesma pesquisa punha os europeus como aqueles que estavam no topo de todas as raças, enquanto que os demais ficavam abaixo da linha hierárquica. Assim, o negro, estabelecido como africano ou pertencente à matriz africana, estaria relegado à base da hierarquia racial.

Ao associar a raça negra a essa base inferior, a sociedade dominante estabeleceria as primeiras e principais formas de atuação do racismo, tanto histórica quanto socialmente, já que aqueles que estavam na base das raças eram aqueles a quem o desenvolvimento não havia chegado, permanecendo como pertencentes aos brancos devido “[...] em parte pela cor dos Africanos negros e pela conhecida cultura ‘primitiva’, mas primariamente porque eles eram mais conhecidos pelos Europeus como escravos (ASHCROFT, 2007, p. 181)”⁶.

Tal fato arraigou, nos demais pensadores e críticos, os fatores que definiriam raça até os dias atuais e isso foi explicitado por Kant (1724-1804) ao adotar a frase ‘raças da humanidade’ (*races of mankind*, no original), no livro *Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime* (1764). Malik (1996), tomado por Ashcroft (2007), explica que o estudo realizado por Immanuel Kant era de que existia uma forma não racional do pensamento que permitia aos seres humanos a percepção de uma essência interna e fixa deles, o que, para o autor, era encontrado na essência da raça. Percebe-se que a essência de cada raça não era construída de forma a considerar as características físicas, mas sim psicológicas, de maneira que os seres humanos carregariam suas raças como uma herança dos pais e antepassados, e que essas ligações seriam inquebráveis durante a vida desse sujeito.

Entretanto, ao estabelecer os seres humanos dentro dos estudos biológicos, o

⁵ [...] through the seventeenth and eighteenth centuries it remained essentially a literary word denoting a class of persons or things. It was only in the late eighteenth century that the term came to mean a distinct category of human beings with physical characteristics transmitted by descent. (ASHCROFT, 2007, p.181)

⁶ [...] in part because of black Africans’ colour and allegedly ‘primitive’ culture, but primarily because they were best known to Europeans as slaves. (ASHCROFT, 2007, p. 181)

termo raça ficou vinculado à pesquisa científica, de forma que tanto os estudos zoológicos quanto os estudos biológicos procuraram estabelecer uma maneira de quantificar e diferenciar as diversas raças humanas, assim como era realizado para outros animais. Ao seguir os padrões de Kant, que visavam puramente ao âmbito literário e não social, as noções de raça também encontraram suporte em noções biológicas, que tratavam do conceito como pertinente aos aspectos genéticos dos seres vivos.

Mas, mesmo com os aportes de Kant e dos estudos biológicos, um fator nunca foi deixado de lado no estudo das raças: a cor de pele. Preponderante nas sociedades, a distinção pela coloração cutânea continua até os dias atuais, como o principal fator de separação e discriminação racial. A diferenciação de cores pode ser vista associada ao fator psicológico (pertencer a uma etnia pela herança cultural) da mesma maneira que geneticamente (pertencer a uma raça pelos genes), e ambas as associações são capazes de provocar, em algumas sociedades, o deslocamento e desigualdades dos sujeitos, pois, mesmo em face de coloração idêntica à dos demais, a identidade racial pode ser diferenciada.

Sequencialmente, surgem em 1805, os estudos de Cuvier, que desenvolveu uma teoria que definia os seres humanos em três raças principais, a branca, a amarela e a negra. Com essa tipologia, as bases raciais ficariam estabelecidas no sentido de “pureza dérmica”, na qual o homem branco estaria num grau de superioridade pois seria o refinamento dos genes, e o homem negro estaria na base por não ser refinado. Segundo Ashcroft (2007):

A divisão de toda a humanidade dentro de três grupos genéticos arbitrários parece ser vaga, assim como completamente inútil para qualquer tipo de análise, embora o conceito tenha permanecido influente pela razão ideológica de que a tipologia produz uma gradação do superior para o inferior (ASHCROFT, 2007, p. 182).⁷

Ao se classificar as pessoas em apenas três tipos de raças, também se classificam os comportamentos esperados por cada um desses grupos, e constitui-se um dos discursos ideológicos que mais afetam a teoria da raça atual, o de que todos os sujeitos de uma mesma raça possuem os mesmos hábitos, os mesmos comportamentos, e, caso algum não seja de alguma maneira idêntica aos demais, ele é um estrangeiro, ou

⁷ The division of the whole of humanity into three such arbitrarily designated genetic groups seems so vague as to be entirely useless for any kind of analysis, but the concept has remained influential for the ideological reason that this typology rested upon a gradation from superior to inferior. (ASHCROFT, 2007, p. 182)

considerado como um.

Com o advento da colonização, surge uma dualidade entre aquilo que era dito sobre as outras raças e a idealização feita por aqueles que desconheciam os sujeitos diferentes. Por meio da religião surgem as noções de que as raças poderiam ter origem divina, de forma que aqueles que eram descendentes do ‘melhor’ ou ‘maior’ ser bíblico eram os dominantes, enquanto que os demais não eram inclusos nessa classificação. Chega-se a supor que ainda que haja uma criação ficcional acerca da origem das raças, o poder do discurso da cultura dominante prevalece sobre a cultura dominada. Nesse sentido, compreende-se que as raças estariam ligadas em um jogo de dominações, no qual uma saberia como desenvolver a outra, deixando-a civilizável, segundo a visão da mais forte.

Com isso, as tipologias raciais se firmam com base em quatro aspectos: o primeiro, que considera a constituição física enquanto formadora de tipologias; o segundo, como o responsável pela caracterização das diferenças; o terceiro, enquanto fator separatista dos europeus e arianos a princípio; e o quarto, demarcando o embate constante entre as nações e suas características inatas.

É perceptível que seu significado variava durante a passagem dos anos. Em suma, no século XVII o termo raça era sinônimo de classe e grupo, referindo-se aos aspectos físicos das pessoas. Porém, no século XIX, com o desenvolvimento dos estudos de Darwin (1859, *A origem das espécies*), surgia a noção de que as raças humanas derivariam da seleção natural, ou seja, de como os seres humanos se desenvolveriam em comparação aos seus aspectos físicos e biológicos. Nesse sentido, as raças tidas como ‘puras’ poderiam ser contaminadas quando em contato com outras raças inferiores, degenerando a espécie.

Ashcroft (2007) nos mostra que:

A contribuição de Darwin foi a de providenciar a teoria da raça com um mecanismo de troca, na ideia da seleção natural, e consequentemente oferecer a possibilidade para o desenvolvimento racial planejado [...] (ASHCROFT, 2007, p. 183).⁸

Essa concepção desempenhou um papel de suma importância para as relações ‘entre raças’ e ‘entre sujeitos’ nos anos que viriam, pois produziu as justificativas para os fatores separatistas de acordo com as diferentes raças. Tais pensamentos foram

⁸ Darwin’s contribution was to provide the theory of race with a mechanism of change in the idea of natural selection, and consequently to offer the possibility for planned racial development (ASHCROFT, 2007, p. 183)

reconhecidos em vários países nos anos posteriores, no começo dos anos 1900, e contribuíram para o surgimento de pensadores que concordavam com o darwinismo social. Esses cientistas se utilizavam dessas ideologias entre raças puras e raças não-puras como justificativas ao imperialismo e à limpeza étnica, e que, aliadas ao sanitarismo, contribuíram para segregações e colonizações ao redor mundo.

Dessa maneira, um fator implicante para a colonização foi a de que havia tanto a depreciação quanto a idealização dos sujeitos colonizados em prol dos colonizadores. O conhecimento adquirido por parte dos colonizadores era o de que os colonizados não passavam de seres selvagens e irracionais, pois eles não compartilhavam da visão do centro imperial. Essa constatação, de que havia diferenças essenciais entre os sujeitos, fez com que a dominação passasse a ser um método infalível e necessário para a conquista dos sujeitos colonizados. Tal fato passou a ser estratégia na ideologia imperial, na qual o centro era todo-poderoso e as periferias seriam inconstantes e deveriam estar submetidas ao primeiro.

Ashcroft (2007) defende que essa classificação racial, diferente das anteriores, não contribuía simplesmente para separar as pessoas, classificando-as de acordo com as suas cores, mas tratava-as enquanto propensas a estarem dominadas, uma vez que:

[...] a depreciação dos povos primitivos encontraria no darwinismo social uma justificativa para a dominação e às vezes para a extinção de raças inferiores, não apenas um desdobramento inevitável, mas desejável da lei natural (ASHCROFT, 2007, p. 183).⁹

Tal pensamento pode nos levar à questão sobre o desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, trazido até os dias atuais. Motivado por desejos de conquista, embora com um discurso a respeito da missão civilizatória da humanidade, o imperialismo causou mais problemas que soluções. Por meio do imperialismo, os sujeitos considerados como inferiores eram identificados como incapazes de sobreviver. O discurso imperialista, aliado ao discurso religioso, permitiu assassinatos e destruições de pessoas que não eram consideradas “corretas”. Tais ideologias raciais justificavam as diferenças entre os sujeitos, enaltecendo as idealizações realizadas cientificamente. Elas consideravam alguns seres humanos como primitivos e os associavam às crianças, vistas como incapazes. Da mesma maneira havia a necessidade de se viver sob tutela dos mais capazes e, conseqüentemente, se deveria seguir o modo de viver do homem branco.

⁹ [...] The debasement of the primitive peoples [could find in Social Darwinism a justification for the domination and at times extinction of inferior races as not only an inevitable but a desirable unfolding of natural law. (ASHCROFT, 2007, p. 183)

Grande alvo da sociedade dominante foram os sujeitos negros que viviam de maneira tribal, o que era comum em suas sociedades e diferente das do homem branco. No momento em que foram percebidos, ou seja, foram avistados pelo homem branco, passaram a representar toda uma subespécie, pois não participaram da cultura dos invasores. Quando foram vinculados a um contexto mais global que inseria a escravidão no mundo, foram relegados à escravidão. Até o século XVIII eram considerados indefesos, seres necessitados, carentes e não-desenvolvidos mas que, desde o início do século XIV, passaram a ser considerados primitivos, selvagens e indolentes. A justificativa encontrada para a implantação da escravidão foi utilizar os conceitos do darwinismo social para a captura e a ‘domesticação’ dos sujeitos negros, obrigados a viver sob os valores sociais, pertinentes a um grupo em especial, no caso, os sujeitos brancos, o que levou à fragmentação identitária dos sujeitos negros.

Em meados dos anos 1960, entrou em pauta a questão do comportamento humano como era produzido. Nessa época, surgiu a discussão sobre o posicionamento dos comportamentos humanos, que não seriam originados de características inerentes aos sujeitos, mas sim de como os indivíduos estavam em relação à cultura de que participavam. Tal fato provocou uma reviravolta nos aspectos sociais até então produzidos, já que, ao negar que uma parte da composição identitária de um sujeito era o seu componente comportamental, também era possível negar que raça, enquanto fator discriminatório, não corresponderia aos princípios sociais.

Desde a primeira manifestação literária até os racialistas, sugere-se que os termos de raça, caracterizada por Ashcroft (2007, p. 180) como o conceito utilizado para a classificação de seres humanos, separados e classificados a partir de suas aparências físicas, biológicas e genéticas, ficam atrelados, em determinados momentos, ao conceito de nação que o autor traz. Por nação é entendida uma entidade não natural, criada com um sentido de pertencimento a um grupo nacional. Ela surge a partir dos indivíduos pertencentes a um mesmo local político e geográfico e que possuem traços comuns (ASHCROFT, 2007, p. 135). Ao mesmo tempo em que esses sujeitos estão intimamente ligados por laços de pertencimento físico, o conceito de nacionalidade também está relacionado aos mitos fundacionais que os sujeitos compartilham.

O mito fundacional de uma nação sugere que, para que exista uma grande nação, no sentido de centro imperial e poder social, a sua origem deve ser mítica ou motivada por um grande herói. Sua fundação ocorre com um poderoso povo que conquista os inferiores e se sobressai sobre as demais nações. A partir desse pensamento, podemos

considerar qual era o principal pensamento dos colonizadores e escravagistas, visto que, embasados em teorias como o darwinismo social, esses sujeitos, além de acreditarem que possuíam o direito de conquistar os demais, também consideravam seu dever se apoderar dos demais povos e reafirmar sua superioridade.

Com base nesses dados, passaremos a discutir sobre o conceito de etnia e sobre como ela é importante para a análise do nosso objeto.

2.1.1 Raça e etnicidade

Como demonstrado anteriormente, a raça é considerada uma classificação geral dos seres vivos, ou uma catalogação das pessoas, de acordo com seus grupos físicos, biológicos e genéticos. Etnia, por outro lado, ela considera os aspectos sociais e culturais que os sujeitos compartilham. Sob essa perspectiva, presume-se que todas as pessoas de determinada raça não se distinguem, ou seja, que seus aspectos físicos e psicológicos são transmitidos pelo sangue, e que todos os elementos do grupo possuem comportamento, personalidade e capacidades físicas e intelectuais similares. Desse modo, quando há cruzamento entre raças diferentes, a nova pessoa passa a ser de raça híbrida, deixando de ter uma origem pura, “correta”.

A etnia surge, então, para diferenciar as várias particularidades que são inerentes a uma raça. Esta, segundo Sollors (1990), é estabelecida por contrastes, enquanto separação ou diferenciação, ao mesmo tempo em que se constrói por um conceito moderno envolvendo as diversas nacionalidades e revoluções.

O autor explica que:

A identidade étnica, vista desta forma, 'é logicamente e historicamente o produto de uma asserção em que 'A' é um X porque ele não é 'Y' [...]. Por esse mesmo sentido, as definições de Xs como não-Ys ameaça exagerar suas diferenças, de modo que se Xs pensam em si mesmos como humanos, eles podem então pensar os Ys, de algum modo, não-humano (SOLLORS, 1990, p. 288).¹⁰

Por meio dessa fórmula, na qual o primeiro não é igual ao segundo porque lhe faltam aspectos de identificação entre si, podemos perceber que, tratando-se de comparações raciais, a etnicidade vem para distinguir e classificar os seres humanos em padrões opostos. Sollors (1990) retoma George Devereux (1975) ao afirmar que a

¹⁰ Ethnic identity, seen this way, “is logically and historically the product of the assertion that ‘A’ is an X because he is not a ‘Y’” [...]. By the same token, the definition of Xs as non-Ys threatens to exaggerate their differences in such a way that if the Xs think of themselves as human, they may therefore consider the Ys as somehow nonhuman. (SOLLORS, 1990, p. 288)

identificação étnica está ligada à antítese dos padrões comportamentais, ou seja, além das características que são correspondentes aos gêneros, idades e sexo. O que Devereux (1975) considera como caráter dissociativo das etnias se enquadra nos sujeitos que pertencem à equação binária, demonstrada anteriormente, em que sujeitos pertencentes à mesma etnia não são idênticos, pois cada sujeito carrega consigo fatores identitários únicos. Desse modo, as etnias seriam diferentes de raça ao levar em conta uma não-uniformidade dos sujeitos étnicos.

Assim, podemos considerar o conceito de etnicidade como o que:

[...] amplamente evoca a acumulação dos pedaços culturais que demonstram a criatividade original, a coesão emotiva e as profundezas temporais de uma coletividade particular, especialmente em uma situação de emergência – como estar em obscuridade, supressão, em combate, em dependência, na diáspora, ou como pertencimento anterior a um grupo maior (SOLLORS, 1990, p. 290).¹¹

Com base nisso, podemos inferir que a etnicidade está ligada principalmente à identidade que os sujeitos carregam, de modo a constituir uma parte significativa de sua constituição subjetiva. Ao determinar que é a partir de uma coletividade particular, uma sociedade agrária, por exemplo, que a etnicidade acontece nos sujeitos, é também considerável que a outremização, no sentido dado por Said (1990), se coloca como um fator em sua constituição. Pertencer a uma etnia, nesse caso, não significa o mesmo que pertencer a determinada raça, porém liga-se a ela uma vez que os pressupostos ideológicos de ambas, a raça enquanto formadora do cidadão, decorrente de seus aspectos iguais como a cor da pele, e a etnia como produtora de subjetividades, aliam os sujeitos por suas ideologias e costumes.

Ashcroft (2007) coloca que a etnicidade é criada a partir do momento em que apenas o termo raça não abrange todos os aspectos físicos e sociais que definem as pessoas, relegando-as apenas aos aspectos referentes à cor dérmica. Assim, o trabalho com a etnicidade constrói os sujeitos com base em suas características íntimas de comportamento, de local de pertencimento e de sociedade cultural.

Nesse caso, os afro-americanos negros, em especial, não constituíam uma unidade étnica já que, no início da colonização dos Estados Unidos, eles vieram de locais diferentes da África, em que cada um dos sujeitos possuía determinada cultura ou determinada base social. Somente com o passar dos anos e com o hibridismo cultural

¹¹ [...] largely evokes the accumulation of cultural bits that demonstrate the original creativity, emotive cohesion, and temporal depth of a particular collectivity, especially in a situation of emergence – be it from obscurity, suppression, embattlement, dependence, diaspora, or previous membership in a larger grouping. (SOLLORS, 1990, p. 290)

entre os afro-americanos é que essa sociedade étnica pode ser considerada uma sociedade em si, trazendo características e ideologias para os participantes.

Quando se enquadram dentro da cultura maior, ou seja, da cultura estadunidense, os afro-americanos tornam-se uma sociedade étnica. Ashcroft (2007) retoma Schermerhorn (1970) que afirma que, para que um grupo étnico seja criado, é necessária uma junção de três fatores: primeiro, uma coletividade dentro de um grupo maior; segundo, que exista uma consciência dividida, porém compartilhada entre todos; e o terceiro, um foco cultural de um ou mais elementos simbólicos em comum. Por meio delas, é possível compreendermos como a sociedade estadunidense criou, com o passar dos anos, outras sociedades emergentes e periféricas dentro de sua nação.

Desse modo, ao trabalhar com o aspecto literário, o papel da etnicidade na literatura é apresentado por contrastes, demarcado pelo tempo e pela organização social. Além disso, é apresentado como tema de resistência literária, esta realizada por comparações, principalmente entre ingleses e outros povos étnicos.

A etnicidade é frequentemente utilizada como estratégia verbal, já que ela pode naturalizar o processo moderno da dissociação étnica. Ela ajuda a criar uma história de existência para um determinado grupo, o que é entendido como comunidades imaginadas. Em outras palavras, são as comunidades de origem de sujeitos cujos aspectos são culturalmente similares, além de partilharem características físicas similares. A partir dessas características, tanto físicas quanto culturais, criam-se as identidades étnicas nacionais, que justificam as sociedades.

2.1.2 Racismo e estudos negros

O racismo, proveniente dos estudos sobre raça e conseqüentemente de etnia, está presente também nos estudos pós-coloniais. Desse modo, ao lidarmos com a temática do racismo, pretendemos destacar suas manifestações dentro de um contexto racial. Ashcroft (2007) nos apresenta o termo como:

[...] um modo de pensamento que considera as características físicas permanentes de um grupo estando ligadas em um modo direto, causal com as características psicológicas ou intelectuais, e que nessa base, distingue entre grupos raciais ‘superiores’ e ‘inferiores’ (ASHCROFT, 2007, p. 181)¹².

¹² Racism can be defined as: a way of thinking that considers a group's unchangeable physical characteristics to be linked in a direct, causal way to psychological or intellectual characteristics, and which on this basis distinguishes between 'superior' and 'inferior' racial groups. (ASHCROFT, 2007, p. 181)

É possível compreender que o racismo é causado em decorrência do atrito entre sujeitos e raças / etnias diferentes, porém pertencentes a um mesmo local comum. Contudo, levando em consideração a diferenciação entre os locais de poder dos sujeitos colonizados e dos sujeitos colonizadores, é perceptível que os últimos detêm o poder e criam uma situação discriminatória sobre os primeiros, pois, historicamente, sabe-se que a sociedade, tida por superior, tende a conquistar e a utilizar as outras sociedades inferiores por exploração de seus sujeitos e de seus locais de moradia.

Advindo dessa visão inicial, que também é revista até os dias atuais, o conceito de raça se torna problemático em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que dele surge o efeito do racismo. Ao relacionar o conceito construído de raça, herdado por nossa sociedade, Appiah (1990, p. 278-279) determina que o fenômeno do racismo é uma ideologia criada ou produzida por alguns seres humanos, que determina a superioridade de certo grupo racial em detrimento de outro. Nesse contexto, o problema geral não é admitir e enfrentar o racismo, mas sim verificar as formas como ele é transmitido, tanto por aqueles que o criam, quanto por aqueles que sofrem com ele.

A partir dos estudos envolvendo o racismo, Ashcroft (2007) apresenta um importante fator na construção do pensamento colonial, que é a ambivalência dos sujeitos que estão entre-culturas. Um dos modelos mais recentes sobre estudos de entre-culturas está centrado, principalmente, em pessoas de matriz sociocultural africana que foram transportadas, escravizadas ou sofreram processos diaspóricos pela colonização ou pela escravidão. A partir desses posicionamentos, nos quais ficam desprovidos de pertencimento os sujeitos deslocados, o racismo aparece enquanto um fator determinante sobre as diferenças dos sujeitos brancos e não-brancos, pois estabelece-se uma diferenciação depreciativa em relação à cultura dos sujeitos não-brancos. Conseqüentemente, desenvolve-se uma percepção sobre a índole do povo conquistado, visto que, retomando os conceitos raciais, o não-branco é caracterizado pelos sujeitos dominantes como um não-sujeito, ou selvagem.

Nesse viés, surgem os Estudos Negros, que se desenvolveram principalmente nos Estados Unidos, durante o século XIX. Nomes como Frederic Douglass (1817-1895), Booker T. Washington (1856-1901) e W.E.B. du Bois (1868-1963) desenvolveram um corpo de textos dedicados à educação e ao desenvolvimento da sociedade negra quando inseridos numa sociedade branca. Nesse contexto, faculdades foram fundadas para auxiliar norte-americanos negros a chegarem a um nível

acadêmico, permitindo que alcançassem níveis educacionais melhores. Esses intelectuais propunham uma investigação da distinção dos elementos culturais africanos nos norte-americanos negros, além das sociedades caribenhas, visto que a recuperação das raízes desses sujeitos estava inserida tanto nos países de origem quanto no país em que moravam.

Com isso, os Estudos Negros rapidamente foram estabelecidos como um modelo poderoso de investigação de todos os aspectos da diáspora negra africana, que encorajavam investigações das origens africanas nas línguas norte-americana e caribenha e em suas práticas culturais, além de verificar as influências entre culturas da África, na América e no Caribe.

Com o passar do tempo, apoiados pelas ideias desenvolvidas por Fanon em sua obra *The fact of Blackness*, de 1952, os atuantes no movimento de consciência negra da década de 1960 lutavam para redefinir a autoimagem negativa que fora construída nos sujeitos negros ao longo da história da escravidão. Tal trabalho foi amparado, quando observa o tratamento discriminatório sofrido pelo povo negro. Utilizando os conceitos de outremização e alteridade, trazidos por Said (1990)¹³, pode-se formular uma teoria que amparasse os Estudos Negros .

Entretanto, para Ashcroft (2007), os estudos pós-coloniais e sua relação com os afro-americanos destacam-se pela pertinente relação entre a teoria acadêmica e a cultura dos sujeitos afro-americanos a partir de sua marginalização na sociedade branca. Dessa maneira, é considerável a percepção que, mesmo dentro de uma sociedade tida como de primeiro mundo, como os Estados Unidos, exista uma gama de terceiros mundos, considerados principalmente por suas culturas, tidas como diferenciadas, assim como suas raízes, provenientes de outros países. Dessa forma, percebe-se que:

Os estudos afro-americanos foram uma das maiores influências nos recentes movimentos intelectuais, sociais e políticos, não apenas afetando os EUA, mas também influenciando muitas pessoas que sofreram a opressão por discriminação racial em outras partes do mundo (ASHCROFT, 2007, p. 04).¹⁴

Tal área de estudo é relacionada a uma visão complexa e ambígua, pois volta-se ao estudo da cultura negra estadunidense. Entretanto ela também se liga a uma das maiores diásporas que ocorreram em todo o mundo, que foi a diáspora africana. Ao estudarmos a relação antiga (escravidão diaspórica) e a vincularmos com a situação

¹³ Os conceitos de Said (1990) serão discutidos posteriormente no capítulo III.

¹⁴ African American studies has been one of the most influential of recent intellectual, social and political movements, not only affecting the US but also influencing many people who have suffered oppression from racial discrimination in other parts of the world. (ASHCROFT, 2007, p. 4)

nova (segregação negra), é perceptível que ambas as situações são relacionadas aos desenvolvimentos da sociedade negra no decorrer dos anos, e não a uma solução dos problemas para essas pessoas.

Os Estudos Negros ficam concentrados diretamente na história de formação dos Estados Unidos da América e nos efeitos contínuos que o racismo causa na sociedade negra. Tais estudos abarcam discussões acerca da discriminação racial e da consequente construção de leis segregacionais dentro das sociedades dos estadunidenses. Eles investigam assuntos que compartilham características com outros grupos americanos, afetados pela discriminação racial, como os nativos americanos e os latinos, já que a exclusão social muitas vezes tenderia a se manifestar não somente motivada pela raça ou pela etnia, mas também pela nacionalidade, pelo gênero e pela classe social desses sujeitos.

Pode-se compreender o estudo afro-americano como “[...] um desenvolvimento produtivo na recente teoria pós-colonial, não somente considerando os diferentes efeitos desses eventos em larga escala sobre grupos individuais que tais estudos revelam (ASHCROFT, 2007, p. 05)”¹⁵. Dessa maneira, é perceptível uma construção das ações sociais com as ideologias construídas. Estrutura-se, então, uma intrínseca teia de relações entre os conceitos problematizados, a relação entre a sociedade e a cultura e, subsequentemente, o estudo acadêmico e a vida fora das universidades, de forma que, ao problematizar as literaturas negras, consiga-se tanto classificar as literaturas conhecidas como ‘negras’, quanto possa-se identificar como as identidades das personagens e de seus leitores são construídas. Um eixo principal de estudo sobre os afro-americanos inicia-se por meio do complexo relacionamento entre os recursos culturais africanos e aqueles que são adotados nas sociedades em que são recebidos, da mesma forma que reflete no modo em que eles interagem nessas mesmas sociedades.

Os estudos conhecidos como negros também mostram um ponto de vista sobre a violência e a opressão que frequentemente são abordadas por meio do uso de perspectivas imperiais sobre outros povos. Por meio delas,

A história da luta para a autodeterminação pelos afro-americanos é historicamente interconectada com movimentos mais amplos das lutas africanas diaspóricas pela independência. Por exemplo, figuras como o nascido jamaicano, Marcus Garvey, assumiram um papel central na luta

¹⁵ [...] a productive development in recent post-colonial theory, not least in the consideration of the different effects of these large-scale events on individual groups that such studies reveal. (ASHCROFT, 2007, p. 5)

americana para a autodeterminação (ASHCROFT, 2007, p. 5)¹⁶.

Uma das figuras destacadas acima foi Marcus Garvey, comunicador e ativista jamaicano, que, sendo um sujeito diaspórico, esteve engajado na vida política dos afro-americanos em meados do século XX. Fundador da Associação Universal para o Progresso Negro, ou *Universal Negro Improvement Association*, ele procurou desenvolver, junto aos afro-americanos, um sentimento de pertencimento ao seu lar ancestral. Naquele momento histórico, tal fato foi de grande importância, já que a sociedade negra enfrentava problemas decorrentes da falta de trabalho e da discriminação acerca de sua raça, fato este que se associava à recente abolição da escravidão nos estados do norte dos EUA. Além de tentativas de reassumir o lar ancestral, ou seja, a África, ele também propunha uma retomada da dignidade e do orgulho em ser negro, criando vários movimentos de retorno ao lar ancestral.

Causas como “volta à África”, que se iniciaram durante o século XX, levantavam a bandeira de regresso a uma “pátria” em comum, local onde tais sujeitos diaspóricos estariam libertos de sua condição como ex-escravos ou de filhos de ex-escravos. Embora não houvesse sucesso na estratégia, os negros estavam com as sementes plantadas para as revoluções que viriam nos anos posteriores, o que deu ensejo a lutas para a igualdade social negra durante as décadas de 1960 e 1980 e que continuam até os dias atuais.

2.2 Racismos em *A resposta*

A partir das concepções discutidas anteriormente, partiremos para a análise dos momentos em que o racismo aparece presente no romance *A resposta* (2015). Destacaremos os momentos de conflitos raciais envolvendo a raça branca, destacada principalmente pelas personagens Elizabeth Leefolt e Hilly Holbrook, e a raça negra, marcada pelas personagens Minny Jackson e Aibileen Clark.

Procuramos trabalhar também com as visões da sociedade das mulheres da família Phelan acerca de como a sociedade da época da narrativa funcionava, em se tratando do papel dos brancos. Estabeleceremos também quais eram os pontos de vista sobre a questão racial que diferenciam Skeeter das demais personagens brancas.

¹⁶ The history of the struggle for self-determination by African Americans is historically intertwined with wider movements of diasporic African struggles for independence. For example, figures like Jamaican born Marcus Garvey assumed a central role in the American struggle for self-determination. (ASHCROFT, 2007, p. 5)

Devemos considerar que, historicamente, houve a segregação racial na cidade real de Jackson, no Mississippi, de forma que as famílias brancas e negras eram separadas por bairros específicos para cada raça. Derivada da abolição da escravatura, ocorrida em 1863 nos Estados Unidos, a narrativa acontece durante os anos de 1962 a 1964, época na qual estavam em vigor as Leis Jim Crow. Explicadas anteriormente, tais leis reduziam os locais para os negros e aumentavam o poderio branco sobre os territórios físicos e psicológicos. (WOODWARD, 2002). Na obra literária trabalhada, para a sociedade branca, representada pela personagem Hilly, a sociedade negra era ao mesmo tempo tão necessária, pois era ela que realizava os trabalhos mais difíceis ou mais cansativos, quanto indesejada, pois poderia desejar transpor a condição de pobreza que lhe era imposta. A preocupação social com os menos favorecidos está presente na vida das *socialites* na narrativa, porém não ao ponto de estabelecer um conflito com o tratamento que dão a suas empregadas. Recorrente é o fato de as *socialites* se organizarem em clubes para auxiliar as “pobres crianças famintas da África” e de não terem a mesma preocupação para com os negros de sua cidade, conforme em:

— É problema meu, Skeeter! Você sabe tão bem quanto eu que as pessoas não vão comprar uma fatia sequer de pão de ló de uma organização que protege integracionistas raciais!
 — Hilly. — Preciso ouvi-la dizer. — Para quem mesmo o dinheiro dessa fatia de pão de ló está sendo levantado?
 Ela revira os olhos.
 — Para as Pobres Crianças Famintas da África.
 Espero que ela entenda a ironia da coisa: mandar dinheiro para gente de cor no outro lado do Atlântico, mas não para o outro lado da cidade [...] (STOCKETT, 2015, p. 364).

Sob essa lógica, é muito simples considerar um sujeito distante como mais necessitado e nos esquecermos de sua própria realidade. Hilly, quando pratica a caridade, não está preocupada com as reais necessidades humanas, mas sim com o status que sua ação pode lhe trazer. Além disso, torna-se distante seu tratamento com as empregadas já que, para ela, elas possuem o dever de servir, como se fossem antigas escravas. Isso pode ser explicado também quando há uma conversa entre as personagens brancas na casa da família Leefolt, na qual se espera que haja um banheiro único para as pessoas não-brancas e outro para as visitas:

[...] — Mas o lavabo é onde a criada vai — diz a dona Hilly.
 Ninguém diz nada por um segundo. Então, a dona Walter balança a cabeça pra cima e pra baixo, como que explicando tudo.
 — Ela está chateada porque a negra usa aquele banheiro e nós também (STOCKETT, 2015, p. 15).

Dividir um local público, ou, nesse caso, um ambiente de possível acesso e uso, para os sujeitos racistas, é algo de extrema indignação, visto que, ao compartilhar algo idêntico, as personagens que são consideradas inferiores adquirem certo caráter de igualdade. Assim, o fator de questionamento de Hilly não é o fato de que a negra utilize o banheiro, mas que esta não vá o banheiro que as pessoas brancas utilizam, compartilhando, além de um ambiente público, também uma aproximação física e psicológica, que quebraria os sentidos de hierarquias entre patroas / empregadas e brancas / negras.

A fala de algumas personagens é influenciada por um discurso racista, ocasionado tanto pelas assunções estabelecidas pelas teorias raciais mais antigas, quanto pelas ideologias mais atuais, como a dos grupos racialistas, derivados dos estudos de Darwin, já discutidos anteriormente. Tendo em vista que tais estudos são apresentados de forma a caracterizar o negro em sua inferioridade, retomamos a obra para destacar a personagem Hilly, que explica à Elizabeth as vantagens que a família Leefolt teria ao construir um banheiro fora da casa, utilizado somente para as pessoas negras:

— Diga a Raleigh que todo centavo que ele gastar nesse banheiro ele vai recuperar quando vocês venderem a casa. — E balança a cabeça, concordando com ela mesma. — E todas essas casas que estão sendo construídas sem dependências de empregada? É simplesmente um perigo. Todo mundo sabe que elas transmitem doenças diferentes das nossas (STOCKETT, 2015, p. 16-17).

Tal fato associa-se não somente com a ideia de que os territórios sociais estariam demarcados, mas com a ideia de que as pessoas negras não eram iguais às brancas, o que traduz a concepção de poderio por parte da família empregadora. Voltando ao que entendia o darwinismo social, as personagens compartilham de uma visão particular e que conduz às diferenças entre as duas raças, de forma que a raça negra seria perigosa à saúde da raça branca. Ao demarcar onde a empregada negra pode estar e de que maneira ela deve realizar suas atividades, é identificada também a associação da personagem negra com características como infantilidade e necessidade de proteção por parte da visão dominante. Ao assumir o propósito de criar algo para Aibileen, a família Leefolt, inconscientemente ou não, a induz a permanecer sob sua custódia, utilizando um discurso de benevolência para justificar a dominação racial.

De acordo com as teorias raciais, trabalhadas anteriormente, é importante que percebamos que a discriminação de Hilly se faz por meio de uma justificativa inerente à sociedade branca, vigente naqueles dias e percebida até os dias atuais. A personagem

patroa, neste caso Hilly Holbrook, não se atenta aos modos de sentir do outro racial, num sentido de alteridade, mas prende-se a uma perspectiva de sobrevivência de sua prole e da sociedade na qual está inserida. A alteridade em Hilly é percebida quando há um enfrentamento entre o ‘estar bem’ social de sua família e amigos em confronto com um ‘estar bem’ de uma sociedade diferente da sua. Entretanto discutiremos, mais a fundo, a construção da personagem no capítulo 3.

Hilly aparece, em outros momentos, como reprodutora dos discursos racistas, uma vez que detém o poder de mando e desmando em relação às suas empregadas domésticas. Dois casos são importantes para a percepção da personagem e seu papel dentro do contexto racial e da perpetuação do racismo na obra.

O primeiro deles acontece quando a primeira empregada doméstica de Hilly, descrita no livro, Minny Jackson, é acusada de roubo pela patroa porque não aceita receber um salário menor ao voltar a trabalhar com ela. No início da narrativa, Minny era contratada da mãe de Hilly, a Sra. Walters, porém, portadora de uma doença degenerativa, a velha senhora é enviada a uma casa de repouso e a doméstica fica sem opções laborais. Para Minny, a empregada havia sido chamada para trabalhar para Hilly, justamente por ser uma ótima cozinheira. Porém essa aceitação implicaria tanto na demissão de outra funcionária quanto no retorno ao ambiente antigo e pior de trabalho, conforme descrito por Minny à Aibileen:

[...] — A dona Hilly tá me cantando pra eu voltar a trabalhar com ela.
 — O quê? — pergunto, com a voz mais dura que consigo: — Escute aqui, Minny, eu mesma sustento você, se for pra não deixar você trabalhar pra aquela coisa ruim.
 — Com quem você acha que tá falando, Aibileen? Com um macaco? Prefiro trabalhar pra KKK. E você sabe que eu nunca roubaria o serviço de Yule May. (STOCKETT, 2015, p. 28)

Sequencialmente, com a recusa do emprego, há uma discussão na cidade e é espalhada a falsa notícia de que Minny havia furtado um objeto da casa dos Holbrook. Nesse primeiro momento notamos que o poder sobre a sociedade vigente é adquirido por meio de cargos sociais e de uma “rede” que coloca as patroas brancas em contato umas com as outras. Ao saber da notícia, Minny se indigna e fica preocupada com a vida dela e as de seus filhos, já que Leroy, seu marido, é agressivo. Naquele contexto fica claro que, mesmo com o trabalho fixo, a garantia de estabilidade não existia, e ficar sem emprego poderia também significar ficar sem ter o que comer, ou chegar a falecer. Somente quando a personagem encontra outro trabalho com uma mulher branca, considerada pária na sociedade, é que o assunto é resolvido.

Em um segundo momento, há também a situação de Yule May, a segunda empregada de Hilly, descrita na obra. Yule May é uma empregada negra, mais nova do que Minny e Aibileen, casada e com dois filhos em idade escolar, que aceita trabalhar para a família Holbrook, com a promessa de um pagamento melhor por seus serviços, e realiza uma jornada extensa, com cerca de 10 horas diárias de trabalho quase ininterruptos. Utiliza o salário para, além de suprir a casa, enviar seus filhos gêmeos para a faculdade.

Como o sistema educacional nos Estados Unidos depende de uma quantia em dinheiro para o ingresso na universidade, na narrativa, Yule May precisa decidir qual dos filhos poderá estudar, pelo pouco dinheiro que falta para a matrícula do outro. Sua aflição é constante e, durante a narrativa, ela chega ao ponto de cometer um furto e devido a isso é presa.

Como a senhorita sabe, eu trabalhava para uma amiga sua. Eu não gostava de trabalhar para ela e muitas vezes quis pedir demissão, mas tinha medo. Eu tinha medo de nunca mais conseguir nenhum emprego quando ela falasse de mim. [...] Mas tenho dois meninos gêmeos que fazem tudo valer a pena. Durante dez anos, meu marido e eu economizamos nosso dinheiro para mandá-los para Tougaloo College, mas não importava o quanto trabalhássemos, não tínhamos o suficiente para dois. Meus meninos são igualmente espertos, igualmente sedentos por educação. [...] Eu roubei daquela mulher. Um anel de rubi feioso, esperando que cobrisse os custos universitários restantes. Algo que ela nunca usou e que eu sentia que ela me devia por tudo que eu havia passado trabalhando para ela (STOCKETT, 2015, p. 325, grifos da autora).

É importante destacarmos como a narrativa é construída a partir da população negra, que reconta e recria as personagens brancas. Uma leitura é estabelecida com os sujeitos negros, associados a alguns símbolos coloniais, já discutidos anteriormente, ou seja, caracterizados como frágeis, infantis e sem voz na sociedade. Também espera-se que, como eles não possuem boa índole, sejam automaticamente vinculados aos estereótipos ruins, como o(a) ladrão(ladra), o(a) fugido(a), etc. No exemplo da personagem citada acima, Yule Mae recorre ao roubo para conseguir o necessário para que os filhos possam ter uma condição de vida melhor, já que não houve auxílio por parte dos patrões. Entretanto é importante salientarmos que, independentemente dos motivos, a personagem Hilly recorre ao seu poder e local social para dominar as demais pessoas, como observado em:

—Yule May pegou um advogado muito bom — disse Pascagoula.
— Mas todo mundo tava dizendo que a mulher do juiz é amiga da dona Holbrook e que uma sentença normal seria seis meses por furto, mas a dona Holbrook, bem, ela conseguiu quatro anos. O julgamento tava feito antes

mesmo de começar.

— Eu posso falar com o papai. Ele podia tentar arranjar... um advogado branco.

Pascagoula balança a cabeça e diz:

— Esse era um advogado branco. (STOCKETT, 2015, p.326-327)

A diferença entre os sujeitos, nesse caso, se faz por meio de valores de poder tanto social quanto racial entre as personagens Hilly e Minny, e Hilly e Yule May, sendo que a primeira se encontra em posição de poder perante as demais pelo simples fato de ser branca. Fatores como local de moradia (centro x periferia), poder aquisitivo (empregador x empregada), cor de pele (branca x negra) e leis separatistas, no caso das Leis Jim Crow que justificavam os alvos do poder branco para com os não-brancos, ampliam consideravelmente as ideologias predominantes, além de exercer um modo de colonialidade dos brancos com os negros, vinculado às instâncias do ambiente de trabalho ou fora dele.

Dentro da narrativa pertinente à Aibileen, percebemos que a questão racial entre ela e sua patroa, Elizabeth Leefolt, se estabelece também pelo poder social e econômico, embora a afetividade da protagonista negra esteja em primeiro plano. Aibileen já possui certa idade e a filha de Elizabeth é a 17ª criança branca de que ela cuida. Nesse quesito, a presença da questão afetiva torna a personagem mais subalterna do que a outra protagonista negra, Minny. A empregada também faz alusão ao conceito da figura da *Mammy* folclórica, porém discutiremos o assunto posteriormente, visto que tal caracterização aborda a constituição de sua identidade.

Aibileen, no início da narrativa, descreve que havia perdido seu filho em um acidente de trabalho e chega a cogitar o suicídio. Entretanto, ao cuidar da filha de sua patroa, ela recupera o ânimo por viver e, inconscientemente, demarca os limites de dominação que estariam em questão. Segundo Aibileen, cuidar de crianças é o que ela sabe realizar:

MAE MOBLEY nasceu num domingo de manhãzinha, em agosto de 1960. Um bebê de igreja, como gostamos de dizer. Cuidar de nenês brancos é isso que eu faço, e tudo mais que tem a ver com cozinha e limpeza. Em toda a minha vida, criei dezessete crianças. Sei fazer os bebês dormir, parar de chorar e usar a privada muito antes das mães deles saírem da cama de manhã (STOCKETT, 2015, p.7).

Ao iniciar o cuidado com Mae Mobley Leefolt, Aibileen retoma algo que acreditava que não poderia fazer. Perante a sociedade da época, uma mulher branca somente poderia realizar trabalhos, caso fosse em situação extrema, porém, na sociedade negra, mulheres deveriam trabalhar, pois era uma necessidade para a família.

Para a sociedade branca, o papel e trabalho das mulheres negras eram fora de suas residências, relegadas aos serviços de limpeza e cuidados de pessoas idosas ou crianças.

Nesse pensamento patriarcal, Aibileen desconstrói o molde ao estabelecer-se como uma mãe solteira, iletrada e que não buscou a ajuda masculina, mesmo quando mais jovem. No início da narrativa ela somente queria que seu filho, Treelore, crescesse e se destacasse, não possuindo sonhos ou metas para si. Porém Treelore desejava escrever e publicar um livro sobre como era a situação dos negros no Mississippi.

Durante a narrativa, é perceptível que a protagonista Aibileen carrega em si uma forte tendência materna, o que, para alguns autores, demonstra sua ligação a estereótipos pertinentes à raça negra. Schiffer (2014), por exemplo, nos conduz a essas classificações, que apresentam estereótipos tanto para as mulheres indígenas estadunidenses quanto para as mulheres adultas negras. A autora leva em conta a situação do racismo gerado dentro de panoramas envolvendo os estudos de gênero e de raça ao longo de décadas de escravidão, segregação e preconceito racial.

Nesse sentido, abordaremos aqui os esterótipos caracterizantes das mulheres negras adultas e, no próximo capítulo, a abrangência de seu trabalho. O primeiro desses estereótipos que classifica as mulheres negras é o estereótipo da Jezebel, que justificaria as agressões e o estupro sofrido pelas mulheres negras, já que, ao se considerar as mulheres enquanto seres animais e hipersexualizados, elas não teriam direitos à proteção contra tais abusos. Schiffer (2014, p. 1215-1216) nos diz que “A Jezebel é animal e sexual, livre das restrições que se aplicam à mulher branca, mas é isolada ao homem negro. Através das lentes da figura Jezebel, as mulheres negras são vistas como intimamente lascivas e predadoras sexuais”.¹⁷ Assim, algumas personagens, durante a narrativa de *A resposta* (2015), compartilham desse estereótipo, como a personagem Cocoa. Ela não possui grande participação na narrativa, pois havia sido amante do marido de Aibileen, Clyde. Cocoa é vista pelas demais personagens como alguém inconsequente e preocupada com a satisfação sexual do amante ou daquele que a protege, como quando Aibileen descobre que, “Uma semana depois do Clyde deixar você, ouvi falar que Cocoa acordou e viu que a xoxota dela tava que nem uma ostra estragada[...]” (STOCKETT, 2015, p. 36).

O segundo estereótipo abordado é o das mulheres furiosas ou teimosas. Este, explicado por Schiffer (2014), é o estereótipo mais aplicado para as jovens adultas e

¹⁷ The Jezebel is animalistic and sexual, free from the sexual restraints that apply to white women, but is isolated from Black men. Through the lens of Jezebel imagery, Black women are viewed as innately lascivious and sexually predatory. (SCHIFFER, 2014, p. 1215-1216)

moradoras dos guetos, já que esse perfil indica aquelas mulheres que não permanecem caladas e não se submetem aos esposos e/ou padrões, como o exemplo de Minny e sua filha, Kindra. Para a pesquisadora, “muitos teóricos acreditam que este estereótipo é cíclico, na qual a raiva presente nas mulheres negras é gerada por implacáveis histórias de opressão dentro de sua comunidade” (SCHIFFER, 2014, p. 1216)¹⁸. É possível relacionar a raiva que Minny possui com a condição com a qual foi criada, como em:

Levantei os olhos pro teto porque esse é um choque com o qual nunca vou me acostumar, mesmo com quatro filhos antes dela. O dia que seu filho diz que odeia você, e todos os filhos passam por essa fase, é como um chute no estômago.

Mas Kindra, Deus Nosso Senhor! Isso que eu tou vendo não é só uma fase. Essa menina tá me saindo igualzinha a mim. (STOCKETT, 2015, p. 71)

Já o terceiro estereótipo trabalhado demarca a imagem criada da *Mammy*, que diverge quase que totalmente dos anteriores. Atualmente, as mulheres encontram-se vinculadas, principalmente, aos dois primeiros estereótipos, enquanto que fogem deste, porém na obra ele é fortemente abrangido, de maneira que Aibileen, Constantine e Minny são estereotipadas assim. A característica principal das *Mammies* é de serem “[...] maternas, profundamente religiosas e assexuadas. Elas se sacrificam, são carinhosas, e geralmente estão acima do peso e já na meia-idade ou são velhas” (SCHIFFER, 2014, p. 1216).¹⁹ Tais estereótipos seriam uma recusa à libido dos homens e dedicariam toda a sua existência ao amor e ao cuidado dos filhos e filhas de suas patroas brancas. Além disso, esse estereótipo também causa um comportamento de dependência das empregadas pelos patrões e patroas, já que as negras “amam” o seu trabalho. Nesse sentido, as empregadas negras sabem qual é o seu lugar na casa dos patrões e, conseqüentemente, na sociedade branca.

As mulheres, segundo o estereótipo da *Mammy*, criado pelas pessoas brancas, podem ser consideradas as negras mais próximas do ideal branco, o que frustra as próprias mulheres negras em seus trabalhos. Nesse contexto, Aibileen se vê enquanto empregada e reflete sobre a situação de distanciamento entre a patroa, Elizabeth, e Mae Mobley:

Mas nunca tinha visto um bebê gritar como Mae Mobley Leefolt. No primeiro dia, passo pela porta, e lá está ela, vermelha como uma pimenta e gemendo de cólica, brigando com a mamadeira como se fosse um nabo

¹⁸ Many theorists hold that this stereotype is cyclical, in that the anger present within Black women is generated from unrelenting stories of oppression within their community. (SCHIFFER, 2014, p. 1216)

¹⁹ [...] maternal, deeply religious, and asexual. They are self-sacrificing, nurturing, and generally overweight and either middle-aged or old. (SCHIFFER, 2014, p. 1216)

podre. Dona Leefolt, [está] olhando apavorada pra filha. "O que eu estou fazendo de errado? Por que não consigo fazer isso parar?"
Issso? Essa foi a minha primeira dica: tem alguma coisa errada aqui.
(STOCKETT, 2015, p. 7)

Percebemos que o distanciamento inicial entre mãe e filha ocorre, de acordo com Aibileen, pelo fato de a mãe passar por uma espécie de doença, proveniente da maternidade, como uma neurose ou depressão. Entretanto é percebido que esse distanciamento se dá pelo fato de a menina ser considerada feia e gorda pela mãe, que, descrita por Aibileen, permanece sempre magra e de cara feia (STOCKETT, 2015, p.8). Tal contraste entre as personagens “mãe e filha” é presente também nas relações familiares de Skeeter e Charlotte, pois, por não ser uma criança “bonita” para os padrões da sociedade, visto que mesmo na sociedade branca existe uma hierarquia quanto aos padrões de beleza e de *status* social, Skeeter sofre com o distanciamento de sua mãe. Porém, como esse fator também é constituinte da identidade das personagens, abordaremos tal fato posteriormente.

Ao trabalhar com a família Leefolt, Aibileen se encontra em alerta, afinal, a pedido de Skeeter, ela é autorizada por Elizabeth a contribuir para a coluna de limpeza que Skeeter escreve. A partir disso, acontecem dois modos de tratamento de Aibileen dentro da residência dos Leefolt: a primeira entre ela e a patroa, que pretende demonstrar sua dominação sobre Aibileen; e a segunda entre Aibileen e Skeeter, que passa a ouvir as histórias da senhora negra.

Em um primeiro momento, o contato com Aibileen acontece quando ela faz o seu trabalho. Ao educar e ensinar Mae Mobley, ela corresponde aos ideais pretendidos por sua patroa, ou seja, conforme discutido por Schiffer (2014), ela atende aos padrões pedidos de uma *Mammy* já que “ama” a criança e a família branca como se fossem suas. Entretanto devemos considerar que existe um pensamento corrente nessa sociedade, derivado dos racialistas darwinistas, segundo o qual, as raças diferentes podem causar danos à sociedade considerada padrão (ASHCROFT, 2007), pois ela pode ser vista como uma espécie de “mãe substituta”, mas nunca será realmente uma “mãe” para Mae Mobley, o que leva, ao final, à quebra de Aibileen com o estereótipo estabelecido. Dessa maneira, é construído na garagem um banheiro especial para a empregada negra, que diferenciaria o lugar de acesso desta personagem aos demais. O banheiro descrito por Aibileen não apresenta a estrutura idêntica à dos banheiros dentro das casas e, mesmo que cause um estranhamento, era um anexo comum nas casas do Mississippi. Nesse caso, a figura do banheiro traz muitos problemas para a empregada

De manhã, o assento daquela privada fica frio lá fora, me dá um arrepio quando sento nele. É só um quatinho bem pequenininho que eles construíram dentro da garagem. Tem uma privada e uma pia minúscula presa à parede. Uma cordinha pra acender a lâmpada. O papel higiênico tem que ficar no chão. (STOCKETT, 2015. p. 121)

Neste momento justifica-se a necessidade de construir um objeto de uso, como um banheiro, fora da residência já que reforçaria a concepção de que as pessoas brancas fariam algo de bom para seus funcionários negros, além de também demarcarem sua superioridade ao estabelecer limites entre uma raça e outra.

Na obra em questão, é pertinente que a criança da qual Aibileen cuida fique curiosa pelo uso do banheiro e queira utilizá-lo, já que Mae Mobley fica mais à vontade com a empregada do que com sua mãe biológica. Nessa parte da narrativa, a menina está aprendendo a utilizar a privada e se nega a fazer suas necessidades dentro de casa, obviamente porque a empregada não pode utilizar o mesmo banheiro que ela. Ao conhecer o banheiro dos negros e ver a mulher fingir utilizar a privada, a menina imediatamente faz o que lhe é pedido, como pode ser observado no trecho a seguir:

Coloco de volta a fralda dela e a gente vai pra garagem. A chuva deixou o banheiro com cheiro de esgoto. Mesmo com a luz acesa, é escuro e não tem nenhum papel de parede bonito que nem dentro de casa. Na verdade, as paredes nem são paredes de verdade, são só chapas de compensado pregadas umas nas outras. Será que ela vai ficar com medo?

— Muito bem, Nenezinha, tá aqui, ó. O banheiro da Aibileen. [...]

Bem, ela tá surpresa mesmo. Com a boca caída como quem acabou de ver um milagre. Saio do banheiro, e, antes de me dar conta, ela tira a fralda, e não é que a macaquinha sobe na privada, se segurando pra não cair e faz xixi sozinha? (STOCKETT, 2015, p.126)

Tal demonstração de preocupação é marcante ao que configura o trabalho que Aibileen realiza. Além de cuidar da criança, ela também educa a menina aos hábitos sociais que ela deverá ter. Porém, ao chegar em casa, depois de ter ficado tarde fora, a mãe de Mae Mobley, ao saber que a menina havia aprendido a utilizar a privada, exige que a filha lhe mostre, e a criança imediatamente corre até o banheiro da empregada, causando a ira de sua mãe e a consequente desaprovação do serviço realizado pela empregada.

Nesse momento, comentários ofensivos são proferidos por Elizabeth, de forma que a menina sinta que ali não é o lugar dela devido à sua raça e sociedade, tampouco que a empregada possa se sentir pertencente àquela família. A raiva e o desprezo racial se tornam muito fortes, de tal maneira que, indiretamente, a opção de contar e escrever as suas histórias possa propor uma desestabilização ao pensamento racista naquela

sociedade. Visto assim, Aibileen retrata seu lado materno, quando a patroa ameaça a criança, caso ela passe o limite estabelecido entre as raças, conforme podemos ver:

Mas a dona Leefolt tá com a boca repuxada, fazendo cara feia e resmungando pra menina. Antes de eu conseguir colocar a fralda de volta nela, a Nenezinha sai correndo o mais rápido que pode. A Nenezinha branca e pelada correndo pela casa. Vai pra cozinha. Abre a porta dos fundos, tá na garagem, tentando alcançar a maçaneta do *meu* banheiro. A gente corre atrás dela, e a dona Leefolt já tá com o dedo em riste. A voz dela sobe umas dez notas:

— Esse não é o seu banheiro!

A Nenezinha balança a cabeça, sem entender.

— *Meu banheiro!*

Dona Leefolt a pega num safanão, dá um tapa na perninha dela.

— Dona Leefolt, ela não sabe o que tá fazendo...

—Volte para dentro de casa, Aibileen!

Eu detesto, mas volto pra cozinha. Fico parada no meio do cômodo, deixo a porta aberta atrás de mim.

— Não criei você para usar o banheiro dos pretos! — Ouço ela sussurrando, pensando que não tou ouvindo, e penso: *Minha senhora, não foi a senhora quem criou a sua filha.*

—Aqui é sujo, Mae Mobley. Você vai pegar doença! Não, não, não! — E ouço ela bater novamente na menina, e de novo, e de novo, nas perninhas dela. (STOCKETT, 2015, p. 127-128)

Podemos constatar que naquela sociedade uma pessoa negra deveria estar a par de qual seu lugar de pertencimento, além de identificar a confusão identitária que a criança nascida naquela situação sofreria, caso a pequena não entendesse e definisse os limites raciais que a sociedade havia estabelecido. Mae Mobley se destaca por ficar à margem dessas relações, já que a patroa estaria “educando” a filha para que seguisse os padrões estabelecidos pela sociedade dominante, enquanto que a empregada “educaria” a menina para seguir os padrões de humanidade acima das leis raciais. No entanto Mae Mobley não se encaixa com perfeição em nenhuma das sociedades.

Assim como Schiffer (2014), Kalová (2013) também aborda, em suas pesquisas, a caracterização do estereótipo *Mammy*. Segundo Kalová (2013), a justificativa para o uso da mulher negra como cuidadora das crianças brancas era de que, como uma pessoa inferior, a *Mammy* encontraria a necessidade de existência ao adorar as crianças brancas de que cuidava.²⁰ Tal fator, decorrente dos pensamentos escravistas, é abrangente na obra, de modo que as mães brancas esperam esse cuidado e esse “tipo de amor” para os seus filhos.

Entretanto, o excesso de trabalho das mulheres negras para com o cuidado de crianças brancas também exigia o quase abandono de suas famílias, o que relegava aos

²⁰ Because the salves in general were considered less than human, the white masters had to find a way to justify letting them raise their children. This was achieved by deeming the “Mammy” inferior and fabricating her need to adore the superior white children. (KALOVÁ. 2013, p. 16-17)

seus filhos um crescimento praticamente desprovido de amor materno. Tal fato é descrito, mais a fundo, com a personagem Minny, que, além de viver com um marido abusivo, também procura cuidar de suas crianças. Porém tal fato será abordado no capítulo III, na qual discutiremos sobre a identidade das personagens principais.

Diferente da maneira tratada por Elizabeth Leefolt, encontramos Skeeter Phelan, que também mantém contato com Aibileen. Inicialmente o contato se faz por ajuda, já que Skeeter precisa do conhecimento de Aibileen para que possa manter a coluna social. Para tanto, é pedida a permissão de Elizabeth para que ambas pudessem conversar, desde que não atrapalhasse o trabalho da empregada. O que a patroa não sabe é que Skeeter conhece um pouco da sociedade negra e cria, junto à Aibileen, uma proximidade informal, que vira uma relação de amizade no decorrer da obra.

Entretanto vê-se que Skeeter, a princípio, também considera Aibileen como uma propriedade, que deve obedecer aos comandos de sua patroa.

— Bem... ähn, alguma de vocês já leu a sra. Myrna? — pergunto.
 — Ora, não — diz Hilly. — Mas as brancas pobretonas de South Jackson leem como se fosse a Bíblia do rei James. Elizabeth concorda.
 — Todas aquelas pobres moças que não têm criadas, aposto que elas leem.
 — Você se importaria se eu falasse com Aibileen? — pergunto a Elizabeth.
 — Para me ajudar a responder algumas das cartas?
 Elizabeth fica imóvel por um segundo.
 — Aibileen? A *minha* Aibileen?
 — *Eu* é que não sei as respostas para as perguntas.
 — Bem... quero dizer, desde que não atrapalhe o trabalho dela.
 Fico sem dizer nada, surpresa com a atitude dela. Mas trato de me lembrar de que é Elizabeth quem está pagando o salário dela, afinal de contas.
 (STOCKETT, 2015, p. 105)

A esse fenômeno, podemos inferir como a ideologia racial fica impregnada nos sujeitos de forma que eles não consigam escapar dos moldes ideológicos pré-moldados. É perceptível que o uso do pronome possessivo “minha” demarca o poderio da patroa sobre a empregada. Da mesma maneira, nenhum personagem pensou em perguntar à senhora negra se ela queria ajudar no trabalho, estabelecendo um tratado de serviços entre as moças brancas, da mesma maneira como um senhor colonial faria com seus escravos.

Skeeter não consegue imaginar uma casa sem o trabalho de uma negra, visto que, durante a sua infância, tal fato era “natural”. Porém ela nunca havia pensado no outro lado, ou seja, em como seria a vida do sujeito negro convivendo com o preconceito diariamente. Quando Skeeter percebe as duas realidades, o ponto de vista branco e o ponto de vista negro, ela começa a não mais se identificar com a

“naturalidade” das relações raciais. Isso se passa entre as duas protagonistas, Skeeter e Aibileen, de forma que ambas possam reavaliar os pontos de vista em relação à outra raça.

— Bem — respirei fundo. — Eu gostaria de escrever sobre isso, mostrando o ponto de vista das empregadas. As mulheres de cor daqui. — Tentei imaginar o rosto de Constantine, o de Aibileen. — Elas criam uma criança branca, então, vinte anos depois, a criança se torna seu empregador. É essa ironia, nós as amamos e elas nos amam, e ainda assim... — Engoli a saliva, com a voz tremendo. — Sequer permitimos que usem o banheiro da casa.

Mais uma vez, silêncio.

— E — me senti compelida a continuar — todo mundo sabe o que pensam os brancos, a figura glorificada de Mammy, que dedica toda a vida a uma família branca. Margaret Mitchell já fez isso. Mas ninguém nunca perguntou a Mammy o que ela pensava disso tudo. — Suor escorria pelo meu peito, molhando minha blusa de algodão. (STOCKETT, 2015, p. 141)

Quando Skeeter faz a referência à Margaret Mitchell, ela se refere à sua obra *E o vento levou* (1936), na qual a autora, também sulista, descreve um romance entre uma moça branca e um soldado. Entretanto há a figura de uma empregada doméstica negra que “cuida” de Scarlett, personagem principal, cujo nome é *Mammy*. A personagem da empregada é totalmente dedicada a sua patroa e abdica de sua vida individual para que Scarlett seja mimada. Mesmo não sendo a primeira figura negra a ter esse nome na literatura estadunidense, a personagem é o símbolo da ideologia que a *Mammy* clássica representa para os sulistas brancos.

Com isso, Barbara Applebaum (2010) nos diz que, na tangente entre as duas raças, quando há a reconscientização dos papéis, há o que pode ser denominado de privilégio branco ou consciência branca. Para ela, isso significa que, quando um sujeito branco identifica um problema racial negro, ele compreende o seu local de poder, que pode reiterar a dificuldade achada. Tal fator fica em evidência, nesse momento, pois entram em questão os diversos pensamentos acerca dos pontos de vista de uma raça em relação à outra. Quando uma personagem branca toma ciência de que há outro ponto de vista, a consciência branca permite

[...] não apenas ‘não conhecer’ mas também não saber que o outro não sabe sobre si, e em acreditar que ele tem ciência [de que o primeiro não sabe]. A ignorância branca é uma forma de conhecimento branco. É um tipo de ignorância que, arrogantemente se fantasia de conhecimento (APPLEBAUM, 2010, p. 39).²¹

A autora (APPLEBAUM, 2010) explica que a sociedade branca mascara seu

²¹ [...] not just ‘not knowing’ but also ‘not knowing what one does not know and believing that one knows’. White ignorance is a form of white knowledge. It is a type of ignorance that arrogantly parades a knowledge. (APPLEBAUM, 2010, p. 39)

racismo com atos de bondade. Na obra *A resposta*, mesmo com consciência de que havia um problema racial em questão na sociedade de Jackson, que envolvia as pessoas negras, relegadas às margens da cidade, a sociedade branca desenvolvia discursos para auxiliar sujeitos cujos problemas ficavam em maior evidência, como as crianças africanas. Nesse caso, a “ignorância branca” de Applebaum aparece quando há uma falsa percepção de auxílio, e ela se torna em “consciência branca”, quando o problema real é combatido.

A “ignorância branca” aparece demonstrada na obra em determinados sujeitos que a utilizam para justificar um pensamento racial corrente. Não é interessante que os sujeitos brancos se interessem pela causa negra, uma vez que, caso isso aconteça, o poder exercido por eles estaria em risco. Nesse caso, apresentar uma solução à situação de segregação negra, de acordo com o ponto de vista da sociedade branca, não ajudaria aos negros, pois os brancos os viam enquanto criados. Nesse pensamento racista, uma solução de integração social dificultaria o relacionamento entre os sujeitos negros e os brancos, já que os negros não teriam mais a quem servir diante do regime que não era mais escravista. Desse modo, o pensamento branco, apresentado por Applebaum (2010) como ignorância branca, seria o fato de que um sempre serviria ao outro, pois essa é a razão de existência da raça negra. A respeito dessa linha de pensamento, agrega-se o que Aibileen toma por “regras brancas”, na qual ela discute com Skeeter:

— Eu tava pensando... — Mas então ela para.
 Levanto os olhos da máquina de escrever e espero. Foi necessário Aibileen vomitar para eu aprender a lhe dar o tempo de que ela precisa.
 — Eu tava pensando que eu devia ler um pouco. Pode me ajudar com a minha escrita.
 —Vá até a biblioteca da State Street. Eles têm uma sala cheia de escritores sulistas. Faulkner, Eudora Welty...
 Aibileen limpa a garganta.
 —Você sabe que pessoas de cor não podem entrar naquela biblioteca.
 Fico ali sentada por um segundo, me sentindo uma idiota. (STOCKETT, 2015, p. 202)

Aibileen deseja aprender mais e melhorar sua escrita e, para isso, ela pede para que Skeeter busque alguns títulos de obras literárias para que ela possa ler em casa, à noite. A surpresa de ambas é determinada pela maneira com que elas percebem o outro lado, ou seja, para a branca, é nítido que algo tão simples, como pedir alguns livros, não deveria surpreender a negra, enquanto que, para a negra, a realização de um favor estabelece a confiança de que ela precisa sobre o segredo da escrita do livro em conjunto.

Aibileen demarca o que, para ela, são as “regras brancas”. Para uma sociedade em que o poder está dentro da sociedade dominante, as regras de convívio também são estabelecidas pela sociedade branca. Ir a uma biblioteca branca, naquele contexto, seria uma afronta ao convívio entre brancos e negros, uma vez que as Leis Jim Crow estabeleceriam um enorme e complexo sistema segregacional, no qual a negra poderia ir a outra biblioteca, porém sem encontrar os títulos que ela desejava ler, pois eles poderiam ser considerados desperdício de conhecimento. Ao recusar pegar os livros, Skeeter demonstraria a superioridade para com Aibileen, e esta não poderia questionar a recusa, mesmo que estivesse auxiliando na construção do livro de entrevistas.

Interessante também que o uso de livros era algo quase restrito à sociedade branca, porém a prática de leitura não era interessante para as mulheres, já que não havia a necessidade de elas obterem conhecimento maior que o dos homens. Quando Skeeter percebe que existem esses limites brancos, há a seguinte discussão:

No décimo segundo título, eu preciso saber:

— Aibileen, há quanto tempo você vem querendo me pedir isso? Se eu pegaria esses livros para você?

— Há um tempo. — Ela encolhe os ombros. — Acho que tenho medo de falar nisso.

— Você.. achou que eu iria recusar?

— Essas são as regras brancas. Não sei qual das regras você tá seguindo e quais não tá.

Olhamos uma para a outra durante um momento.

— Estou cansada de regras — digo.

Aibileen ri e olha para fora da janela. Percebo, então, quão débil essa revelação deve lhe parecer. (STOCKETT, 2015, p. 204-205)

O diálogo entre as duas personagens nos mostra um exemplo de como era o pensamento racial naquela época, já que eram estabelecidos parâmetros e limites entre as raças, o que colocava os sujeitos em seus lugares. Da mesma maneira, as margens estabelecidas pelas relações raciais são demarcadas pela sociedade, enquanto que a subordinação das mulheres decorre principalmente de seus papéis sociais e hierárquicos, e, conseqüentemente, a subordinação das mulheres negras acontece, primeiro, pela sociedade branca em geral, depois pela sociedade branca feminina, para, então, ocorrer dentro de sua sociedade negra.

Essa situação de conscientização branca aparece problematizada também entre a família Pheelan, visto que Skeeter traz à tona a questão racial, enquanto que Charlotte, sua mãe, pretende ao máximo deixar as coisas como estão. A relação entre as duas será abordada posteriormente no capítulo 4, sobre a construção de suas identidades, porém destacaremos aqui apenas os pensamentos divergentes sobre o convívio racial entre elas.

O ponto de vista de Skeeter já foi abordado anteriormente, entretanto é necessário que retomemos um dos fatores essenciais para que a discussão racial seja estabelecida. Inicialmente, além de “prestar atenção” ao convívio entre raças, de forma mais apurada, decorrente do tratamento que Aibileen sofre na casa de Elizabeth, Skeeter relembra Constantine, a empregada doméstica que a criou. De forma parecida com a relação entre Aibileen e Mae Mobley, houve a relação de afetividade entre Constantine e Skeeter, pois a primeira realizou o trabalho de educá-la e de não a moldar la efetivamente como a sociedade branca exigia, assim como Aibileen também faria com Mae Mobley, caso tivesse a oportunidade de continuar o trabalho com a família Leefolt.

Podemos, dessa maneira, considerar Constantine como uma “*Mammy* ao contrário”, uma vez que ela se utilizou de um estereótipo vigente para educar e criar a menina segundo os moldes estabelecidos, enquanto que também apresentava para a jovem Skeeter, o outro lado da questão, segundo o qual ela não deveria seguir as ideologias idênticas às que sua mãe seguia e lutar por um caminho ideológico que a fizesse mais feliz, como em:

Constantine sentou-se ao meu lado, na mesa da cozinha. Ouvi o estalar das suas juntas inchadas. Ela apertou o dedão bem forte na palma da minha mão, algo que nós duas sabíamos que significava Atenção. Ouça o que estou dizendo.

"Toda manhã, até estar morta e enterrada, você vai ter que tomar essa decisão." Constantine estava tão próxima de mim que dava para ver suas gengivas escuras. "Você vai ter que se perguntar: *Vou acreditar no que esses tolos vão falar de mim hoje?*"

Ela manteve o dedão pressionado contra a minha mão. Fiz sinal com a cabeça de que havia entendido. Eu era inteligente o suficiente para entender que ela se referia às pessoas brancas. E, apesar de eu ainda me sentir mal e saber que, muito provavelmente, era feia, essa foi a primeira vez que ela falou comigo como se eu fosse algo além da filha branca da minha mãe. Toda a minha vida me disseram no que acreditar, em termos de política, sobre os negros, já que nasci menina. Mas, com o dedão de Constantine pressionado contra a minha mão, compreendi que, na verdade, eu podia escolher no que acreditar. (STOCKETT, 2015, p. 85-86)

Da mesma maneira com que Constantine trabalhou na reflexão racial de Skeeter, ela também exerceu seu papel de *Mammy*, já que abandonara sua única filha, Lulabelle, e dedicara-se inteiramente à criação de Skeeter, passando a considerá-la como uma “filha”. No presente da narrativa, Constantine não está mais viva, e tudo o que é dito sobre ela é realizado por outras personagens, principalmente por Skeeter. Com isso, temos um panorama sobre os sentimentos de Constantine por meio das lembranças de Skeeter, já que aquela passou muito tempo com a menina e estabeleceu vínculos afetivos com ela.

É importante que demarquemos, também, como a mãe de Skeeter encara as relações raciais. Para Charlotte, assim como a maioria das personagens brancas, o contato com outra raça deve ser feito por meio dos limites econômicos, não permitindo que haja um contato maior envolvendo a afetividade. Quando isso ocorre, é importante quebrar os laços entre as raças, pois isso poderia ser considerado uma maneira de integração racial, o que era proibido naquele contexto:

— Eles são diferentes sob esse aspecto, sabe? Essa gente tem filhos e só pensa nas consequências quando já é tarde demais. Eles, essa gente. Isso me faz lembrar de Hilly. Minha mãe também vê isso no meu rosto. (STOCKETT, 2015, p. 466)

É visível como Charlotte percebe a existência racial em sua sociedade. Ao retomar Schiffer (2014), podemos notar que o pensamento racial envolve a caracterização das pessoas negras como infantilizadas, que precisam de constante supervisão e ajuda. Para Charlotte, “Não se pode deixar um negro e uma negra sozinhos juntos sem vigilância”, mamãe cochichou para mim, há muito tempo. “Não é culpa deles: simplesmente não conseguem evitar” (STOCKETT, 2015, p. 95), o que reflete a ideologia marcante de bestialidade e de infantilidade dos sujeitos negros, conforme já discutido acima. O pensamento ideológico e estereotipado das personagens acontece a partir da visão de mundo a que foram acostumados, traduzindo o pensamento de uma época.

Nesse sentido, ao caracterizar duas pessoas como não conseguindo controlar seus atos, remetemos também aos estudos da psicanálise, uma das bases para o racismo científico, que estabelecem a capacidade humana de controle de ações, sentimentos e desejos, e aqueles seres, cuja capacidade de controle não existe, são considerados como seres inferiores, desumanos e bestiais. Schiffer (2014) nos conduz novamente ao contexto histórico norte-americano que seguia o pensamento de dominação imperial, “retratando as pessoas negras e nativas como criminosas a visão da superioridade branca fica mantida [...]” (SCHIFFER, 2014, p. 1213)²², ao mesmo tempo em que os estereótipos raciais mantêm o poder, por meio de instituições sociais como o sistema jurídico, aos sujeitos brancos.

Ao caracterizar que a questão racial, presente na obra, se define enquanto um agravante para as relações sociais, os aspectos formadores das protagonistas são facilmente relacionados ao contexto em que elas vivem, pois, ao considerar que existem

²² Portraying Black and Native people as criminals maintains the view of white superiority [...] (SCHIFFER, 2014, p. 1213)

as manifestações de poder social, principalmente por meio do discurso racial, as personagens negras sentem-se como objeto a ser explorado e inutilizado, por parte das personagens brancas.

Além de estabelecer uma ilusão de aceitação, as personagens brancas, que compartilham das imagens raciais que levam à separação das raças, também procuram demonstrar sua verdade, por meio de discursos religiosos e legalmente aceitos, o que corrobora para a segregação e para a constante superioridade de uma raça sobre a outra, recriando uma situação colonial, na qual as negras voltam ao final do dia para as margens (senzala) e, ao início de outro dia, para o centro (casa grande), esquecendo seus filhos e sua família.

Tais comportamentos também influenciam na criação dos esterótipos da sociedade negra, de modo que as mulheres negras são tratadas como forma de posse perante a sociedade branca. Entretanto, esse pensamento as coloca em contato direto com as crianças, que podem ser educadas tanto para que haja o relacionamento racial, quanto para a repetição de ideologias separatistas.

Dessa forma, passaremos a discutir as identidades presentes na obra.

CAPÍTULO III – A IDENTIDADE EM *A RESPOSTA*

3.1 Definindo terceiro mundo e sua literatura

A expressão ‘Literatura de terceiro mundo’ surgiu, segundo Ahmad (2002, p. 53), por causa das diversas pressões que a sociedade dominante sofria em decorrência do surgimento de novos textos, oriundos das comunidades colonizadas, que delineavam um novo conjunto de categorias e estudos, dentro de uma categoria mais ampla existente, ou seja, dentro dos modelos ampla e socialmente aceitos e enraizados. Tal expressão também caracteriza o terceiro mundo enquanto o espaço para a denominação do saber dos vários outros, num sentido derivado de Said (1990).

Essa classificação foi utilizada primeiramente em 1952, período da guerra fria, pelo político e economista Alfred Sauvy. Na ocasião, ele se referiria aos países que não estavam nem em concordância econômica com os Estados Unidos e nem com a União Soviética, classificados como potências econômicas. Com isso, surgiam os termos ‘primeiro mundo’, que foi utilizado para designar o poderio econômico do Ocidente, ou seja, dos países com poder de dominação e economia em ascendência capitalista, enquanto que o termo ‘segundo mundo’ foi atribuído à União Soviética comunista, que naquele contexto detinha poderio militar e econômico em queda, o que a distinguia dos Estados Unidos.

O conceito de “terceiro mundo” também foi utilizado como uma metáfora para todas as sociedades em desenvolvimento, ou de qualquer condição social, o que reforçava seu estereótipo pejorativo. Com diferenças econômicas que começavam a surgir dentro desse grupo e com desenvolvimentos econômicos em várias regiões, como a Ásia, o termo ‘quarto mundo’ foi colocado por alguns economistas para designar os grupos de nações mais baixos em escala econômica.

Nesse contexto de subordinações e colonizações, estabeleceram-se parâmetros para a classificação dos povos colonizados, pertencentes aos países de terceiro mundo. Os saberes literários, postos nas colônias, estavam vinculados ao ponto de vista dos colonizadores, e, assim, o conhecimento obtido provinha da cultura do dominante, e não da própria cultura do país invadido.

Ahmad (2002) discute que, quando uma obra chega a um país considerado como de terceiro mundo, a mesma já fora classificada de acordo com as normas de um país considerado de primeiro mundo. Portanto, quem define o que é um texto correspondente

a uma sociedade de primeiro ou terceiro mundo são os países dominantes, de forma que, implicitamente, fique acordada a dominação do conhecimento sobre os países dominados.

Nesse contexto, a literatura de terceiro mundo está vinculada, principalmente, ao universo universitário das metrópoles e ao ensino de literatura nas sociedades dominantes e nas comunidades que sofreram dominação em seu passado. O autor (AHMAD, 2002), utilizando o exemplo de recebimento intelectual das universidades indianas, visto que a Índia também passou por um processo de colonização, explica que:

[...] Ao examinar as pressões que induzem a universidade metropolitana a arquitetar novas categorias para conceituar as produções culturais em nossa parte do mundo, estou falando também de pressões exercidas *pela* universidade metropolitana sobre a já subordinada universidade indiana (AHMAD, 2002, p. 54).

Tal fato cria nos países colonizados uma sensação de dominação intelectual, na qual o poder de saber reside no dominador. Derivada das pressões exercidas socialmente e fortalecidas pelas comunidades dominantes, surge a problemática sobre o poder que os sujeitos obtêm sobre as obras produzidas dentro de uma sociedade de terceiro mundo, visto que isso é influenciado pela visão dominante. Nesse contexto, o que preocupa o autor (AHMAD, 2002) não é a questão de que essas obras recebam o valor que elas possuem, mas de não possuírem relevância quanto aos aspectos diferenciadores das literaturas dentro da sociedade em que ela está inserida, mesmo que seja aquela que determina o que deve ou não ser lido. Para a crítica colonial, para que se mantenha o poder, é importante que não haja a discussão de temas que fujam do centro imperial e sua ideologia, pois tais discussões podem levar à reflexão e ao desejo de mudança por parte dos dominados.

Para Ashcroft (2007, p. 129), enquanto os poderes europeus estavam engajados numa supressão violenta das culturas ‘selvagens’ da África, ao mesmo tempo em que os portadores do poder importavam as manifestações culturais, como máscaras e joias, a fim de que fosse provado, para as culturas ‘centrais’, como determinada cultura periférica estava em ‘estágio’ de desenvolvimento, relativo à ‘arte civilizada’. Essas manifestações culturais, pertencentes aos países de terceiro mundo que o Europeu via como representações do desenvolvimento artístico, também adquiriram outra forma de representatividade. Elas demonstravam aos dominantes o seu lado mais sombrio, ao mesmo tempo em que ameaçavam sua intelectualidade, visto que proporcionavam outra perspectiva da realidade.

Nesse contexto, discussões acerca dos efeitos do colonialismo e do imperialismo são colocadas à prova e começa-se a estudar sobre a escravidão dentro dos Estados Unidos. Entretanto os intelectuais afro-americanos não possuíam nenhuma base histórica ou cultural para seu passado cultural coletivo, estabelecendo a África como base cultural comum, uma vez que seus antepassados vieram desse continente para serem escravizados anos atrás.

Ahmad (2002) acentua que estabelecer um único cânone, com um único ponto de vista, se torna impossível, já que, mesmo que os radicalismos recebam o reconhecimento, ou passem de condição dominada para a dominante, ideologicamente falando, eles podem sofrer com o problema de ‘aburguesamento’, ou seja, de se tornarem o polo oposto ao que discutem, recriando a mesma situação infinitamente. Por isso, a literatura de terceiro mundo coloca o pensamento teórico para o passado, e não para o futuro, já que surgiu utilizando-se do discurso pós-colonial, ou seja, do lado daqueles que são considerados os dominados.

Assim, Ahmad (2002) coloca como a literatura foi constituída nos países de terceiro mundo. Em um primeiro momento, havia a situação nos antecedentes gerais das sociedades, já que os textos produzidos ali eram degradados em função da realidade pós-guerras. Essa degradação seguia por uma disponibilidade dos países metropolitanos, na qual um grande número de textos literários, compostos por escritores não ocidentais, surgia e era colocado em evidência. Em um momento posterior, juntou-se o fator migratório, que realizou um aumento de pessoas vindas de outros países. Por fim, assim como a chegada dos imigrantes, os países colonizados receberam uma nova teoria política, a saber, a Teoria dos Três Mundos, que obteve a maior circulação possível, pois era percebida nesta teoria uma alternativa conveniente ao marxismo clássico. Tal teoria colocava em destaque a importância da cultura e da sociedade que os países de terceiro mundo apresentavam, mesmo que não fosse bem-vista pelos países de primeiro mundo.

Um dos fatores principais para a ‘reforma’ literária foi a revolução burguesa, que aconteceu por diversos motivos. O autor (AHMAD, 2002, p. 60) nos coloca que ela foi realizada por um setor da população de colonizadores contra o regime colonial, utilizando tanto o fator de constituinte da nação quanto pela hegemonia burguesa, estabelecida antes da plena consolidação das classes do capitalismo industrial.

Entretanto, ainda faltaria muito para que os textos oriundos de outras classes e gêneros fossem aceitos. Um exemplo disso pode ser visto com a autora Emily Dickinson. Mesmo pertencendo a um gênero que era marginalizado na literatura e na

sociedade, a autora apoiou-se em seu trabalho e conseguiu determinado crédito, mesmo assemelhando seu trabalho ao que fosse esperado por uma pessoa de gênero masculino.

Nesse ponto, percebemos que:

[...] se saímos da tradição dominante há naturalmente uma grande coleção de textos escritos por mulheres que nos dizem muito a respeito das pressões do aburguesamento numa sociedade marcada pelas questões de gênero (*gender*), sem falar na Literatura dos Negros, que documenta de modo muito direto grande parte da dor e da crueldade sobre os quais o esplendor da América foi construído (AHMAD, 2002, p. 61).

É perceptível que, para que haja uma tradição cultural, ela deva estar imersa em uma cultura hegemônica. No caso dos países de terceiro mundo, essa tradição era imposta pelos colonizadores e, subsequentemente, assimilada pelos colonizados. Dessa maneira, escrever “fora dos padrões” tornava-se tanto um desafio quanto uma pretensão contra o poderio colonial. Entretanto, o modernismo norte-americano se mostrou enraizado numa estrutura mais elitista e conservadora, trazendo em si implicações ideológicas racistas e segregacionais. Aqueles que tentariam adotar outras formas de análise literária fracassariam diante das experiências resultantes das grandes guerras e seriam, por fim, marginalizados. Ao mesmo tempo, surgiam na América os estudos relacionados ao *new criticism*, que propunham a autonomia de cada obra literária e sua visão de literatura enquanto uma linguagem especial, produtora de um tipo especial de conhecimento, na qual os alunos deveriam buscar somente o sentido presente no texto, separando o contexto e o autor deste sentido. Para tanto, os trabalhos escolhidos eram os poemas clássicos, já que os críticos ignoravam os sentidos presentes em cada leitura e julgavam como corretos apenas os sentidos que as palavras passavam, ignorando também o sentido político que cada obra apresentava.

Com base nesses estudos e com o surgimento e aumento de produção literária fora dos países norte-americanos e europeus, começa a surgir um novo tipo de classificação para tais obras. Nesta categoria surge a literatura de terceiro mundo, trazendo em si a discussão sobre o Ocidente e o Oriente e redefinindo a posição dos países num valor binário. Essa literatura havia colocado os países de primeiro mundo como aqueles que apresentam características históricas e sociais de dominantes e de civilizados e os países de terceiro mundo como aqueles que trazem em sua cultura as características de dominados ou ex-dominados, não-civilizados, de cultura antiga e não intelectual.

Assim, Ahmad (2002, p. 66) explica que

[...] a “Literatura” sofre tanto uma deflação quanto um engradecimento: torna-se, num tipo de leitura, apenas *um* discurso entre outros discursos, sendo que sua *condição especial* reside simplesmente na *diferença* de sua linguagem[...].

O autor afirma que não existe nada realmente fora da linguagem, fora do texto, ou fora da representação. Tudo o que é transformado em discurso, tudo o que é representação, em determinado momento e de certo sentido, se torna literatura.

A partir disso, os críticos literários começaram a interrogar a própria literariedade do texto literário. Inicialmente sob influência marxista, começa-se a discutir fatores não mais somente inerentes ao texto, mas também aqueles outros externos a ele, como a luta de classes, e, sequencialmente, sobre temas referentes aos gêneros e às raças.

No entanto, após o período pós-guerras, o ensino de literatura sofreu quatro consequências, em que percebemos a criação de um nacionalismo cultural negro. A partir disso, os estudantes e professores negros nas universidades começaram a se apropriar do trabalho com a literatura negra.

Por meio do discurso de dominação, Ashcroft (2007) traz a teoria da dependência, que nos oferece uma explicação sobre o contínuo empobrecimento dos países colonizados de terceiro mundo, considerados como menos desenvolvidos. Tal teoria produz um argumento similar ao sistema da teoria dos mundos, em que se explica o não desenvolvimento dos países dominados em referência aos países dominantes, como consequência das estruturas de dominações globais.

De acordo com a análise histórica, tanto a teoria da dependência quanto a teoria dos três mundos sugerem a hipótese de que exista uma teoria de modernização, que se explicará com o não desenvolvimento de determinadas sociedades colonizadas, como característica principal, a falta de aspectos emancipadores, imanentes em tais sociedades, é explicada por Ashcroft (2007):

Como países ‘abaixo do desenvolvimento’ são normalmente os antigos estados colonizados que são realmente impedidos, por poderes do capitalismo global, de obterem um desenvolvimento independente. A econômica racionalização da colonização, estabelecida pelas colônias como produtores de matérias-primas e artigos alimentícios para os centros industriais metropolitanos, participou de uma maior parte no retardamento da industrialização e no desenvolvimento daquelas regiões (ASHCROFT, 2007, p. 60)²³

²³ Such ‘underdeveloped’ countries are usually formerly colonized states that are actually prevented, by the forces of global capitalism, from independent development. The economic rationale of colonization, by establishing colonies as producers of raw materials and foodstuffs for the

Entretanto existem críticos que concordam que a teoria da modernização é um argumento que continuamente repete a condição de não desenvolvimento das sociedades de terceiro mundo, sendo que, para tanto, a teoria pode continuar a propagar uma relação ideológica, na qual as sociedades consideradas de terceiro mundo permanecem como elas próprias se colocando enquanto nunca desenvolvidas. Assim, o ciclo de dominação contínua se propaga além das barreiras das pessoas dominantes, fixando marcas nos sujeitos colonizados.

Para Applebaum (2010), como a sociedade das personagens brancas traz as ideologias de dominação e superioridade, é importante que a sociedade branca se mantenha no poder, afinal, além de marcações ideológicas, essa sociedade também define qual é a classe e a raça que detêm o poder. Com isso, Said (1990), por meio de seus estudos sobre alteridade entre sujeitos colonizados, nos mostra que esse processo de colonização e subordinação ocorre com a ênfase na relação de outremização, na qual um ‘Outro’, o colonizador, detém o poder, e um ‘outro’, o colonizado, é oprimido por essa dominação. Nesse momento, a discriminação racial se configuraria em:

[...] um fato político e cultural, [...] não existe em algum tipo de vácuo de arquivo; muito pelo contrário, acho que pode ser demonstrado que o que é pensado, dito ou até mesmo feito sobre o Oriente segue (e talvez ocorre dentro dos limites de) certas linhas distintas e intelectualmente conhecíveis. Também nesse ponto um grau considerável de matização e elaboração pode ser visto em ação entre as pressões superestruturais mais amplas [...] (SAID, 1990, p. 24)

Said (1990) defende que a alteridade possui aspectos políticos e culturais, visto que, ao estabelecer determinados parâmetros entre um Ocidente (caracterizado como uma sociedade dominante) e um Oriente (composto por uma sociedade dominada), a subjetividade será construída de acordo com as diferenças, e nessa relação binária de poder, as diferenças são colocadas como fator discriminatório e segregador.

Em termos gerais, o conceito de ‘outro’ está relacionado com aquele que está separado de si próprio. Sua existência é crucial para a definição de o que é ‘normal’ e de a qual local corresponde sua parte no mundo, ou seja, a que local ele pertence. Suas questões principais são aquelas que permeiam as relações de outremização, ou seja, segundo Said (1990), a relação do “Outro” (com inicial maiúscula) com o “outro” (com inicial minúscula) estabelece as relações de poder, de hierarquia para o estudo das identidades em geral e principalmente aquelas pós-coloniais.

industrialized metropolitan centres, played a major part in retarding the industrialization and development of those regions. (ASHCROFT, 2007, p. 60)

Em outras palavras, o sujeito colonizado é considerado o ‘outro’, a partir da visão imperialista, permanecendo como primitivo, selvagem e não-desenvolvido, enquanto existe aumento na primazia da visão daquele ‘Outro’, considerado o dominador, ou seja, aquele cujo ponto de vista é considerado único e melhor. Percebe-se que, com as diferenças primordiais entre o colonizador (Outro) e o colonizado (outro), o último se torna propriedade do primeiro, embasado principalmente por suas diferenças. Tal processo recebe o nome de objetificação e abordaremos mais a esse respeito posteriormente.

Segundo Ashcroft (2007, p. 155),

Este outro é importante na definição da identidade do sujeito. Na teoria pós-colonial, ele pode referir-se aos outros colonizados que são marginalizados pelo discurso imperial, identificados por suas diferenças a partir do centro e, talvez crucialmente, torna-se o foco de uma maestria antecipada pelo ‘ego’ imperial.²⁴

A outremização demarca uma importante perspectiva sobre como é perpetuada a ideologia dominante sobre os povos que foram dominados. Não é uma questão somente de discurso ou de agressão, mas principalmente de realizar, nos sujeitos colonizados, uma espécie de ‘conscientização’ sobre sua condição. Assim, surgem os discursos referentes às imposições binárias, no qual os sujeitos colonizados são vistos como marginalizados, ou subordinados.

Já o ‘Outro’, em contraposição, demarca que o sujeito possui subjetividade e, por essa característica, pode utilizar com propriedade os aparelhos ideológicos da sociedade. Dentro do contexto pós-colonial, Bonnici (2012), retomando Sartre e Said, nos fala que o ‘Outro’ pode ser comparado ao centro imperial, ao discurso imperial ou ao império em si. Isso acontece porque o centro pode providenciar aos sujeitos colonizados que eles possam receber um sentido identitário, vinculado à sua condição de colonizados, a sua posição enquanto não-civilizados, ou como diferentes do centro. O centro se transforma em um polo absoluto de endereçamento, no qual o trabalho ideológico sobre os colonizados pode levá-los a refletir e entender o mundo sob o ponto de vista de quem detém o poder, adquirindo ou negando a visão dominante. Nesse contexto, o ‘Outro’ é representado por ser a identidade a ser seguida, enquanto o ‘outro’ é a alteridade, ou seja, aquele ser diferente ou subordinado, estranho à identidade, tida

²⁴ This other is important in defining the identity of the subject. In post-colonial theory, it can refer to the colonized others who are marginalized by imperial discourse, identified by their difference from the centre and, perhaps crucially, become the focus of anticipated mastery by the imperial ‘ego’. (ASHCROFT, 2007, p. 155)

como ‘correta’.

Com isso, partimos para a questão defendida por Spivak (1988), em seu texto *Can the subaltern speak* (1988), que questiona tanto o fato de as mulheres não possuírem voz dentro de um contexto colonial, e conseqüentemente pós-colonial, quanto ao fato de porquê elas não são ouvidas quando resolvem falar. O conceito de subordinação estabelece que o ponto de vista do Ocidente, do centro ou dos sujeitos superiores é o único que detém o poder e a verdade a ser seguida, deixando que os dominados, marginais ou sujeitos inferiores sigam essa orientação sem questionar. Em vez de procurarmos compreender como é a vivência em determinada comunidade, ao utilizarmos o conceito de subordinação, permanecemos com a ideologia construída pelo que é idealizado pela cultura dominante, não refletindo sobre a cultura dominada.

Para que possamos abordar sobre as subordinações, Spivak (1988) nos mostra que, para que a subordinação exista, é preciso que tenha uma relação entre poder, desejo e interesse. Vinculada aos estudos pós-estruturalistas, a autora nos diz que, a partir das lutas dos trabalhadores, estabelece-se que o poder influencia aquele que o usa, produzindo os vários desejos (colonial / dominante). Spivak (1988) nos coloca que a marcação do Outro é feita a partir da ideologia que estabelece o Centro (os padrões / colonizadores) e as periferias (trabalhadores / colonizados) a partir de um contexto do mundo de trabalho e, posteriormente, dentro das sociedades.

Nesse momento, a autora (SPIVAK, 1988, p. 273) nos diz que o desejo, enquanto resultado do poder que é adquirido, não é preso a nada e não se vincula a objetos específicos.²⁵ Ele aparece, talvez, quando o sujeito colonizador possui o poder e, por meio dele, cria o desejo, vinculando-o a si ou a outro sujeito. Configura-se, então, o desejo enquanto um aparelho subjetivo que necessita de outro aparelho (objeto do desejo) para existir, além de tornar os seus possuidores em sujeitos dos desejos. Além disso, o desejo, enquanto aparelho subjetivo, também é a ligação que se faz entre os poderes econômicos e os poderes sociais, visto que, por meio do poder adquirido pela primeira instância, se reproduz na segunda instância.

Com isso, entende as diferenças entre o interesse e o desejo, nas quais percebe-se que o interesse é uma ideologia descrita apenas enquanto um esquema único e textual, diferenciando-se do desejo, enquanto aparelho subjetivo. Porém, ao colocá-las em contraste, ambos os conceitos são obrigados a produzir suas oposições, já que o

²⁵ ‘Desire does not lack anything; it does not lack its object. It is, rather, the subject that is lacking desire, or desire that lacks a fixed subject; there is no fixed subject except by repression. (SPIVAK, 1988, p. 273)

desejo será guiado pelo interesse, e, assim, utilizando-se do poder adquirido pelo sujeito, estabelecer a dominação. Dessa forma, ideologia aparece como uma contínua “inconsciência” ou “cultura” parassubjetiva, que se manifesta nas classes dominantes e atua nas classes dominadas.

Quando há a reintrodução do sujeito na sociedade pós-moderna, Spivak (1988, p. 279) destaca pelo menos dois níveis de inserção: o sujeito do desejo e poder como uma pressuposição metodológica irreduzível; e o sujeito próximo a si, se não idêntico a si, que é o sujeito da opressão.²⁶ No primeiro nível há a aproximação do sujeito colonizado ao perfil do colonizador, ficando o sujeito do desejo e poder tocado pela ideologia e pensamento do opressor, colocando-o frente a uma nova realidade. Já no segundo nível, o sujeito percebe na diferença que ele não é idêntico ao outro e, assim, aceita a sua identidade outremizada. Spivak coloca que a formação do Outro se dá pelo consumo de tudo que se lê, criticamente ou não. Em outras palavras, a formação subjetiva e identitária do sujeito colonizado se faz a partir do que é fornecido a ele a partir do colonizador.

Podemos também citar Fanon (2008), que traz a ideia de que subalternidade, na realidade, é um fator constitutivo da ideologia dos sujeitos, já que:

O problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável (FANON, 2008, p. 59).

A afirmação de Fanon nos mostra como a propagação das ideologias dominantes e da cultura dos povos dominantes é capaz de influenciar na subjetividade e na construção política dos povos colonizados. No caso dos sujeitos negros, é perceptível que o sujeito pertencente a essa raça e etnia se encontra propenso a negar suas raízes negras e se colocar frente a um possível embranquecimento, pois, para negar o sentimento de inferioridade, proveniente da sua cor dérmica, é preciso que os sujeitos étnicos se aproximem do “sujeito padrão” ou seja, do branco.

Conseqüentemente, passaremos a discutir sobre a problemática da mulher de terceiro mundo, que, considerada como não-branca, pertence a um contexto de colonizações e subordinações, destacada em aspectos pertinentes a sua condição

²⁶ My view is that radical practice should attend to this double session of representations rather reintroduce the individual subject through totalizing concepts of power and desire. [...] This reintroduces the constitutive subject on at least two levels: the Subject of desire and power as an irreducible methodological presupposition; and the self-approximate, if not self-identical, subject of the oppressed. (SPIVAK, 1988, p. 279)

feminina e em sua condição subalterna frente aos poderes de dominação masculina, colonial e racial.

3.2 Mulheres e terceiro mundo

O estudo do feminismo dentro do discurso do pós-colonial é de grande importância por duas razões principais: primeiramente, pelo fato de tanto o patriarcalismo quanto o imperialismo serem vistos como formas análogas de dominação sobre os sujeitos subordinados; e, em segundo lugar, por ter havido debates vigorosos dentro das sociedades colonizadas sobre os gêneros, levando a se questionar se a opressão colonial é o mais importante fator político na vida das mulheres.

Tais fatos têm levado à divisão entre as feministas orientais e os ativistas políticos que discutem sobre a pobreza e os países oprimidos, na qual ambas as preocupações estão entrelaçadas, de maneira que a condição da dominação colonial afeta os modos com que as mulheres se posicionam perante a sociedade.

O estudo do feminismo, de acordo com Ashcroft:

[...] tem frequentemente sido relacionado com as formas e alcance até onde a representação e a linguagem são cruciais para a formação da identidade e para a construção da subjetividade. [...] [A] linguagem tem sido um veículo para subverter o patriarcalismo e o poder imperial, e ambos os discursos evocavam argumentos essencialistas ao posicionarem formas mais autênticas de linguagem contra aquelas impostas sobre eles (ASHCROFT, 2007, p. 93).²⁷

Tal fator demarca um senso de desarticulação sobre uma língua herdada além de tentar recuperar uma autenticidade linguística das mulheres nativas, assim como de procurar resgatar uma linguagem pré-colonial ou uma língua feminina única. Como as mulheres são percebidas como duplamente colonizadas, suas formas de resistência frente ao jugo colonial e patriarcal se fazem a partir da análise de sua linguagem e do uso frequente que as mesmas possuem com a escrita e a leitura. Mesmo em comunidades onde as mulheres não conseguem escrever, ou até mesmo não sabem ler muito bem, é por meio do uso oral das narrativas que se preserva a continuidade desses povos e de suas culturas.

Entretanto, tanto os textos de caráter feministas quanto os de caráter pós-

²⁷ [...] has often been concerned with the ways and extent to which representation and language are crucial to identity formation and to the construction of subjectivity [...] language has been a vehicle for subverting patriarchal and imperial power, and both discourses have invoked essentialist arguments in positing more authentic forms of language against those imposed on them. (ASHCROFT, 2007, p. 93)

colonialistas ficam em concordância em muitos aspectos da teoria de identidade e diferença. Da mesma maneira a interpelação dos sujeitos por um discurso dominante é um modo de oferecer estratégias de resistência para os que são dominados, o que pode ser constituinte da identidade dos sujeitos. Ashcroft (2007) afirma que:

[As] similaridades entre ‘escrever o corpo’ no feminismo e ‘escrever o lugar’ no pós-colonialismo; [as] similaridades entre as estratégias da bissexualidade e o sincretismo cultural; e apelos similares ao nacionalismo podem ser detectados (ASHCROFT, 2007, p. 94).²⁸

Desse modo, é visível que os estudos acerca das críticas feministas e dos estudos pós-coloniais se ligam, de forma que, ao caminhar em conjunto, ambos fortaleçam suas principais motivações, que são afirmar e defender o papel das mulheres pertencentes ao terceiro mundo e emanciparem a mulher e sua condição social.

Entretanto, é necessário colocar que, embora haja várias lutas acerca dos muitos feminismos existentes, elas não se configuram da mesma maneira. As necessidades de uma mulher que vive na África do Sul são diferentes, muitas vezes, das lutas enfrentadas pelas mulheres islâmicas, moradoras na Índia.

Percebe-se também que, entre as várias críticas feministas, tratadas no Ocidente, começa-se a argumentar, nos países de Terceiro Mundo sobre o Orientalismo feminino, no qual o gênero prevalece sobre as diferenças culturais e cria uma categoria de mulheres que se opera sob afirmações universalistas a respeito da classe média e de um viés eurocêntrico. Ao utilizar aspectos que identificam o sujeito com o meio em que está, a sociedade ocidental, segundo Mohanty (1991), constrói a imagem das mulheres de acordo com a identificação universal que têm a respeito, desconsiderando as particularidades de cada sociedade terceiro mundista.

O feminismo tem se modificado de forma que possa abranger também o contexto das mulheres pertencentes às sociedades de terceiro mundo, embora tais assuntos estabeleçam relações entre gênero e classe, o que constitui a uma ideologia de que todas as mulheres são, de alguma forma, constituintes de um grupo homogêneo e identificável. Entretanto tal discurso deveria ter sido construído com base em ‘grupos de mulheres’ e não somente em uma categoria única de “mulher”.

Mohanty (1991) coloca três princípios para a construção da crítica do feminismo terceiro mundista. O primeiro deles é “[...] focado nas preocupações das localizações

²⁸ Similarities between ‘writing the body’ in feminism and ‘writing place’ in postcolonialism; similarities between the strategies of bissexuality and cultural syncreticity; and similar appeals to nationalism may be detected. (ASHCROFT, 2007, p. 94)

estratégicas ou a situação da categoria “mulheres” em relação ao contexto de análise (MOHANTY, 1991, p. 336)²⁹. A autora identifica que, ao nos determos na análise de mulheres de terceiro mundo, normalmente esquecemo-nos do contexto em que elas se encontram, reduzindo cada sociedade a um grupo único e indivisível. Ao fazermos essa associação, esquecemo-nos dos problemas referentes aos interesses e desejos particulares de cada grupo, assim como as diferenças adquiridas por meio de suas classes, raças ou culturas.

O segundo princípio trabalhado consiste no uso “[...] de metodologias particulares que garantem “provas” da universalidade e do valor entre culturas (MOHANTY, 1991, p. 337)³⁰. Discutindo a importância de se contextualizar a sociedade terceiro mundista, a autora defende que é preciso provar o valor que as mulheres dessas sociedades possuem, para que, então, seja importante o estudo sobre elas. Fica demarcada uma espécie de preconceito por parte das teorias feministas ocidentais em relação às feministas orientais, pois, ao se justificar a necessidade, cria-se um tipo de hierarquia entre as teorias.

Já o terceiro princípio advém de um fator político, o qual fica “[...] subjacente às metodologias e às estratégias de análise, [como] por exemplo, o modelo de poder e luta que elas implicam e sugerem (MOHANTY, 1991, p. 337)³¹. Assim, para que a sociedade terceiro mundista possa reagir à colonização e, subsequentemente, resistir aos princípios ocidentais, é sugerido que se utilize dos conhecimentos ocidentais, pois aqueles conhecimentos que a sociedade possui não bastam, ou não são válidos para o Ocidente.

Tais princípios servem para classificar as mulheres de terceiro mundo enquanto pertencentes a uma categoria imutável, indivisível e indiferenciável. Entretanto, não há uma percepção, por parte da sociedade dominante, de que todos os sujeitos possuem suas particularidades dentro dessas categorias. Assim, ao atribuir as características de “enfraquecimento”, “exploração” e “abusos” (MOHANTY, 1991) por parte das pessoas pertencentes ao primeiro mundo, os sujeitos do terceiro mundo ficam restritos às mesmas características.

Dessa forma, a construção das mulheres de terceiro mundo se faz colocando-as

²⁹ [...] focus on concerns the strategic location or situation of the category "women" vis-a-vis the context of analysis. (MOHANTY, 1991, p. 336)

³⁰ “[...] in the uncritical use of particular methodologies in providing "proof" of universality and cross-cultural validity. (MOHANTY, 1991, p. 337)”

³¹ “[...] underlying the methodologies and the analytic strategies, i.e., the model of power and struggle they imply and suggest. (MOHANTY, 1991, p. 337)”

em mais uma colonização, na qual elas ficam restritas enquanto vítimas implícitas de sistemas econômicos particulares. Nesse contexto, sua objetificação precisa ser tanto nomeada quanto vencida.

Para Mohanty (1991), as mulheres são constituídas enquanto mulheres por meio de uma interação complexa entre classe, cultura, religião, além de outras instituições ideológicas. Contudo, ao afirmarmos que as mulheres de terceiro mundo são constituintes de um único grupo, negamos os fatores que implicam em suas diversas identidades e subjetividades.

Em outras palavras, o discurso do orientalismo feminino, ao assumir as mulheres enquanto um grupo coerente, ou seja, um grupo organizado e único, que é localizado em fatores particulares como companheirismo e legalidade, define-as enquanto sujeitos fora das relações sociais. No entanto, o trabalho do orientalismo feminino deveria ser na construção delas por meio dessas várias estruturas, enfatizando as diferenças que cada sujeito pertencente ao grupo possui.

Para Ashcroft (2007, p. 95), percebe-se uma afinidade entre as opressões patriarcais, econômicas e raciais, que tem sido difícil de negociar, enquanto que as prioridades para as mulheres do primeiro e do terceiro mundo continuam sendo ignoradas. Fica bem explícito que as diferenças se apresentam como uma ênfase e estrategicamente, já que, em vez de serem negociadas ou compreendidas, provocam ainda mais opressões, que vão se consolidando na vida de todas as mulheres.

Verifica-se que a colonização opera de formas diferentes para os homens e para as mulheres, o que resulta para elas em uma dupla colonização, na qual estarão sujeitas a mais de uma forma de discriminação, a entender, como sujeitos coloniais, e como mulheres em uma sociedade patriarcal e machista. Além desses dois fatores de dominação há também um terceiro modo pelo quais mulheres, como sujeitos pós-coloniais, podem ser discriminadas, que é o fator racista. Dessa forma:

Mesmo as práticas pró-independência de nacionalismos anticoloniais não são totalmente livres deste tipo de preconceito de gênero, e (as) construções (das práticas) tradicionais ou pré-coloniais são muito influenciadas com frequência por um preconceito contemporâneo masculino que falsamente representa as mulheres nativas como quietas e subordinadas (ASHCROFT, 2007, p. 95).³²

Aliado a isso, o racismo se torna também uma influência para os estudos

³² Even post-independence practices of anti-colonial nationalism are not free from this kind of gender bias, and constructions of the traditional or pre-colonial are often heavily inflected by a contemporary masculinist bias that falsely represents 'native' women as quietist and subordinate. (ASHCROFT, 2007, p. 95)

feministas, já que, de acordo com os estereótipos racistas trazidos por Schiffer (2014), os sujeitos femininos negros são normalmente representados com alguma atividade ilícita ou sexual. Essa ligação com o corpo feminino tem sido trabalhada constantemente na área do feminismo pós-colonial, uma vez que, decorrente das colônias de povoamento, o corpo feminino era associado a um objeto. O uso do corpo por parte dos colonos não era entendido como transgressão sexual, mas como um local físico onde o discurso de poder assumia uma maneira diferenciada de se concretizar.

Nesse sentido, é perceptível que as ideologias possuem o papel de reproduzir as relações sociais do poder, desvalorizando o oprimido enquanto sujeito e colocando-o no lugar de objeto. Spivak (1988) diz que a ideologia é capaz de desvalorizar os sujeitos conforme seu local de nascimento, colocando o oprimido, enquanto sujeito dependente, na função de “ser objeto”, na qual o sujeito dominado dificilmente pode argumentar a partir de seu local de fala, ou de seu papel ideológico, por exemplo.

Dessa maneira, Spivak (1988) nos mostra dois sentidos pertinentes à representação dos sujeitos dominados na literatura, sendo “[...] a representação como o ‘falar por alguém’, como na política, e a representação como ‘re-presentação’, como na arte ou na filosofia” (SPIVAK, 1988, p. 275)³³. O primeiro sentido envolve movimentos políticos para aqueles que reivindicam seu local de fala e a forma como são construídos seus discursos. O “falar por alguém” envolve a voz do autor e seu pensamento ideológico enquanto construção de seus personagens. É o caso de autores brancos escrevendo sobre pessoas negras ou indígenas ou homens escrevendo sobre mulheres.

Já o segundo sentido questiona os dotes artísticos, presentes na obra, e como a demonstração da voz é realizada pelos personagens, além do efeito que ela proporciona. Assim, percebe-se que “re-presentação” pode ser compreendida como uma “nova apresentação do sujeito”, pois existe a representação daqueles que lutam e agem sem expor os discursos, diferente da forma de representação daqueles que agem e falam abertamente.

Assim, Spivak (1988) nos mostra como é a representação da mulher enquanto subalterna num país de terceiro mundo. Para a autora, a mulher sempre será subalterna a todos, pois está cercada da dominação colonial, além da dominação patriarcal. Entretanto, quando num contexto de primeiro mundo, os sujeitos encontrarão as barreiras sociais maiores, o que coloca as mulheres pertencentes a um grupo racial ou

³³ [...] representation as ‘speaking for’, as in politics, and representation as ‘re-presentation’, as in art or philosophy. (SPIVAK, 1988, 275)

étnico como duplamente dependentes e eternamente mudas.

Também relegados a elas estão a responsabilidade do lar e o papel da criação dos filhos. Não há escolha, somente atribuição de papéis na qual as mulheres deverão atuar. Spivak (1988) caracteriza a subjetividade das mulheres subalternas enquanto ligadas a essa relação imanente com seus papéis sociais, o que estrutura suas frustrações em relação à subalternidade. Essa autora estabelece o imperialismo como fator catalisador da exposição da mulher e sua caracterização como objeto de proteção de sua própria vontade, e, quando em face de um processo emancipatório, é assegurada a sua liberdade enquanto um sujeito social.

Fica claro que, além de estarem subordinadas ao jugo colonial, as mulheres também estão vinculadas ao jugo patriarcal, caracterizado por uma dupla colonização. Tal termo foi criado na metade do século XX, e há, em acréscimo, o aspecto da raça. Para Ashcroft (2002, p. 66), refere-se à observação em que as mulheres estão sujeitas a ambas as dominações, primeiro, a dominação imperial de sua sociedade e, segundo, a dominação patriarcal da sociedade masculina.

A teoria feminista, discutida por Beauvoir em sua obra *O segundo sexo* (1949), tem proposto que as mulheres foram marginalizadas pela sociedade patriarcal e conseqüentemente pela história. Entretanto os nacionalismos pós-coloniais não necessariamente facilitam essa situação, mas podem ajudar a dismantelar o poder patriarcal, uma vez que a luta feminina contra a dominação frequentemente continua após a independência nacional. O feminismo pós-colonial, desse modo, continua a analisar a perpetuação de classificações de gêneros e raças. A dupla colonização, mesmo em estados de independência, mostra-se ainda como estratégia sobre a dominação feminina, visto que a sociedade patriarcal delimita as regras sobre as mulheres.

Como gênero e raça, o conceito de classe também denota, de modo importante, implicações culturais, referentes à dominação. Primeiro, porque ela foi responsável para a construção de atitudes dos colonizadores por meio de diferentes grupos e categorias de colonizados, os nativos, e o aumento da aceitação do discurso colonial sobre os mesmos. Ao utilizarmos os conceitos pertinentes ao feminismo pós-colonial, precisamos também destacar que tais estudos se preocupam com a questão da objetificação da mulher.

Ashcroft (2007, p. 34), ao trazer a questão sobre a objetificação do sujeito pós-colonial, define que:

[...] é claro que em muitas maneiras a ideia de um binarismo entre um proletariado e uma classe dominante foi um modelo para a percepção do centro e tratamento da margem, e um modelo para o modo em que a autoridade imperial exercia seu poder dentro das colônias.³⁴

Dessa forma, percebe-se como funcionam os modos pertinentes à dominação, uma vez que a sociedade marginal será definida e, portanto moldada, de acordo com a ideologia e pensamento do centro. Da mesma maneira como a raça é capaz de definir um status para um sujeito cuja raça ou etnia difere da considerada padrão, o conceito de classe, ligado ao pós-colonialismo, também interfere nessa classificação, uma vez que a subjetividade e o nível de poder perante a sociedade hegemônica serão maiores conforme o nível hierárquico em que o sujeito dominante está.

A partir do conflito entre raça, classe e hierarquia social, percebe-se uma motivação quanto à separação racista entre as pessoas, cujas justificativas vão desde o medo da degeneração social até a afronta aos poderes da burguesia. Consequentemente, as sociedades marginalizadas são vistas enquanto pertencentes às classes inferiores perante a sociedade central, estando elas relegadas às margens, e seu propósito é fornecer os meios de produção de que a sociedade central precisa, estabelecendo sua caracterização enquanto objeto de uso.

Entretanto, ainda há conflitos que reforçam essa noção de sociedade separatista, pois, quando os sujeitos objetificados buscam por desenvolvimento acadêmico e econômico, há uma quebra dos parâmetros e uma reação dos sujeitos pertencentes aos centros. Com isso,

[...] uma análise de ideias de ‘classe’ em sociedades como a Índia, em que as divisões tradicionais das castas replicam desvantagens econômicas e sociais de geração em geração, pode ser sobrepujado pelas forças modernas, pelas forças pós-industriais, que precisam levar em conta os meios em que modelos de grupos de classes divididas, como os trabalhadores ou capitalistas, frequentemente cruzam e se conflituam com as tradições das castas mais velhas (ASHCROFT, 2007, p. 35).³⁵

De acordo com o exemplo indiano, é explicado que a questão de classes é mais complexa do que se imagina. Para determinadas culturas, a classe é colocada como um fator inerente à constituição da sociedade, como acontece com as castas na Índia, na

³⁴ [...] it is clear that in many ways the idea of a binarism between a proletarian and an owning class was a model for the centre’s perception and treatment of the margin, and a model for the way in which imperial authority exercised its power within the colonies. (Idem, Ibidem, p. 34)

³⁵ [...] any analysis of ideas of ‘class’ in societies such as India, in which traditional caste divisions, replicating economic and social disadvantages from generation to generation, may be overlaid by modern, post-industrial forces, needs to take into account the ways in which models of class-divided groups, such as workers or capitalists, often cross and conflict with the older caste boundaries. (ASHCROFT, 2007, p. 35)

qual cada classe possui um papel em especial. Entretanto, quando a classe torna-se um imperativo para a dominação de sujeitos sobre outros, é importante que se reflita sobre o papel que cada sujeito determina.

Já num contexto pertinente aos Estados Unidos colonial, a classe dominante era constituída de brancos estrangeiros, que dominaram a terra e escravizaram os negros africanos. Com o passar dos anos, a escravidão deixou de existir oficialmente, porém a ideia de superioridade por parte dos brancos continuou, relegando aos negros as posições mais baixas na hierarquia social.

Com base nas visões de sujeitos e objetos, discutiremos os conceitos de centro, margem e periferia, visto que eles têm sido utilizados amplamente no discurso pós-colonial, já que a definição dos mesmos implica em representações das relações de pessoas como resultados binários do período colonial. O colonialismo em si já denota uma existência única por meio da oposição na forma com que o mundo é dividido, estabelecendo uma diferenciação entre os dominantes e os dominados. Nesse caso, os conceitos de margem, centro e periferia estabelecem fronteiras físicas e psicológicas que tratam dos sujeitos que convivem numa mesma sociedade.

Para justificar o centro, retomamos novamente o conceito de Oriente, trabalhado por Said (1990), uma vez que ele ancora a ideia de que o centro imperial é correspondente ao local de empoderamento de uma sociedade dominante. Estabelecido o centro imperial, as periferias são os locais onde ocorre a outremização, também discutido por Said (1990), pois é lá que estão os sujeitos diferentes do centro, divergentes tanto da aparência física (raça e etnia) quanto da cultura e subjetificação (identidade cultural). O lugar-comum de atrito entre esses dois lugares é o que se conhece por margem, pois é nas margens da relação colonial que os embates ideológicos acontecem e as marcas ficam registradas, além de serem criadas as resistências.

Segundo o autor,

[...] o gradual estabelecimento de um império dependia sobretudo de um relacionamento com base hierárquica, onde os colonizados existiam como os outros da cultura colonizante. Assim, a ideia de selvagem só poderia ocorrer apenas se existisse uma concepção de civilização que se opusesse a ela. Deste modo, uma geografia das diferenças era construída em cujas diferenças eram mapeadas (cartografia) e deitadas numa paisagem metafórica que representava não a geografia fixa, mas a fixação do poder. (ASHCROFT, 2007, p. 32)³⁶

³⁶ [...] The gradual establishment of an empire depended upon a stable hierarchical relationship in which the colonized existed as the other of the colonizing culture. Thus the idea of the savage could

Percebe-se que o conceito de imperialismo encontra forças dentro de uma sociedade discriminatória e categórica, na qual se estabelecem os diferentes níveis de sociedades, de forma que os colonizadores sempre serão considerados pertencentes ao centro, ou seja, aqueles que detêm o poder e o conhecimento, enquanto que os colonizados são vistos como selvagens, isentos de poder e de voz, e que anseiam por obterem o conhecimento do colonizador.

Por conseguinte, tudo o que não está no centro se torna a periferia, que nesse caso é definida como as culturas e os países colonizados. Por meio desse discurso, o centro possui a missão de trazer para as margens toda a influência e conhecimento que possuem e justificam os atos de crueldade como uma maneira de enriquecer a cultura que outrora não era suficientemente “boa” ou “avançada”.

É interessante que a ideia de definir o centro e a margem funcione como um instrumento ideológico que continua a perpetuar esse tipo de ato discriminatório. Os teóricos utilizam o modelo para que possam desmantelá-lo, a fim de que consigam buscar uma independência das sociedades marginais, descaracterizando a Europa como centro e colocando no lugar os sujeitos ideológicos.

3.3 Sobre identidades e alteridades

De acordo com Hall (2005, p. 10), destacam-se três concepções sobre o sujeito através dos séculos, o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito moderno. A primeira concepção de sujeito, também conhecido por sujeito cartesiano, é aquele cujo foco era a razão. Nele, o homem era centralizado e somente reconhece outro por meio de suas semelhanças ideológicas. Caso algum indivíduo não possua o conhecimento que os demais já tem, ele é automaticamente considerado inferior ou como não-sujeito (não-humano). Já o sujeito sociológico é aquele que se considera resultado da relação e interação de elementos da sociedade em que vive. Assim, ele é o resultado da visão que os outros impõem sobre si, subentendendo que sua marginalização é resultado da ideologia ou pensamento do restante da sociedade. Por fim, o sujeito moderno é aquele que sofre com a descentralização. Sua identidade é representada a partir de tudo e todos que o permeiam, sendo reconhecida por meio de

occur only if there was a concept of the civilized to oppose it. In this way a geography of difference was constructed, in which differences were mapped (cartography) and laid out in a metaphorical landscape that represented not geographical fixity, but the fixity of power. (ASHCROFT, 2007, p. 32)

sua posição social ou do momento histórico ao qual pertence.

Com isso, surge a pergunta: O que é identidade? Para Hall (2005, p. 11), esta pode ser compreendida como a representação única de cada indivíduo, por meio de sua visão singular a respeito do meio e contexto em que vive, e de como e do local onde determinado indivíduo cresceu e se desenvolveu.

Percebe-se que a identidade se constrói em relação à sociedade à qual o sujeito pertence, e o mundo, por consequência, é formado a partir das identificações e das representações que os sujeitos colocam nele. Sob essa perspectiva, o multiculturalismo se relaciona com essas identidades à medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas às influências externas, ficando difícil conservar as identidades culturais intactas, ou até mesmo impedir que elas se tornem enfraquecidas por meio do bombardeamento e da infiltração cultural.

Ainda sob a perspectiva de Hall (2000, p. 08), o que dá sentido a tais identidades é tanto a linguagem que as pessoas possuem, quanto os sistemas simbólicos pelas quais elas são representadas. Nesse caso, a representação atua para classificar o mundo e nossas relações no seu interior. Hall (2005, p. 16) nos apresenta o conceito de nascimento e morte do sujeito moderno. Inicialmente, ele busca a caracterização da modernidade, enquanto vinculada à identidade e à subjetividade dos sujeitos. Para o autor, a identidade pode ser entendida como um processo sem fim de rupturas e de fragmentações, particulares de cada ser, enquanto que a modernidade não é estática e se constitui no próprio questionamento de como se constrói diariamente. Com isso, a identidade é constituída por meio de dois deslocamentos: o deslocamento físico, caracterizado pela diáspora; e o deslocamento psicológico, no qual a identidade é criada em meio às manifestações e representações da realidade por processos de identificação e diferenciação.

A partir dessa perspectiva, acontecem movimentos que demonstram a multiplicidade dos elementos da identidade do sujeito cartesiano, que ocorre por meio da desagregação e do deslocamento em cinco rupturas: a representação do pensamento de Marx, a descoberta do inconsciente de Freud, a língua como sistema social de Saussure, o poder disciplinar de Foucault e o impacto da crítica feminista, mostrando a confluência entre o privado e o público.

É compreendido também que a identidade é relacional. Determinada identidade, para existir, depende de outra já formada ou em constituição, que esteja fora do contexto e que divirja da primeira, mas que proporcione a ela condições para que ela se

estabeleça. Ou seja, a identidade se distingue e se constitui a partir daquilo que ela não é, marcada principalmente pelas diferenças. Para que os sujeitos se construam, eles devem negar algum aspecto, seja de gênero, de classe social, ou de sexualidade; por exemplo, que o 'outro', no sentido orientalista, possua.

Com isso, percebe-se que a identidade fica marcada pelo gênero. Os homens, nesse caso, relegam às mulheres condições secundárias, ou então elas são constituídas a partir da visão que eles possuem sobre as mesmas. Para Hall (2000, p. 11), “as mulheres são os significantes de uma identidade masculina partilhada, mas agora fragmentada e reconstruída, formadora de identidades nacionais distintas, opostas”.

A identidade também é marcada pelos símbolos, já que estes estão ligados aos objetos que as pessoas usam, o que caracteriza as marcas ideológicas. Sob essas perspectivas, a construção de identidade ocorre tanto de forma simbólica quanto social, percebida no psicológico dos sujeitos e na sua materialidade física (ações). Percebe-se que nesse contexto histórico as diferenças estão mais acentuadas do que nunca, uma vez que entre grupos étnicos as diferenças são destacadas e debatidas.

Com base nessas perguntas, entra em debate a questão das perspectivas essencialistas e não-essencialistas da identidade. A identidade essencialista é aquela que considera que todos os nascidos e pertencentes à mesma comunidade possuem características socioculturais idênticas e cristalizadas e que não mudam nunca, nem mesmo em contato e convívio com outra cultura ou outra sociedade. Já as identidades não-essencialistas são aquelas que dizem que todos os sujeitos se constituem pela diferença, mesmo que possuam um determinado grupo étnico diferente, e com base nisso, a identidade nacional também será alterada ao longo dos anos.

Desta forma, Hall (2000) sugere alguns aspectos que precisam ser analisados. Em primeiro lugar, precisa-se de conceitualização para se falar de identidade, ou seja, ao desenvolver a subjetividade de um sujeito, é preferível que se saiba o contexto com no qual ele se encontra, assim como o modo como ele foi se desenvolvendo. Da mesma forma, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre o pertencimento a um grupo, no caso a aceitação racial ou étnica, ou ainda o envolvimento familiar. Com isso, é preciso verificar se as reivindicações que determinados grupos realizam estão baseados na natureza dos sujeitos, sua raça ou ancestralidade. E por fim, a identidade é relacional e se estabelece por meio da relação das diferenças simbólicas com outras identidades, ou seja, por suas diferenças.

A seguir, Hall (2000) pontua também que a identidade está vinculada ao

contexto sócio-material, ou seja, dependerá do meio em que os sujeitos se encontram. Desta forma, o social e o simbólico são diferentes, mas ambos constituem e mantêm a identidade, já que “[...] a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (HALL, 2000, p. 14). Conceitualizar identidade envolve o exame de sistemas classificatórios que mostram como as sociedades são organizadas e divididas, mesmo que algumas diferenças sejam mais demarcadas, enquanto outras são omitidas. A partir das diferenças ocorre a fragmentação das identidades, pois ao se entender enquanto “outro”, no sentido dado por Said (1990) pode-se explicar porque as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas.

Para tanto, deve-se levar em conta os aspectos psíquicos sobre as identidades. Ao analisar e justificar o conceito de identidade, primeiro deve-se examinar a forma como ela se insere no ‘circuito de cultura’, bem como a identidade e a diferença se relacionam com a representação.

Da mesma maneira, por causa da representação, a análise da relação entre cultura e significado se faz necessária. Só podemos compreender os significados se tivermos alguma ideia sobre as posições dos sujeitos que eles produzem e como nós, enquanto sujeito de nos posicionamos.

A significação e a representação estão intimamente ligadas e somente constituirão uma identidade quando ambas se tornarem formas de discurso. Em contraste, uma crise de identidade ocorre porque há uma batalha entre os antigos padrões e ideologias contra um questionamento das novas ideologias. Isso também provoca o desejo e a busca pelas comunidades imaginadas. Entretanto, as ‘comunidades imaginadas’ se tornam também emblemáticas, afinal cada sujeito terá sua visão de lar e de pertencimento. Nesse momento, esse conceito se torna ligado à outremização, trabalhado por Said (1990), já que dependerá de cada sujeito e de como ele constrói uma identidade baseado em outra já exposta, e também como é recebida nas comunidades em que se insere.

Assim, o ponto de vista que é assumido é o da elite para com os demais, já que o que se propõe durante todo o período histórico é o ponto de vista dos privilegiados. Existem, segundo Hall (2000, p. 24), duas formas de se falar: aquela em que se busca a verdade, e aquela em que utilizando o passado, os sujeitos alteram o presente. Isso nos demonstra que os significados são sempre construídos por meio da diferença, e eles nunca são fixos. O significado que tal situação acarreta para um determinado sujeito não

possui necessariamente o mesmo significado para outro sujeito, mesmo que ele compartilhe do mesmo contexto.

Com isso, é necessário que as mudanças sejam feitas nos níveis locais a princípio, para depois serem realizadas em nível global, ou seja, a partir de cada sujeito para depois afetar uma determinada sociedade. Esse fenômeno o autor (HALL, 2005) nomeia de descentramento, e nele percebe-se que as sociedades modernas não possuem um único centro, mas vários deles. Tais sociedades podem se deslocar em função de determinado momento histórico decorrente de uma necessidade específica para aquela sociedade. Essas mudanças influenciam todos os aspectos sociais, como aqueles de gênero, de raça, etnia e sexualidade.

Para tanto, procuramos compreender o significado do termo cultura. Embora seja emblemática, seu conceito varia de acordo com as diferentes concepções que dela são feitas. Por tais motivos, utilizamos o conceito de cultura apresentado por Bhabha (2003), para designar uma mistura flexível de conhecimento organizado por sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade, ou as suas rotinas, que são produzidas, distribuídas e reproduzidas entre indivíduos interconectados dentro das mesmas comunidades.

Ao começar por pressupostos binários de superioridade e inferioridade, cria-se a ideia de que o discurso colonial é incontestável e tão poderoso a ponto de que o sujeito colonizado deve evitá-lo a todo custo. Nesse caso, a subjetividade pós-moderna é definida como aquilo que é interpelado pela ideologia, ao mesmo tempo em que é construída pelo discurso e pela linguagem, ou seja, pelas operações de poder que circundam a sociedade. Desse modo, o sentimento de liberdade adquirido pelos sujeitos pós-coloniais é constantemente interferido por causa do contexto que as sociedades pós-modernas possuem, envolvendo desde a globalização, até outras formas de colonialidade e subalternidade.

Assim, a subjetividade no sujeito pós-colonial permanece fixa na concepção de que os sujeitos envolvidos estão, de alguma maneira, presos aos discursos de dominação, deixando de lado os trabalhos iluministas sobre a essência do sujeito. Com isso, ao desvincular uma essência imanente dos sujeitos, que os levaria a agir de determinadas maneiras, a identidade dos sujeitos pós-coloniais estaria associada ao discurso empreendido pelos dominadores. Através do discurso colonial, a subjetividade dos colonizados é continuamente colocada sobre a influência e poder do 'Outro' imperial, que pode tanto simbolizar a relação de cuidado e crescimento relacionados à

mãe, quanto pela dominação e sujeitos ao poder, relacionados ao pai.

Nesse sentido, Ashcroft (2007, p. 156) nos revela que

A ambivalência do discurso colonial reside no fato de que ambos os processos de ‘outremização’ ocorrem ao mesmo tempo: o sujeito colonial se torna tanto um filho do império quanto um sujeito degradado e primitivo do discurso imperial.³⁷

Podemos afirmar que é à margem das relações coloniais que a cultura do Ocidente, tida como a cultura do conquistador, revela as suas ideologias, as suas marcas a respeito do texto limite, assim como sua autoridade desloca uma ambivalência que representa uma das mais significantes estratégias discursivas e físicas do poder discriminatório, sejam eles racistas, sexistas, periféricos ou metropolitanos, surgindo o discurso estereotípico.

Com isso, adquirimos a perspectiva de uma não-cristalização do inconsciente, não podendo este ‘apagar’ os estereótipos que foram construídos no decorrer da vida do sujeito. Mesmo em face de conhecer as diferenças entre culturas, sempre haverá aquelas essenciais, como os conceitos construídos, de bom e ruim e bem e mal, por exemplo, mesmo em papéis socioculturais inversos.

Com base nos autores acima, consideramos o estereótipo o resultado ideológico, formado pela sociedade e para ela, especialmente preparado para categorizar, diminuir, reduzir, inferiorizar alguma classe ou algum grupo de pessoas, perante a sociedade em que tal classe ou grupo estão inclusos, de acordo com suas diferenças culturais, sociais ou físicas. Nesse sentido, o estereótipo se liga à identidade quando percebe-se que, ao categorizarmos determinado sujeito, criamos um evento outremizador.

A partir do que foi discutido, passaremos à análise das protagonistas da obra em suas relações identitárias. Propomos, para tanto, a teoria ao terceiro mundo, aplicada às populações outremizadas, presentes nos Estados Unidos, na qual a sociedade estabelece os limites coloniais.

3.4 A identidade de Skeeter

A personagem Skeeter é percebida na obra em contraste com as demais protagonistas, servindo ora como apoio, ora como narradora. A protagonista em questão

³⁷ The ambivalence of colonial discourse lies in the fact that both these processes of ‘othering’ occur at the same time, the colonial subject being both a ‘child’ of empire and a primitive and degraded subject of imperial discourse. (ASHCROFT, 2007, p. 156)

rompe certas regras, quando entra em contato com a sociedade em que cresceu, pois, decorrente da universidade em que estudava, ela adquire uma nova visão da sociedade branca.

Nesse contexto, sua relação com as demais personagens brancas perfaz um ciclo: inicialmente ela está à sombra de Hilly e mantém relações de amizade com Elizabeth, já que pertence ao grupo de elite feminina da cidade. Quando Skeeter compreende seus desejos, ela percebe que sua imagem é diminuída em relação às suas amigas, já que não compartilha as mesmas ideologias. Assim, quando sua mãe pretende que ela case com qualquer homem, para que Skeeter possa ser novamente pertencente à sociedade, há uma fragmentação em sua identidade. Nesse momento ocorre uma transformação na personagem que a coloca frente a uma nova realidade social que não era debatida até então, visto que, ao não aceitar a ideia de casamento, ela recorre à população negra que a auxilia no trabalho de jornalista e acaba conhecendo o lado dos negros. Por fim, Skeeter se torna uma espécie de porta-voz para uma situação histórica e é a ponte que melhora a vida de suas amigas negras.

A partir disso, pretendemos abordar o papel que as personagens brancas exercem na obra, destacando Hilly Holbrook, Elizabeth Leefolt e Charlotte Phelan, quando em contato com Skeeter, e destacar como essas três personagens influenciam na formação identitária desta.

Hilly é percebida como um sujeito que busca a proteção para a sua família. Entretanto essa proteção acontece envolvendo um engajamento político e uma superioridade colonial, já que é a partir de suas crenças raciais e sociais que a motivação acontece. Percebemos inicialmente que a personagem se constrói, baseada nesses dois pressupostos, a partir da visão de Skeeter:

— Oh, e preciso que você venha aqui, pegar aquelas anotações — diz Hilly.
— Quero o meu projeto no próximo boletim, uma página inteira ao lado da coluna social.

Faço uma pausa.

— Aquele negócio do banheiro? — Apesar de terem se passado apenas alguns dias desde que ela trouxe à baila o assunto no clube do bridge, eu esperava que ele tivesse sido esquecido.

— Chama-se Projeto de Higiene para Empregadas Domésticas — *William Júnior desça já senão vou confiscar isso aí. Yule May venha cá* — e quero que saia esta semana.

Sou editora do boletim da Liga. Mas Hilly é presidente. E ela está tentando me dizer o que publicar (STOCKETT, 2015, p. 82).

É perceptível que sua prioridade quanto a sua família é realizada pelo aumento dos estudos eugênicos sobre a população negra, uma vez que ela procura razões

científicas para justificar o seu racismo. Skeeter percebe que Hilly é cuidadosa com a sua prole, estendendo a preocupação para as demais pessoas de sua sociedade. Além disso, ela também sente a necessidade de engajamento político, já que é sua voz que ressoa dentro do clube de que as mulheres brancas participam.

Importante destacar que, quando em frente às demais moças que pertencem ao grupo, Hilly demonstra uma espécie de fanatismo acerca de suas posições racistas perante a sociedade branca, o que a leva a uma liderança cega, assim como se torna modelo que as outras mulheres procurarão copiar, ou assimilar suas ideias sem questionamento. Verificamos isso em:

Paro sobre os degraus que levam até a sede da Liga, respiro fundo o ar limpo do inverno. É patético, mas estou contente por ainda ter o boletim. Uma vez por semana, ainda me sinto parte de alguma coisa. E quem sabe? Talvez desta vez seja diferente, com o início das festas de final de ano e tal.

Mas no minuto em que entro no salão, as costas se viram na minha direção. Minha exclusão é palpável, como se paredes de concreto tivessem sido levantadas ao meu redor. Hilly me dá um sorriso amarelo e faz um meneio com a cabeça para falar com outra pessoa. Adentro mais um pouco a multidão e vejo Elizabeth. Ela sorri e eu aceno. Quero falar com ela sobre a minha mãe, dizer a ela que estou ficando preocupada, mas, antes de conseguir me aproximar, Elizabeth se vira, baixa a cabeça e se afasta. Vou para o meu lugar. Isso é novidade, vindo dela, aqui (STOCKETT, 2015, p. 450).

Durante as reuniões fica implícita uma soberania dentro da organização do clube, uma vez que Hilly é a presidente inquestionável e suas principais asseclas são Elizabeth e Skeeter. Decorrentes de sua amizade desde os anos de colegial, as três tornam-se inseparáveis e, quando Hilly casa-se, cumprindo o que sua mãe esperava dela, Elizabeth procura logo casar também, deixando Skeeter como a única solteira do grupo. Com o passar dos anos e procurando não seguir o modelo das demais, Skeeter foge dessa concepção de “dona de casa” e empenha-se em conseguir um trabalho, questionando a sociedade na qual vivia até então. Ao final da narrativa, Skeeter torna-se uma nêmesis para a sociedade, quando percebe o discurso que é “pregado” por sua amiga e reiterado pelas demais passa a ser prejudicial para aquelas mulheres que auxiliaram no crescimento de todas elas e auxilia estas mulheres a escrever o livro sobre a vida das empregadas domésticas em Jackson.

Ao entender que a proposta de estabelecer banheiros para pessoas de cor em cada casa auxilia no combate a determinadas doenças e estabelece os domínios dos brancos sobre os negros, é visto que o discurso atribuído à Hilly corrobora o pensamento trazido por Bonnici (2012), que confirma a ideologia da sociedade

dominante da época, que estabelece:

[...] a superioridade da civilização europeia, com a consequente degradação e total rejeição de qualquer manifestação cultural nativa, considerada inferior, primitiva e selvagem, digna de ser extirpada (BONNICI, 2012, p. 21).

Tal fato é explorado constantemente na narrativa, visto que essa construção pode ser compreendida como uma analogia à escravidão. Os locais de trabalho dos negros como a cozinha e o ambiente ao qual é possível o acesso deles, como os banheiros segregacionais, seriam associados às senzalas, locais de valor social menor e de qualidade sanitária questionável, onde todos os negros, pertencentes a determinado senhor, ficavam durante a noite. Já no local em que os negros trabalham, porém, não lhes é permitida a permanência, a não ser enquanto estão servindo os brancos na sala de estar ou na sala de jantar. Esses locais seriam semelhantes à casa grande, local em que as mulheres negras trabalhavam cuidando da casa e das crianças dos senhores e senhoras, porém não dormiam ali.

Ao se apropriarem do discurso de Hilly, as mulheres brancas viam a construção dos banheiros ora como a solução para a saúde de seus filhos, ora como a maneira de alcançar o prestígio social, indicado pela presidente do clube. A constante procura por prestígio e aceitação social é fator recorrente na personagem Elizabeth, já que, por influência de sua melhor amiga, Hilly, ela e o marido constroem um banheiro para Aibileen. Entretanto, como está relacionado à construção identitária da personagem Aibileen, trataremos desse fator mais à frente na discussão.

Elizabeth Leefolt, a segunda grande amiga de Skeeter, é indicada como um sujeito totalmente submisso. Em primeira instância ela está submissa ao desejo do marido, seguido do desejo social, implementado por sua mãe e finalmente pelo desejo de Hilly para que ela se torne socialmente igual. Sua relação com Skeeter é construída com base em suas similaridades e suas fragilidades, já que a amiga lhe proporciona suporte em relação a sua aceitação pela sociedade, ou seja, pela aceitação de Hilly.

Percebe-se que Elizabeth é facilmente influenciada e sua subjetividade ocorre quando ela está em contato com outras mulheres brancas. Ela não consegue ver as diferenças e questioná-las, já que, para ela, o mundo funciona dessa forma. Ao partir do pressuposto de que o herói da narrativa atual se problematiza, quando em face ao destino que não é escrito por outro ser, Elizabeth não evolui durante a narrativa. No momento da demissão de Aibileen, ela opta pelo que socialmente será esperado, satisfazendo o desejo de outra pessoa e não o dela própria. Sua falta de voz ancora a

personagem a uma tipologia, e espera-se que ela seja apenas uma reprodutora de ideias e não uma pensadora.

Quando acontece a demissão de Aibileen, Elizabeth tenta se pronunciar, mas não é ouvida, conforme Aibileen narra abaixo:

A dona Leefolt fala baixinho:
 — Ela está dizendo que não estão com ela, Hilly.
 A dona Hilly faz que nem ouviu. Ela levanta as sobrancelhas pra mim e diz:
 — Então, cabe a mim informá-la que você está demitida, Aibileen — diz a dona Hilly, com escárnio. — Vou ligar para a polícia. Eles me conhecem.
 (STOCKETT, 2015, p. 562)

Embora Aibileen descreva a situação, percebemos que a voz de Elizabeth não pode ser ouvida, pois sua subordinação é o fator mais constituinte de sua subjetividade na obra. Sua felicidade se constrói ao não falar e somente reproduzir tanto os discursos dos outros quanto os de seus próprios filhos, e, caso ocorra de ela utilizar seu posicionamento social, a personagem entraria em uma fragmentação identitária que não é desejada nem por ela nem por Hilly.

Retomando Spivak (1988), a figura feminina está relacionada com a ligação da mulher e o silêncio, o que é colaborado pelas próprias mulheres, submetendo-se às diferentes classes. É visto que Elizabeth se adequa aos papéis de subordinação que lhe é designado e, diferente de Skeeter, ela não pretende que seu papel seja modificado, pois somente se reconhece na subalternidade em relação à Hilly. Elizabeth pode ser vista como a representação da mulher que não é vista e, ao tentar falar, como no excerto anterior, sua voz não alcança o efeito desejado, que é ser ouvida. Nesse momento, ela não reivindica seus direitos, e continua em silêncio.

Skeeter também se posiciona perante a sua mãe, Charlotte, que é o símbolo máximo da reprodução societária segregacional. Charlotte segue o modelo de dona de casa típica do Sul dos Estados Unidos da década de 1960, já que ela havia contratado vários negros para realizarem o trabalho da casa e do jardim. Embora não possua o banheiro segregacional para negros em sua casa, ela não demonstra preocupação com seus empregados negros, além do que se espera de uma dona de casa, permanecendo afastada de suas vidas particulares e exigindo sempre um trabalho exemplar. É importante demarcar que a mãe de Skeeter não confia nos empregados e tampouco considera-os pessoas de caráter bom.

Constantemente, ela supervisiona o trabalho deles pois acredita que ““Não se pode deixar um negro e uma negra sozinhos juntos sem vigilância”, mamãe cochichou

para mim, há muito tempo. “Não é culpa deles: simplesmente não conseguem evitar”” (STOCKETT, 2015, p. 95). Charlotte também possui o desejo de pertencimento identitário social, pois participa de reuniões de senhoras ricas dos Estados Unidos, o DAR, ou *Daughters of the America Revolution*, que tem por característica a lembrança dos americanos patriotas, ou seja, os brancos colonizadores. O maior desejo dela é ver os filhos casados e, principalmente, sua filha, uma vez que seu pensamento deriva da ideia de que a mulher só pode ser feliz quando é casada com um herdeiro rico e que continuará a riqueza da família.

Quando Skeeter começa a trabalhar no jornal local, desejando sua independência social, a reação de Charlotte é de total relutância, já que tal fato descaracteriza a feminilidade e a subalternidade de sua filha, o que é visto socialmente como grande dificuldade para a obtenção de casamento. Skeeter não concorda com esse posicionamento pois ela pretende alcançar o sonho de se tornar uma jornalista e, ao agir assim, repudia tudo o que sua mãe representa.

Importante colocar que Charlotte é o símbolo final de um ciclo dominante naquela sociedade, que se inicia com a jovem branca recém-casada que contrata uma negra pela primeira vez (Elizabeth), seguida da não tão jovem que já possui experiência em contratar senhoras negras (Hilly) e finaliza com a senhora branca que possui uma empregada doméstica negra e repassa os ensinamentos de contratação para a sua filha, que será a nova patroa. Simbolicamente falando, a identidade de Skeeter é construída por meio da fragmentação que esses três “símbolos” representam, já que ela rompe com a experiência de casar e contratar uma empregada negra, visto que ela se sente mais afeiçoada familiarmente com a empregada do que com sua própria mãe.

Skeeter é construída a partir de sua relação com o outro, no caso, com as outras. A partir do contato com as mulheres brancas, ela compreende tudo o que quer ser e, com o contato com as mulheres negras, ela consegue refletir sobre como pode melhorar sua vida e auxiliar a vida das outras com as quais se relaciona.

Como na analogia da casa grande, explicada anteriormente, na qual a casa das patroas brancas e o banheiro simbolizam a figura da senzala, na casa de Charlotte a cozinha serve de território que a negra Constantine domina, e o restante da casa, quartos e sala de jantar, é o local de domínio da patroa. A cozinha é o ponto de encontro entre Constantine e Skeeter e é lá que as duas se aproximaram, distanciando a menina de sua mãe, conforme suas lembranças:

CONSTANTINE CHEGAVA PARA TRABALHAR na nossa casa às seis da manhã, e na época da colheita ela chegava às cinco. Assim, podia fazer os pãezinhos e o mingau de que papai gostava, antes de ele sair para a lavoura. Quase todos os dias eu acordava, e a primeira coisa que via era ela na cozinha, ouvindo o reverendo Green no rádio que ficava sobre a mesa do café. No instante em que me via, ela sorria.

"Bom dia, menina linda!", e eu sentava à mesa e contava a ela com o que eu tinha sonhado. Ela dizia que os sonhos prediziam o futuro.

"Eu estava no sótão, olhando para baixo, para a fazenda", eu contava. "Dava para ver a copa das árvores."

"Você vai ser cirurgiã de cérebro! O topo de uma casa quer dizer a cabeça". (STOCKETT, 2015, p. 86)

Abordada como um pilar sustentador da subjetividade de Skeeter, é notável a presença de Constantine, responsável pela construção social da moça branca. Como já discutido anteriormente, Constantine auxiliava Skeeter quando a moça precisava ser vista por outra pessoa. Enquanto Charlotte exigia que Skeeter seguisse um padrão, Constantine desejava que a moça fosse ela própria. Entretanto, percebemos que a forma de tratamento entre Skeeter e Constantine depende do reconhecimento quase familiar de uma pela outra, e certas vezes isso pode ser compreendido como uma relação apenas de trabalho entre patroa e empregada. Thompson (2014, p. 69) coloca que a relação de Skeeter e Constantine torna-se quase que uma relação escrava, uma vez que é posicionada por meio da ideologia que coloca a mulher negra enquanto *Mammy*, ou seja, aquela que é a doadora, amável, assexuada e constantemente humilhada.³⁸

Apesar disso o vínculo afetivo que ocorre entre as duas propõe a Skeeter um caráter de subordinação em relação a Constantine, na qual a personagem branca precisa da personagem negra para se sentir aceita em algum círculo social e familiar. Podemos relacionar essa subalternidade com Spivak (1988, p. 282) que nos diz que a educação dos sujeitos coloniais complementa a produção criada pela lei do colonizador para o colonizado. Ao estarem os sujeitos colonizados inseridos num contexto de dominação, seu pensamento será de que eles somente devem servir a uma pessoa branca e não são capazes de escapar dessa realidade. Num momento posterior, os oprimidos entenderão que existe a chance de que eles possam falar e saber seus lugares, desde que haja alianças políticas estabelecidas e que as “barreiras” impostas pelos dominadores não sejam ultrapassadas. Barreiras como a visibilidade social, a renúncia ao poder colonial, ou a obtenção e acesso à cultura são pertinentes à classificação de estereótipos negros,

³⁸ Her fictional storyline of a white Southern female – Skeeter – attempting to write a book about the help in an effort to obtain professional success while also reconciling her own admiration and questions concerning her family maid, Constantine, who mysteriously and without warning (to Skeeter) leaves the Phelan family[...]. Similar to the *Mammy*, the women in her book are monolithic caregivers to white children. (THOMPSON, 2014, p. 69)

como a figura da *Mammy*, pois, segundo o que se espera da caricatura, ela será feliz e cumprirá seu papel social ao cuidar e criar os filhos de sua patroa branca, sem pretender estudar ou falar por si só.

Nesse sentido, a configuração da personagem Constantine, enquanto o estereótipo da *Mammy*, se constrói pelo constante trabalho que a família de Skeeter exige dela. Assim, a figura da *Mammy*, associada aos trabalhos domésticos e à criação das crianças, estabelece a superioridade branca com a personagem negra. Constantine é o símbolo perfeito da *Mammy* clássica pois ela traduz o conceito de servidão e abandono da família, como percebemos em:

— Lembra que eu falei que Constantine tinha uma filha? Bem, Lulabelle era o nome dela. Senhor, ela nasceu branca que nem a neve. Seu cabelo era da cor de palha. Nem ondulado que nem o seu. Era completamente liso. [...]

— Quando Lulabelle tinha quatro anos de idade, Constantine... — Aibileen se remexe na cadeira. — Ela levou a menina pra um... orfanato. Lá em Chicago.

— Um orfanato? Você quer dizer... ela deu a filha? — Por mais que Constantine me amasse, não posso deixar de imaginar que ela deve ter amado muito a própria filha.

Aibileen me olha bem nos olhos. Vejo algo que muito raramente se vê nela — decepção, antipatia.

— Muitas mulheres de cor precisam dar os filhos, dona Skeeter. Mandar os filhos embora, porque precisam cuidar de uma família branca. (STOCKETT, 2015, p. 461)

Ao estabelecer a configuração de Constantine enquanto uma pessoa que abandona a família em prol de outra, retoma-se o conceito folclórico da *Mammy*, que, além de ser uma mulher em idade avançada, também renega ao sexo e aos cuidados com si mesma. Constantine, para continuar com a família e com o trabalho, teve que renunciar à filha por vários anos, de forma que satisfizesse o desejo de sua patroa, além de evitar conflitos em relação à cor de sua filha ser amarelada, e não negra.³⁹

Nesse momento, é visível a “ingenuidade branca” de Skeeter, que, explicada anteriormente por Barbara Applebaum (2010), confirma o mascaramento da sociedade branca enquanto um modo de definição do poderio deles sobre os demais. Para a autora, “O privilégio branco protege e suporta a moral branca vigente e seu escudo protetor depende de existir um ‘outro abjeto’ que constitui o branco como ‘bom’”

³⁹ É explicado no livro que a cor da pele de Lullabele não é considerada igual à de Constantine. Segundo as Leis Jim Crow, quando a criança tinha 1/12 do DNA de uma pessoa negra, mesmo que não aparentasse a cor dérmica de seus pais, ela era considerada como da raça negra. Constantine, na obra, não poderia ficar com sua filha pois ela mesclava a pele do pai de Constantine, que era branco, com a pele do marido dela, que era negro. Desse surgimento, é entendido que Lullabele tem uma coloração amarelada, não ficando nem branca, como Skeeter, nem negra como sua mãe (STOCKETT, 2015, p. 461-464).

(APPLEBAUM, 2010, p. 29)⁴⁰. Quanto menos valores familiares as famílias e as mulheres negras tiverem, menor a identificação com sua condição de sujeito humano e mais justa a sua caracterização enquanto seres animais, selvagens e infantilizados. Segundo essa perspectiva, que provém dos pressupostos raciais, as mulheres negras, para se encaixarem no conceito de sujeito, necessitariam criar e cuidar de uma pessoa branca, pois, na época, haviam sido vinculadas com a selvageria e relacionadas aos papéis de criação da prole. Nesse sentido, elas alcançariam o ideal branco pois deixariam a selvageria para poderem se desenvolver. Esses papéis não pertenciam às mulheres brancas, pois elas estariam preocupadas em defender seu poderio, e não em criar os filhos.

É perceptível também que o que a imagem de Constantine representa para Skeeter passa a ser repetida de forma similar por Aibileen e Mae Mobley. Existe uma espécie de ciclo envolvendo a aceitação e o pertencimento, no qual uma menina branca precisa de uma senhora negra para encontrar o seu lugar no mundo. Tal posição, entretanto, serve também como resistência ao poder pós-colonial, dentro das sociedades, pois, ao educar as meninas, as jovens podem declinar das ideologias racistas pertinentes. Porém abordaremos mais a fundo essa questão no capítulo dedicado à resistência.

A partir dessa relação entre Skeeter e Constantine, a moça, motivada pelo sentimento provocado pela perda de sua empregada e por meio da relação com as personagens brancas da narrativa, questiona seu papel social dentro daquela sociedade. Por desejar um emprego melhor em outra cidade, inicialmente ela age de maneira egoísta, afinal, sendo uma mulher branca, Skeeter acredita que seu pedido não poderá ser negado, visto que a “ingenuidade branca” de Applebaum (2010) não estabelecia regras para os brancos. Posteriormente, procurando por aceitação e pertencimento, ela começa a se relacionar com duas personagens negras que são empregadas domésticas e que trabalham para suas melhores amigas.

Quando inicia as entrevistas com Aibileen, Skeeter constata que, fora do ambiente de trabalho, existem outras regras de convivência, descritas como “Regras brancas” (STOCKETT, 2015, p.203). Tais regras, já mencionadas anteriormente no tópico sobre raça, são criadas para justificar os modos com que a sociedade branca e a sociedade negra interagem. Entretanto, tais regras existem apenas enquanto associações impostas pelos dominadores.

⁴⁰ White privilege protects and supports white moral standing and this protective shield depends on there being an “abject other” that constitutes white as “good.” (APPLEBAUM, 2010, p. 29)

Ao sentir que existe uma perturbação não dita e que ela, inconscientemente, faz parte dessa perturbação segregacional, a protagonista Skeeter procura entender em qual contexto está e, para tanto, quebra algumas leis a fim de que consiga realizar seus sonhos. Porém, com o passar da narrativa, ela passa a ter não apenas o desejo de melhorar sua vida, mas também a vida de suas amigas negras, uma vez que os segredos, divulgados no livro escrito em conjunto, colocam as empregadas em uma situação de risco extremo, derivado, principalmente, das Leis Jim Crow, pertinentes à época de 1960. Dessa forma, quando ocorre a notícia da publicação do livro, percebemos o afeto entre elas:

Entro no lugar que se tornou tão familiar para mim, a cozinha de Aibileen.
[...]
— A Harper and Row — digo — quer publicar o livro.
Todo mundo fica em silêncio. Até mesmo as moscas param de fazer barulho.
— Você tá brincando comigo — diz Minny.
— Falei com ela agora à tarde.
Aibileen dá um grito como nunca ouvi antes.
— Senhor, não consigo acreditar! — explode ela, e então nos abraçamos, Aibileen e eu, depois Minny e Aibileen. Minny olha vagamente para onde eu estou. (STOCKETT, 2015, p. 494-495)

Skeeter, quando está em contato com o outro, no caso Aibileen e as mulheres negras, constrói sua subjetividade e passa a não fazer parte da sociedade na qual está inserida, ou seja, a sociedade branca. O que ocorre é a sua adaptação frente a uma sociedade discriminada racialmente, ocasionando uma nova perspectiva da realidade. Sua dificuldade está quando ela percebe os problemas dos sujeitos marginalizados socialmente e questiona o papel que a sociedade branca possui. Além disso, ela também reflete sobre as suas ações referentes ao tratamento racial e sua participação nesse contexto.

Quando a moça se dá conta de que o problema em geral acontece por essa pressão social que não é dita, mas é reiterada com as ações e com as leis, ela se dedica a exercer pequenas formas de combate ao que acredita estar errado, como o caso dos banheiros. E, cada vez mais em que está em contato com outras pessoas negras, mais ela se dá conta de seu papel social enquanto branca e com um poder monetário maior que o das demais.

Assim, Skeeter entra em contato com outras empregadas domésticas negras, organizadas por Aibileen, e escuta as histórias que elas têm para contar, ela percebe que o sentimento familiar sentido por ela, também acontece em outras mulheres brancas da sociedade. Nesse momento aparecem lados diferentes do convívio entre brancas e

negras: aquelas patroas que enxergam as senhoras negras enquanto mercadoria para o trabalho, e outras patroas que veem nas pessoas negras sujeitos importantes para o seu desenvolvimento e seu crescimento social. Como exemplo, colocaremos a história de Louvenia, uma senhora idosa negra que trabalha para Lou Anne, uma jovem casada que sofre de depressão.

[...]- Hilly Holbrook ligou para mim uns dias atrás e disse para eu demitir a minha empregada, Louvenia. - Seu maxilar se tensiona e ela balança a cabeça.

Por favor. Seguro a respiração. *Por favor, não me diga que você a demitiu.*

– Skeeter, a Louvenia... - Lou Anne me olha nos olhos. Diz: - Ela é a única razão que faz eu levantar da cama, certos dias. [...]

– Skeeter, a Louvenia é a pessoa mais corajosa que eu conheço. Mesmo com todos os problemas que ela tem, ela se senta e conversa comigo. Ela me ajuda a atravessar o dia. Quando li o que ela escreveu sobre mim, sobre ter ajudado ela e o neto, nunca me senti tão grata em toda a minha vida. Há meses que eu não me sentia tão bem (STOCKETT, 2015, p. 534 – 535, grifos da autora).

Louvenia é uma senhora bastante idosa que cuida da família de Lou Anne. A senhora possui apenas um neto, que é um rapaz prestativo dentro da comunidade negra de Jackson, e realiza trabalhos para as outras famílias, quando necessário. Entretanto, pego por engano numa briga, ele perde a visão e fica incapacitado de trabalhar, ficando à beira da morte. Sua avó permanece ao seu lado durante a recuperação, e, mesmo sem trabalhar, Lou Anne paga o salário mensal da idosa, além de auxiliá-la quando necessário. Esse momento é importante na narrativa, pois Louvenia também contribui para o livro de entrevistas e, em seu capítulo, demonstra o carinho que sente e o orgulho que tem por trabalhar para Lou Anne. Nesse momento, percebemos que a relação vivida por Skeeter e Constantine, que simula uma situação familiar, não é algo único, mas que é compartilhado por várias jovens casadas da sociedade branca.

Caracterizamos a relação familiar de Skeeter na separação quase total de sua mãe e na aproximação na figura da empregada (*Mammy*). Skeeter pode ser considerada um sujeito fragmentado quanto a sua subjetivação, pois, fugindo ao que a sociedade espera dela, ela se constrói em relação ao outro social, em relação favorável às pessoas negras, e em parte desfavorável em relação às pessoas brancas.

3.5 A identidade de Aibileen

Durante a leitura da obra, percebemos que a identidade de Aibileen se traduz também pelo convívio com o outro, além de caracterizar o seu trajeto histórico e social.

Alguns fatores influenciaram para a construção da subjetividade de Aibileen, como a Igreja, sua relação com as mulheres brancas, sua relação com as mulheres negras e sua relação com sua família.

Assim, é perceptível que, influenciada pelo contexto de existência e do meio de trabalho, durante o núcleo do romance que trata de Aibileen e da família Leefolt, o ciclo social fica muito evidente ao observarmos o contato e a convivência entre as personagens Elizabeth Leefolt, Mae Mobley e Aibileen.

Percebe-se que, no convívio familiar, há distanciamento entre mãe e filha, no qual a pequena Mae fica desprovida de qualquer instinto maternal, vindo de Elizabeth, enquanto que mais se assemelha a um reflexo de uma dona de casa perfeita perante a sociedade da época. Ao descrever seu primeiro dia, observamos Aibileen narrar como era a posição da mãe com a criança.

No primeiro dia, passo pela porta, e lá está ela, vermelha como uma pimenta e gemendo de cólica, brigando com a mamadeira como se fosse um nabo podre. Dona Leefolt, essa[está] olhando apavorada pra filha. "O que eu estou fazendo de errado? Por que não consigo fazer isso parar?"
Isso? Essa foi a minha primeira dica: tem alguma coisa errada aqui.
 Então, peguei aquele bebê cor-de-rosa e barulhento nos braços.[...] Mas dona Leefolt, bem, ela não pegou mais a filhinha no colo aquele dia. Já vi um monte de mulher ficar triste depois de dar à luz. Acho que pensei que era isso. (STOCKETT, 2015, p. 7-8)

As ações de Elizabeth, no decorrer da narrativa, justificam o seu despreparo para cuidar da filha. O uso do termo *isso* pode marcar tanto a caracterização da filha, enquanto objeto, quanto a situação da criança barulhenta. Posteriormente na narrativa é compreendido que ela tem dificuldade em aceitar a filha gordinha, pois esse não é o padrão esperado para as mulheres, sejam elas crianças ou adultas.

Mae Mobley é sua primeira filha e, ao ser tratada como objeto, é percebida certa dificuldade de Elizabeth em conseguir se relacionar com sua filha, como visto quando a patroa e a filha estão almoçando e a criança foge da cozinha para almoçar com a empregada, que está comendo no jardim da casa, conforme segue:

— Mae Mobley? Mae Mobley Leefolt!
 Só agora a dona Leefolt reparou que a filha não tá sentada na mesma sala que ela.
 — Tá aqui comigo, dona Leefolt — digo pela porta de tela.
 — Falei para você comer na sua cadeirinha, Mae Mobley. Simplesmente não sei como é que fui ter você, quando todas as minhas amigas têm anjinhos....
 — Mas então o telefone toca e ouço ela sair pisando firme para atender.
 (STOCKETT, 2015, p. 123)

Elizabeth é vista como uma mulher que segue os padrões, porém não reflete

sobre eles, deixando a responsabilidade familiar a cargo de Aibileen. Ao retomarmos o estereótipo de *Mammy*, trabalhado por Schiffer (2014), percebe-se que a mulher negra possuiria melhor desenvoltura para a criação de crianças e teria uma melhor forma de educá-las, de acordo com a visão da sociedade branca. Em contraponto, a mulher branca não consegue ter essa ligação com as crianças, já que relaciona a maternidade a um trabalho secundário.

Ao ser identificada enquanto o Outro, Aibileen está a um passo à frente de sua patroa, já que possui o conhecimento para a criação e a educação de crianças. Categorizada enquanto *Mammy*, Aibileen passa a ser vista por Mae Mobley como um sujeito. Para Aibileen, é evidenciado que a presença de Mae Mobley traz a ela uma espécie de tranquilidade, pois a criança é a primeira com quem a empregada trabalha depois da morte de seu filho, o que cria entre as duas uma relação de cumplicidade e “quase” substituição familiar.

Thompson (2014) aborda a questão de o estadunidense ser obsessivo com a imagem estereotipada da *Mammy*. Segundo a autora, no período conhecido como pós-guerra, os sujeitos brancos precisavam de uma imagem de controle sobre as pessoas negras de forma que estabelecessem o lugar a que cada raça pertenceria, além de definir os negros enquanto sujeitos explorados pelos brancos. Essa figura é reproduzida na sociedade estadunidense por meio das figuras da *Mammy*, do *Uncle* e da *Aunt*, do *Trickster* e outros estereótipos. Thompson retoma, de Patricia Hill Collins (2000), esse conceito de “imagens controladoras” pois:

A primeira “imagem controladora” - que está na mulher negra como “fiel, servente doméstico obediente” ou simplesmente “Mammy” - tem sido um aspecto da cultura americana por quase dois séculos, cujo principal distribuidor foi a mídia de massa (THOMPSON, 2014, p. 58).⁴¹

Ao assumir os aspectos que caracterizam a sociedade enquanto controladora de Outros, num sentido spivakiano, ou seja, decorrente de subordinações, a autora nos coloca frente a uma questão cultural que influencia a imagem que temos dos sujeitos femininos negros, assim como a autoimagem que os próprios sujeitos fazem de si. Por meio da mídia, é pertinente que o modo de ser retratada, no caso das mulheres negras, conduz a um ciclo de representações em que elas estarão relegadas somente ao trabalho doméstico, não obtendo visibilidade fora desse meio.

⁴¹ The first “controlling image” - that is, of the black woman as the “faithful, obedient domestic servant” or simply “mammy” - has been an aspect of American culture for almost two centuries, with the main distributor being mass media. (THOMPSON, 2014, p. 58)

A autora afirma que “O romance [...] representa uma longa história de identificar que mulheres negras são naturalmente capazes de cuidar de famílias brancas [...]” (THOMPSON, 2014, p.58), o que pode reforçar a concepção da fraqueza das mulheres negras perante a sociedade e intensificar o poderio colonial das personagens brancas na sociedade em que a narrativa acontece.

Visivelmente, Aibileen corresponde às pretensões ditas por Thompson (2014), pois ela reitera a necessidade da família branca de controlar a pessoa negra. Na narrativa, fica demarcada essa visão de controle sobre Aibileen que é posta como um objeto a serviço de sua patroa, quando ela passa a ajudar Skeeter, mas depende de uma autorização para isso.

Em alguns momentos da narrativa fica perceptível que Elizabeth procura verificar o trabalho de Aibileen assim como supervisionar e/ou atrapalhar as entrevistas entre Aibileen e Skeeter. Verifica-se o poderio branco sobre a negra quando ela ordena que a empregada cuide da criança quase que o tempo todo, ou na condição de propriedade por parte dos sujeitos brancos. Há a visita da mãe de Elizabeth e ela critica a filha por ela não contratar uma empregada melhor:

— Mae Mobley, você gostou do vestidinho que eu mandei na semana passada?

— Arrã — responde a Nenezinha pra avó. Detestei ter que mostrar pra dona Leefolt que aquele vestido tinha ficado apertado na cintura. A Nenezinha tá ficando mais gordinha.

A dona Fredericks ralha com Mae Mobley.

—Você tem que dizer sim, senhora, mocinha. Está me ouvindo? [...]

Elas saem porta afora com a dona Fredericks beliscando a parte de trás do braço da dona Leefolt:

—Você não sabe contratar criadas decentes, Elizabeth. É trabalho dela se certificar que Mae Mobley tenha bons *modos*.

— Está bem, mamãe, vamos melhorar isso.

— Você não pode contratar qualquer pessoa e esperar que tudo corra bem. (STOCKETT, 2015, p. 261-262)

De acordo com a conversa, é perceptível que o papel de educadora, esperado para Aibileen, não é simplesmente o de instruir a menina a falar corretamente ou utilizar a privada, mas também que ela ensine as regras de convivência que a elite deseja. Assim, ao utilizar a palavra *criada* e não *doméstica*, por exemplo, fica estabelecida uma margem que separa as raças, expondo o poder de dominação da raça branca. Tal pensamento também leva os sujeitos brancos a acreditarem que existem empregadas que sabem educar as crianças de maneira correta, perpetuando as ideologias dominantes, nas quais os brancos ficarão sempre no poder e os negros sempre servindo.⁴²

⁴² Para a cultura estadunidense, o termo *Help*, quando empregado para o serviço doméstico, refere-se a

Thompson (2014) utiliza-se disso para explorar ainda mais o conceito de *Mammy* na obra. Segundo a autora, o símbolo da *Mammy* representa a mais poderosa figura na cultura americana e é vinculado também à figura da *Aunt*.⁴³ Tal estereótipo frequentemente simboliza uma ideia exagerada da mulher negra que se dedica totalmente à família branca em que está inserida, de modo que se esquece de sua vida e de sua própria família. Esta figura ambígua, *Mammy* ou *Aunt*, surge nos estados sulistas e passa a ser reconhecida por todo o território nacional a partir do período anterior à guerra civil, o que acarreta em figurações dos brancos sobre os sujeitos negros, tanto na literatura quanto na sociedade. Ainda, para a autora:

No folclore, a Mammy é celebrada por sua integridade religiosa, seu sorriso largo, seu coração sorridente, e seu serviço leal. Por quase dois séculos ela continua a amar a família branca mais do que sua própria família (THOMPSON, 2014, p. 59)⁴⁴.

Levado pela cultura e pela historicidade norte-americana, o conceito construído da *Mammy* é problematizado em obras e filmes constantemente, visto que sua origem remonta ao período colonial dos Estados Unidos. Frequentemente utilizadas como damas de companhia, amas de leite, cuidadoras, lavadeiras, enfermeiras, cozinheiras e empregadas domésticas, as mulheres negras sofreram perante o poderio colonial branco no sul dos Estados Unidos, já que, desprovidas de voz e constantemente maltratadas, elas ficavam ao jugo dos senhores e das senhoras brancas. A partir disso, esse conceito fica problemático, já que denota não uma vontade inata de servir, mas uma condição estabelecida de não ter opção.

Ao que parece, Aibileen encontra-se nessa ideia de servidão e, embora mascarada social e literariamente pelo sentimento adquirido pela pequena Mae Mobley, ela sofre com as agressões verbais e com o medo constante de ser punida, igualmente suas antepassadas, ou seja, sua avó, que era uma escrava doméstica e sua mãe, uma empregada doméstica. Entretanto, ao decorrer da narrativa, ela obtém o poder necessário para enfrentar a sua condição subordinada.

uma conotação preconceituosa e discriminatória, vinculada com o racismo. Sua tradução livre seria o termo *criada*, que, em ambas as sociedades, traz uma carga semântica de escravidão. O termo correto para tratar as empregadas domésticas em inglês é *Housekeeper*, que designaria a profissional que faz a limpeza das casas, ou seja, a *empregada doméstica*. Assim, ao estabelecer o uso da palavra *criada* pela mãe de Skeeter, ela traz, consigo, a relação de escravidão recém-abolida naquela sociedade.

⁴³ The mammy represents the most enduring black woman in American culture. Whether referred to as aunt, by her first name, or simply as mammy, this caricature often symbolizes an exaggerated idea of black women that we can trace from antebellum America to today (THOMPSON, 2014, p. 59).

⁴⁴ In folklore, the mammy is celebrated for her religious integrity, wide grin, hearty laughter, and loyal service. For almost two centuries, she continues to love white families even more than her own family. (THOMPSON, 2014, p. 59)

Desse modo, ao utilizar os serviços de Aibileen, Elizabeth confere poderes para a empregada, de forma que Aibileen atribua as referências familiares, necessárias para o crescimento de Mae Mobley. É inevitável que Aibileen passe a amar a pequena, porém esse fato não é uma reação constante, visto que, de todas as crianças de que ela cuidou, a única com a qual ela se empenha para que não siga os passos discriminatórios e segregacionais é Mae. Quando destacamos esse aspecto afetivo entre Mae e Aibileen, o filho biológico dela, Treelore, também era considerado uma pessoa consciente, já que ele refletia sobre a situação em que estava e desejava escrever um livro sobre o racismo no sul dos Estados Unidos.

Diante disso, Aibileen passa a tratar de dois temas com a menina: o igualitarismo racial e a conquista da autoestima. Inicialmente, a empregada percebe que, por ser deixada de lado pela mãe, Mae Mobley sente-se longe da realidade social em que está. Ofensas e palavras de maus tratos são frequentes para a menina:

— Falei para você comer na sua cadeirinha, Mae Mobley. Simplesmente não sei como é que fui ter você, quando todas as minhas amigas têm anjinhos...
 — Mas então o telefone toca e ouço ela sair pisando firme para atender.
 Olho pra Nenezinha, vejo que a testinha dela está toda franzida entre os olhos. Tá estudando alguma coisa muito séria.
 Toco a bochecha dela:
 —Você tá bem, nenê?
 Ela diz:
 — Mae Mo má. (STOCKETT, 2015, p. 123)

Devemos -se lembrar que Mae Mobley é apenas uma criança de seus três anos, Elizabeth acredita que a única forma de construí-la igualmente a si é considerando-a uma mini-adulta. Para tanto, ela exige bons modos, hábitos de higiene e frequentes atitudes dignas de uma pessoa igual a ela, esquecendo-se por completo de ensinar a sua filha o que ela deseja. Esse trabalho, o de aprender a ser “branca”, ela delega para Aibileen, como parte dos afazeres domésticos. Entretanto a aprendizagem se torna complicada por causa do desprezo constante que a menina sofre pela mãe. Ao atribuir a característica de “não ser anjinho” e endereçar a característica a Mae, ela constrói na criança uma figura de maldade, além de não explicar para a pequena o que é essa maldade.

Desse modo, Aibileen trabalha para desenvolver na criança a autoestima, que permitirá uma fuga, ou uma libertação das condições e imposições sociais de sua mãe. Ao repetir constantemente a proposição “[...] *Você é boazinha, você é esperta, você é importante* (STOCKETT, 2015, p. 262)”, Aibileen estabelece um vínculo de respeito e construção identitária por meio do qual Mae Mobley dificilmente se sujeitará aos gostos

de Elizabeth e poderá seguir os mesmos passos de Skeeter.

Em um segundo momento, Aibileen começa a contar histórias, sem uma base específica, para que a menina comece a pensar sobre sua condição social e racial. Ao focar nas diferenças e nas maneiras de tratamento, a empregada constrói com Mae Mobley um vínculo afetivo, deixando claro que o único fator de separação entre elas é a cor da pele, como descrito abaixo:

— Era uma vez duas meninas — digo. — Uma menina tinha pele negra; a outra, pele branca.

Mae Mobley olha pra mim. Ela tá ouvindo.

— A menina negra disse pra menina branca: "Por que a sua pele é tão pálida?". A menina branca respondeu: "Não sei. Por que a sua pele é tão preta? O que você acha que é isso?". Mas nenhuma das meninas sabia a resposta. Então, a menina branca disse: "Bem, vamos ver. Você tem cabelo, eu tenho cabelo." — Cutuco de leve a cabeça de Mae Mobley. — A menina negra diz: "Eu tenho um nariz, você também tem um nariz." — Cutuco seu narizinho. Ela se ergue e faz o mesmo comigo. — A menina branca diz: "Eu tenho dedos no pé, você também." — E eu mexo nos dedos do pé dela, mas ela não pode fazer o mesmo comigo porque tou usando meus sapatos brancos de trabalhar. — "Então nós somos iguais. Só de cor diferente", diz a menina negra. A menina branca concorda e elas ficam amigas. Fim. (STOCKETT, 2015, p. 262-263)

Nesse momento, é visto o poder que Aibileen possui sobre a pequena, e se estabelece uma das condições de resistência da obra, que é o empoderamento futuro da menina. Ao propor uma nova forma de pensar que aceitaria a menina como ela é, já que ambas só se diferenciam pela cor dérmica, Mae Mobley se torna um sujeito criado na resistência, já que pertence a uma elite, no caso à família branca e rica, mas que não pensa igual aos demais sujeitos englobados nesta elite, auxiliando, direta ou indiretamente, a sociedade prejudicada.

Em outras palavras, quando Aibileen adquire poder sobre a criança, ocorre uma inversão de papéis na qual a mãe (progenitora) se torna a estranha com laços e a empregada aparenta ser uma visão a ser espelhada e a ser seguida. Essa influência tende a ser benéfica, uma vez que desconstrói o estereótipo social e aumenta sua convivência entre os sujeitos raciais.

Outro ponto de análise da identidade de Aibileen se faz pela substituição familiar. A construção da narrativa se faz quando questionamos qual é a visão das empregadas domésticas acerca da sociedade, e isso nos leva de encontro à questão de constituição familiar de Aibileen. Conscientemente, a empregada não substitui sua família pela família branca. A narrativa deixa claro que ela é uma boa mãe e que, mesmo abandonada pelo marido, conseguiu criar o filho. Entretanto a ligação entre ela e

seu filho é um dos fatores constituintes de sua personalidade, uma vez que ela deposita nele o sentimento de libertação e esperança.

Aibileen não possui outra perspectiva de vida, visto que, como colocado anteriormente, sua família é estabelecida por uma linhagem de escravos e empregados domésticos que não possuem opção a não ser servir. Entretanto, Treelore não participa desse legado, visto que ele estudou e, mesmo que trabalhasse de forma braçal, ele possuía o desejo de escrever um livro sobre como era ser uma pessoa negra no Mississippi.

Nesse sentido, a obra nos remete ao fato de que a constituição do negro sulista é vinculada ao desejo de liberdade, imposta sobre a sociedade negra na forma de leis, no caso as Leis Jim Crow, e reiterada pela ideologia cultural.

Aibileen, assim como muitas mulheres naquela época, é trocada por outra mulher, Cocoa, que, mais nova, foge com o marido daquela. A amante do marido de Aibileen representa outro aspecto caricato da sociedade negra estadunidense, a Jezebel. Como já dito no capítulo II, Schiffer (2014) apresenta a ideologia da Jezebel como a mulher sensual, lasciva e indomável, que consegue o que precisa para viver por meio do corpo e do sexo.

Stockett (2015) utiliza-se desses estereótipos, já que define a personalidade de Aibileen e Cocoa diante dos dois estereótipos referentes às mulheres negras. Aibileen é representada como a *Mammy*, e Cocoa passa a ser Jezebel. Ao realizar esse paralelo entre as duas personalidades distintas, é percebido que as duas mulheres, além de representar a visão branca da sociedade negra, também identificam o grau de importância na narrativa, já que Aibileen está vinculada à família, ao passado e com isso se estabelece na lembrança cultural como boa, leal e ligada à Igreja. Já Cocoa é o inverso, pois é considerada uma personagem sem importância, trazendo, consigo, a lascívia, referente ao ato sexual e não ao amor familiar, à modernidade, pois escolhe fugir e ser amante e não uma esposa e empregada doméstica. Segundo Aibileen, a diferença fica clara quando ela liga o rádio e relembra algumas coisas:

Memphis Minny começa a cantar no rádio, dizendo que carne magra não frita direito, que é como dizer que o amor não dura. De tempos em tempos, penso que eu podia arranjar outro homem pra mim, um da minha igreja. O problema é: mesmo amando muito o Senhor, homem que vai na igreja nunca me atraiu muito. O tipo de homem que eu gosto não é o que fica com a gente depois de gastar todo o nosso dinheiro. Cometi esse erro vinte anos atrás. Quando meu marido Clyde me deixou por aquela vadia da Farish Street, uma que chamavam de Cocoa, achei que era melhor eu fechar a porta pra sempre pra esse tipo de problema (STOCKETT, 2015, p. 34).

Sobre esse fato, é interessante que isso se caracteriza em uma forma de Aibileen ser demonstrada enquanto mulher, cujos desejos não são estabelecidos da forma como espera a sociedade. Mesmo sendo uma mulher com hábitos familiares, ela amou um homem que não lhe fez bem. Mesmo considerando o estereótipo da *Mammy* que a configura enquanto uma mulher devotada à família branca e à Igreja, vemos que ela se relaciona com um homem que não assume o papel de marido, abandonando-a.

É notado que o conceito sobre a mulher negra passa a se alterar no decorrer da história. Strother-Adams (2014, p. 178) coloca que o arquétipo da Jezebel foi também construído durante o período da escravidão, em que as mulheres jovens eram vitimizadas e assediadas por seus mestres brancos.⁴⁵ Porém, no pensamento colonial, proveniente das esposas brancas, as negras de alguma maneira enganavam os brancos, realizando atos sexuais com eles, o que permitiria aos mesmos um comportamento selvagem e criminoso, de forma que essa concepção é posta até hoje por algumas pessoas.

Strother-Adams (2014), retomando Hooks (1992), nos diz que, para as pessoas brancas, é mais fácil entender a culpabilidade do outro, no caso as pessoas negras, e assumir um papel de inocência, quando em face de uma cultura ou raça diversa. No decurso da história, percebemos que, ao se colocar a culpa de que as mulheres negras escravas queriam ser abusadas, inventa-se a desculpa da religião para se converter e justificar a necessidade de “corrigir o erro”, ou seja, violar a mulher para que ela aceite o poder branco. Ao se manter relações sexuais com as mulheres negras, durante o período da escravidão e posteriormente, entende-se que não há nenhum sentimento para com elas, relegando-as ao papel de prostitutas que “necessitam” da presença masculina.

Ao se utilizar dessa concepção, Cocoa também é bastante criticada pelas outras mulheres negras na obra, já que se estabelece como uma mulher que não segue a Igreja e vive em promiscuidade. Segundo Minny, quando houve a fuga de Clyde e Cocoa, é descoberto que ela possui uma doença sexualmente transmissível e isso é associado a uma provável “oração” de Aibileen:

“[...] Demorou três meses pra melhorar. Bertrina, ela é bem amiga de Cocoa. Ela sabe que as suas rezas funcionam.”
Meu queixo caiu. Por que ela nunca tinha me contado isso antes?

⁴⁵ Hence the black woman as *jezebel* is a stereotype that began with slavery; even though the black woman was victimized by the white master, a widespread myth is the black woman somehow tricked the white man into having sex with her, thus giving the white man a pass for his savage criminal behavior – a pass that still holds today. (STROTHER-ADAMS, 2014, p. 178)

“Você tá dizendo que as pessoas acham que eu faço magia negra?”
 “Eu sabia que ia deixar você preocupada. As pessoas só acham que você tem uma ligação melhor que a maioria das pessoas. Todo mundo tá perto de Deus, mas você, você tá sentada bem do ladinho da orelha dele” (STOCKETT, 2015, p. 36).

Tal fato nos demarca a ideia de que, por Aibileen estar em contato constante com a Igreja e por ser a *Mammy* que se espera, ela é recompensada por sua bondade e fé, ao contrário de Cocoa, que é castigada por uma doença sexual. Nesse momento fica claro como é perpetuada a imaginação da sociedade em que ambas vivem. Da mesma maneira que em um sistema colonial, se a pessoa é boa, ela é recompensada, se é preguiçosa, sofre punição.

Com isso, percebemos que a Igreja possui forte conexão com esta protagonista, já que é lá onde acontecem as reuniões políticas sobre o movimento negro, após os cultos religiosos, além de ser motivada pela palavra religiosa. Aibileen está acostumada com sua vida simples, pois possui um emprego, e sua tristeza pela morte do filho é controlada. Aliada aos personagens negros, a Igreja auxilia Aibileen a superar suas dores e seguir em frente. Nesse momento, é notável que a influência religiosa cria em Aibileen a consciência de perdão e de superação perante as dominadoras brancas, no caso Elizabeth e Hilly.

3.6 A identidade de Minny

Diferente das outras duas protagonistas, Minny Jackson é caracterizada por sua raiva e sua constante resistência para com os outros sujeitos durante a narrativa, sejam eles brancos ou negros. Assim, a protagonista estabelece alguns pontos de referência particulares de sua personalidade.

Em um primeiro momento, percebemos seu relacionamento com a comunidade negra feminina. Vinculada à Igreja, Minny realiza contatos com as pessoas de sua comunidade, principalmente com as mulheres, obtendo determinada voz ou poder para com elas. Por poder, colocamos que ela passa a ser, em determinado momento da obra, uma referência para as demais empregadas domésticas que inicialmente estavam amedrontadas de participar da construção do livro, mas que, após a prisão de uma personagem, resolvem contar cada uma sua história.

Inicialmente, Minny não se preocupa com o meio social, na questão dos direitos dos negros, de modo que ela não aceita a ideia proposta por Skeeter e Aibileen,

Adoro a Aibileen, adoro mesmo. Mas acho que ela tá cometendo um erro tamanho família confiando numa mulher branca. E eu disse isso pra ela. Tá arriscando o emprego dela, a segurança dela. Isso pra não perguntar por que alguém ia querer ajudar uma amiga da dona Hilly (STOCKETT, 2015, p. 180).

Tal marco indica que o medo de retaliação por parte da comunidade branca estava em evidência e que, além de a retaliação branca atingi-la, também atingiria sua família. Ou seja, além de estar com medo de sofrer por causa dos brancos, por sua coragem em mostrar a realidade social em que vivia, ela também estava com medo de seu próprio marido que, levado por sua criação patriarcal, a acusaria de ter superado a autoridade dele.

Como segundo ponto a ser destacado, verificamos como é o seu relacionamento em sua família, constituída por ela, seu marido, Leroy, e seus cinco filhos. Sofredora de uma relação abusiva, Minny é percebida como uma pessoa que está ali somente para procriar e cozinhar. Ela é rígida com os filhos, ao mesmo tempo em que é agredida pelo marido constantemente pois ele faz uso de bebidas alcoólicas.

Minny veio de uma família pobre, de pai alcoólatra. Por isso ela não admite que outra pessoa beba perto dela. Entretanto, ao casar-se com Leroy, ela revive toda a sua infância. Tal fato nos mostra que ela não consegue fugir do ciclo vicioso, ficando atrelada à violência em sua infância e em seu casamento. A partir desse fato, é notável sua resistência para com os personagens brancos da obra, mas falaremos desses aspectos no próximo capítulo.

Minny foi instruída a ser uma empregada doméstica, assim como sua mãe, já que, para a sociedade da época, era inconcebível trabalhar em outra profissão. Constituir família e criar os filhos era o que se esperava dela, pois não havia opções pertinentes à profissão. Entretanto sua família é constantemente descrita como uma forma de preocupação para Minny, conforme visto em:

Não conversamos sobre a possibilidade de eu deixar Leroy. Muitos negros abandonam suas famílias como lixo numa vala, mas as mulheres negras não. A gente precisa pensar nas crianças. (STOCKETT, 2015, p.402)

Motivada por essa responsabilidade, ela questiona a possibilidade de cuidar, sozinha, dos filhos, embora isso também lhe cause medo, pois o dinheiro seria mais difícil de conseguir. Dessa maneira, por causa de seus filhos, ela decide participar do livro pois, mesmo entendendo as dificuldades e os riscos, “[...] só... eu quero que as coisas sejam mais fáceis pras crianças — digo. — Mas é uma pena que seja uma mulher

branca fazendo isso” (STOCKETT, 2015, p. 285).

Como constituinte de sua identidade, além de sua resistência, é notável que Minny seja construída a partir de seus laços familiares, da mesma forma que sua antagonista, Hilly Holbrook. Ambas defendem principalmente suas famílias, e suas maiores preocupações são a constante problemática racial que afetaria as personagens.

Dessa forma, associada ao estereótipo da mulher raivosa, Minny pode ser aplicada enquanto um sujeito resistente. Schiffer (2014) define o estereótipo da mulher negra raivosa como aquela que dificilmente consegue agradecer às outras pessoas por favores e constantemente age em conflito com a sociedade em que vive, seja a sociedade branca ou a negra. Tal figura é representada a partir das mulheres negras escravas que, mesmo não conseguindo fugir, atacavam os patrões e entravam em conflito com os brancos, pois não aceitavam sua condição. Diferente da Jezebel que era lasciva e sensual, a negra raivosa era constantemente estuprada, como forma de “domesticação”, e isso fazia com que ela resistisse.

Ao partir para uma separação racial, em terceira instância, podemos observar como é a relação dela com as mulheres brancas, destacando sua patroa ao final do livro, Celia Foote, e o marido desta, Jhonny, além de Hilly Holbrook. Nesse momento temos duas personagens brancas que se separam em suas concepções racistas. A primeira recebe as pessoas negras sem problema algum, enquanto que a segunda repudia as pessoas de outra cor e raça.

Celia Foote é considerada “lixo branco” por quase todas as personagens do livro. Este termo, explicado por Hartigan Junior (2003), é empregado quando há transgressões das expectativas sociais que mantêm os status desmarcados da superioridade branca e facilitam os acessos de poder e privilégio por parte da elite branca.

Ao se falar de “lixo branco”, percebe-se duas constatações: a primeira de que a superioridade branca é vinculada aos estereótipos que se constroem, mesmo que estes sejam sobre brancos considerados indignos; e a segunda se vincula ao local de pertencimento das pessoas consideradas marginalizadas, “lixo branco”, pois elas vivem próximas às sociedades negras, de modo que compartilham o estilo de vida e o status econômico.

A personagem Celia, proveniente de uma sociedade rural e cujo fator econômico é inferior ao das pessoas do centro da cidade, ascende socialmente quando se casa com Jhonny Foote, ex-namorado de Hilly. Ela adquire a fortuna da família dele, porém não possui os hábitos e costumes do restante das mulheres da sociedade central. Com isso, é

vista como motivo de raiva e inveja de Hilly, que faz o possível para discriminá-la, conforme abaixo:

- Adivinhem quem eu encontrei no salão de beleza? — diz a dona Hilly pras outras.
- Quem? — pergunta a dona Leefolt.
- Célia Foote. E sabem o que foi que ela me perguntou? Se ela podia ajudar com o Baile este ano.
- Que bom — diz a dona Skeeter. — Bem que precisamos.
- Não é para tanto, não precisamos, não. Eu disse a ela: "Célia, para participar é preciso ser membro da Liga ou uma patrocinadora". O que ela acha que a Liga Jackson é? A "Casa da Mãe Joana"?
- Não vamos aceitar não filiados este ano? Mas com um evento tão grande?
- pergunta a dona Skeeter.
- Bem, sim — diz a dona Hilly. — Mas eu não ia dizer isso para ela.
- Não posso acreditar que Johnny se casou com uma moça tão cafona — diz a dona Leefolt, e a dona Hilly concorda. Ela começa a distribuir as cartas do bridge (STOCKETT, 2015, p. 13-14).

A fala de Hilly caracteriza a distinção de poderes, na qual as personagens que são ricas, brancas e moradoras do centro não podem se misturar com as pessoas cujas classes sociais são mais simples e que não pertencem ao contexto daquelas. Celia passa a ser construída por meio da relação da alteridade, descrita por Said (1990), segundo a qual, a relação entre identidades é vinculada e estabelecida de acordo com a visão que um sujeito pertencente ao centro é colocado em conflito com outro sujeito, este marginal, e, a partir disso, criam-se visões decorrentes de ambas as subjetividades, influenciando as posturas e comportamentos de todos os sujeitos sociais.

Nesse mesmo viés teórico, para que Hilly possa desfrutar do poder que possui durante a narrativa, é necessário que outros também a reconheçam como portadora do poder, e, além de garantir a permanência dele para quem o utiliza, também estabelece a diferenciação hierárquica dentro de sua sociedade e/ou comunidade. Cria-se, portanto, uma corrente que julgará que Hilly detém o poder por seu local social, enquanto que Celia não possui um local de pertencimento já que não se encontra mais em seu local de nascimento, tampouco possui as mesmas concepções das demais pessoas da alta sociedade de Jackson.

Celia fica estabelecida como um sujeito fragmentado pós-colonial, pois procura equivaler-se às demais moças da sociedade, sendo discriminada por elas ao mesmo tempo. É visível que ela entende as regras sociais, procurando pertencer à sociedade, mas, quando isso não ocorre, a moça entra em crise, como em:

- Ouçó a dona Célia fungar, depois soluçar e começar a chorar desbragadamente.
- Nada disso teria acontecido se eu tivesse ficado no meu lugar. Ele teria se

casado com alguém do nível dele. Ele teria se casado... com a *Hilly*.
 — Ora, dona Célia. Não é...
 — O jeito como *Hilly* olhou para mim... como se eu fosse *nada*. Como se eu fosse algum lixo no acostamento de uma estrada.
 — Mas a dona *Hilly* não conta. A senhora não pode se julgar pelo jeito que aquela mulher vê a senhora.
 — Não fui feita para esse tipo de vida. Não preciso de uma mesa de doze lugares para sentar. Eu não conseguiria fazer doze pessoas virem até aqui nem se eu implorasse.
 Balanço a cabeça pra ela. Reclamando de novo porque tem demais.
 — Por que ela me odeia tanto? Ela nem me conhece. — A dona Célia chora.
 — E não é por causa do *Johnny*, ela me chamou de mentirosa, me acusou de ter ganho para ela aquela... torta. — Ela bate os punhos fechados contra os joelhos. — Eu nunca teria vomitado se não fosse por isso. (STOCKETT, 2015, p.434)

Ao retornarmos à *Minnie*, identificamos que a doméstica atua como um centro identificatório para a personagem *Celia* e assume o papel de *Mammy* para a dona de casa. Além de caricaturar uma ideologia de mulher raivosa, *Minnie* também assume a estereótipo da tia ou da auxiliadora, que criará um ambiente de pertencimento para sua patroa e conseqüentemente para sua família também, visto que, em face de sua percepção de realidade que passa a ser alterada, ela também decide romper com *Leroy* e leva seus filhos para um local seguro.

Minnie é caracterizada como uma personagem resistente, audaz e corajosa, que, mesmo em face de uma vivência triste e problemática, assume seu papel de mãe e demonstra a visão estereotipada da *Mammy* estadunidense como uma figura rearticulada para a sociedade da época de 1960.

CAPÍTULO IV – A RESISTÊNCIA PÓS-COLONIAL

4.1 Tipos de resistência

Ashcroft (2001), em sua obra *Post-Colonial Transformation*, nos apresenta algumas formas de resistência entre as sociedades pós-coloniais, que se alternam em relação ao poderio colonial. O autor nos traz as concepções de resistência pacífica, na qual há um enfrentamento não combativo com o colonizador; a resistência subjetiva, que é realizada como protesto velado, embora possam ocorrer punições; a resistência armada, que é o último recurso que utiliza armamentos bélicos; e as resistências discursivas, que são divididas em panfletária, cujo meio utilizado é a política, e resistência literária, que é abordada por meio da arte e é uma das maneiras que mais atingem os fins propostos.

Resistir, num sentido mais simples, implica em um engajamento militar violento, ou uma forma de luta nacional de liberdade. Porém, segundo Ashcroft (2001, p. 20), resistência é uma palavra que se adapta a uma grande variedade de circunstâncias, e poucas palavras mostram uma maior tendência entre clichê e retórica vazia, e se torna fortemente utilizada como uma palavra versátil para descrever qualquer tipo de luta política.⁴⁶

Nesse sentido, outra questão que se levanta é: Pode alguém resistir ao dominante sem violência? E, ainda mais, pode um sujeito até mesmo resistir sem obviamente se opor a algo? E a resposta pode ser positiva. Um claro exemplo foi a resistência passiva, realizada por Gandhi ao Raj Britânico. Decorrente da colonização da Índia pela Inglaterra, Gandhi propôs a luta pacífica contra o poder colonizador. Esta luta baseava-se no uso de não-violência, que se baseava na desobediência civil contra o governo.

Gandhi utilizou estratégias diversificadas, como jejum e greve, porém elas irromperam em maiores conflitos armados. Ele também propôs um programa de não cooperação com o governo inglês, de modo que impostos deixaram de ser pagos e bebidas deixaram de ser entregues. A situação só foi concluída com a insistência em não se utilizar a violência, mas desobedecer ao sistema, o que teve como consequência a independência da Índia.

Desse modo, dentro das sociedades pós-coloniais, a resistência subjetiva se faz

⁴⁶ Ultimately, ‘resistance’ is a word which adapts itself to a great variety of circumstances, and few words show a greater tendency towards cliché and empty rhetoric, as it has become increasingly used as a catch-all word to describe any kind of political struggle. (ASHCROFT, 2001, p. 20)

quando essas sociedades se negam em absorver a cultura e as ideologias do sujeito dominante, trocando essa nova perspectiva pela delas, quando se apropriam desses fatores em benefício próprio e quando realizam a descoberta identitária e a conquista ou redescoberta cultural de sua sociedade.

Uma estratégia do discurso colonial é convencer os dominados de que sua cultura nativa não é a melhor, provocando neles a substituição pela cultura do dominador. Essa estratégia coloca as concepções dos sujeitos colonizados em um contexto binário, no qual se equivalem os dois discursos, estando o discurso colonial como superior. A partir disso, entendemos que todo discurso colonial se traduz em binarismos, e esses discursos sempre estão acima dos demais, o que proporciona sua consolidação no pensamento das sociedades, seja ela dominante ou dominada. Desse modo, ao afirmar certos graus hierárquicos, ou graus opostos entre sociedades e comunidades, não seria errada a suposição, já que o pressuposto de uma cultura melhor, mais inteligente e mais desenvolvida definiria a necessidade de conquista e a consolidação dos denominados países de terceiro mundo.

Porém vários teóricos aceitam que utilizar o conceito de resistência já é algo falho, uma vez que, em suas concepções, este conceito está sempre atrelado à “falha em resistir” ao sistema binário que estrutura o discurso colonial, afinal, para que haja resistência, um sujeito deve estar dentro deste sistema e conseqüentemente não é aquele que domina. Resistir a algo que é crucial em sua formação identitária se torna impossível para os sujeitos dominados, uma vez que, ao destruir uma das construções identitárias, adquirida pelo sujeito em questão, isso também fragmentaria o seu lugar no mundo.

Entretanto “A fixação sobre a interpretação defensiva da resistência permanece a partir de uma tendência em homogenizar a experiência colonial” (ASHCROFT, 2001, p. 22).⁴⁷ Desse modo, mesmo dentro de um único período histórico, as várias pessoas que vivem em uma família, a se entender um modelo clássico de família nuclear com pais heterossexuais e filhos de ambos os sexos, que desempenham seus papéis dentro dessa família, possuem pontos de vista diferenciados sobre um mesmo tema, e, estando num jugo colonial ou pós-colonial, cada um abordará uma interpretação diferenciada de um mesmo fato, de acordo com sua identificação com os dados obtidos e com os fatos que mais o identificam.

⁴⁷ “The fixation upon the defensive interpretation of resistance stems from a tendency to homogenize the colonial experience” (ASHCROFT, 2001, p. 22).

Para Barbara Harlow (1987), o termo ‘resistência’ foi primeiro empregado em uma descrição da literatura palestina em 1966 pelo escritor e crítico palestino, Ghassan Kanafani. Segundo este último, a resistência literária invoca uma distinção entre uma pessoa ‘ocupada’ e outra em exílio. Tal literatura foi feita para ser identificável e significativa, acompanhada do projeto de lutas e/ou combates políticos, militares e sociais para a liberação nacional.

Os autores de literatura de resistência ficam em um impasse, já que pesquisas tanto deles quanto de estudiosos sobre as obras que tratam de resistências podem ser compreendidas e finalizadas sem que o pesquisador ou o escritor esteja locado dentro de um movimento político de resistência. Questiona-se, afinal, em qual perspectiva e para quais sujeitos são direcionados esses livros? Harlow (1987), assim como vários críticos, respondem que a literatura de resistência está interligada com os movimentos e as atividades de resistência política.

A partir disso, o conceito de literatura de resistência se levanta do papel central da expressão cultural nas lutas políticas. Ashcroft (2001) coloca que o relacionamento entre literatura e a luta política é muito mais específico, direto e funcional. Segundo Ashcroft (2001), que retoma Cudjoe (1980):

na literatura, colocada na luta, as palavras devem ser como balas afiadas, de tiro certo e diretas no alvo. Perder [o alvo nessa literatura] significa literalmente a perda de uma vida no processo. Com a iminência de uma revolução, a literatura se torna funcional, já que é uma tarefa verdadeira a se fazer. (ASHCROFT, p. 29, 2001, grifos nossos)⁴⁸

Assim, a resistência literária e, ainda, a resistência na literatura devem inevitavelmente acompanhar os problemas de resistências políticas, pois este tipo de resistência traz uma função material específica, que serve para alcançar uma maior quantidade de pessoas, o que é considerado como contra-discurso. Entretanto, é necessário discutirmos como a resistência discursiva é conceituada, e como ela é relacionada ao contra-discurso.

O contra-discurso está engajado na resistência discursiva, que opera dentro dos discursos numa sociedade. Seu papel ascende a partir da expressão cultural, obtida em lutas políticas, em prol do desenvolvimento ou emancipação de uma sociedade ou nação. Diferentemente das outras formas de resistência, esta envolve alguns fatores que demarcam a necessidade da escrita ou da arte para demarcar a realidade das sociedades

⁴⁸ In literature, caught up in the struggle, words must be like bullets: sharp, straight-shooting and to the mark. To miss is literally to lose one’s life in the process. With the crushing urgency of the revolution, literature becomes functional in that it has a very real task to perform. (ASCHROFT, p. 29, 2001)

colonizadas.

Essa forma de resistência, segundo Ashcroft (2007), reinsere na literatura as noções binárias de poder como centro/periferia, de forma que consegue dialogar com o discurso imperial sem que haja impunidades para a sociedade descrita. A questão mais trabalhada é em como a resistência poderá ser dita, de forma que não deixe uma sociedade melhor que a outra, trocando um poder por outro.

Entretanto, ao classificarmos a resistência discursiva, é notado que ela se divide em duas vertentes: a resistência panfletária e a resistência literária. A resistência panfletária tem uma vertente totalmente política e está vinculada a causas sociais e lutas de classes de maneira direta e objetiva. Já a resistência literária acontece por meio das manifestações artísticas, de forma implícita, mas com maior impacto na população. Dela resultam a mímica e a paródia, que, mascaradas por um efeito cômico, são inseridas na educação de uma sociedade e são capazes de alterar, pouco a pouco, as ideologias dominantes. Além delas também existe o *testimonial*, ou testemunho, que conta uma narrativa vinculada a um momento histórico mas sob o olhar do oprimido, ou colonizado, podendo discutir o evento histórico e suas particularidades a partir de um olhar menos conhecido. Todas essas formas são consideradas contra-discursos.

Com isso, identificamos a releitura e a reescrita como formas de contra-discurso, no qual ambas retomarão o conhecimento cultural das elites e trabalharão de modo a demonstrar o seu lado no discurso literário. Podemos citar as obras *Foe* (COETZEE, 1986) como uma reescrita de *Robinson Crusoe* (DEFOE, 1719), ao verificar um ponto de vista não abordado na obra mais antiga, que é o papel da mulher e do negro naquele contexto e na mesma narrativa. Da mesma maneira, citamos a releitura de *Things fall apart* (ACHEBE, 1958), a partir de *Heart of darkness* (CONRAD, 1902), de acordo com o mesmo momento e contexto histórico, porém em visões de personagens diferenciados e em narrativas diferenciadas.

Assim, o contra-discurso é um termo que havia sido utilizado primeiramente por Richard Terdiman (1985), que caracterizou a teoria e a prática da resistência simbólica, de forma que os meios de produção possam modificar a capacidade de estabelecer discursos que ignorem ou absorvam uma possível subversão.

Para Ashcroft (2007), tal termo é identificado como ‘o confronto entre a realidade constituída e sua subversão’, o que, por sua vez, se traduz como ‘um local em que as mudanças culturais e históricas ocorrem’. Tal termo tem sido adotado pelos críticos pós-coloniais para descrever os modos complexos em que os discursos

dominantes são apresentados ou estabelecidos para as periferias, reconhecendo a absorção que os discursos possuem.

Entretanto, o contra-discurso tem sido menos teorizado em termos de um processo histórico e de movimentos literários do que em marcas textuais que demarcam as ideologias imperiais que estabilizam e mantêm os sistemas de educação imperial. Seu conceito também é utilizado em assuntos sobre a subversão de textos canônicos e a inevitável reescrita nesse processo de subversão. Com o passar do tempo, o contra-discurso passa também a representar a própria subversão, pois ele permeia e concretiza a resistência discursiva.

Percebe-se que, em romances, cujo contexto esteja permeado por uma concepção pós-colonial, sua estrutura é baseada em contexto histórico determinado, como a escravidão ou a segregação, e o contexto está vinculado à sociedade na qual a história acontece. Marcas ideológicas e fatos históricos são facilmente percebidos durante a composição e a leitura de romances característicos de sociedades pós-coloniais. Conforme o que afirma Harlow (1985, pg. 79), “o romance de resistência busca diferentes finais históricos e tais finais já estão implícitos, contidos na narrativa, na análise e na construção de suas condições e da problemática da situação histórica em si”.⁴⁹

Dessa maneira, passaremos a discutir as marcas de resistência que aparecem na obra em questão, destacando tanto o modo como elas aparecem e em como elas são constituintes das subjetividades das personagens.

4.2 Resistências em *A resposta*

Durante a leitura da obra *A Resposta* (2015), percebemos três formas de resistência, destacadas por Ashcroft (2007) e Harlow (1987). É visível a presença da resistência pacífica subjugo, da resistência conflituosa e da resistência discursiva literária por parte das protagonistas da narrativa em diversos momentos, conforme abordaremos a seguir, destacando as protagonistas da narrativa e suas formas de resistir tanto ao jugo colonial quanto ao jugo patriarcal.

Iniciaremos com a personagem Minny e suas formas de resistência, indicada

⁴⁹ The resistance novels seek different historical endings and these endings are already implicit, contained within the narrative analysis and construction of the conditions and problematic of the historical situation itself (HARLOW, 1985, p. 79).

tanto pela participação no livro quanto pelo *Poop Pie*⁵⁰ entregue à Hilly. Sequencialmente abordaremos a personagem Skeeter e suas formas de resistência, representadas pelo emprego no jornal local e pela publicação do boletim da liga de que participava. Por fim trataremos das resistências encontradas pela personagem Aibileen, nas quais se demarca o processo de mostrar a sociedade racista para Mae Mobley, a escrita de um livro proibido, a leitura de obras literárias que não eram acessíveis a ela e o emprego clandestino ao final da narrativa, no jornal local como redatora.

4.2.1 Minny: tortas e discussões

Ao iniciarmos pela resistência armada ou conflituosa, destacamos a personagem Minny, que é caracterizada como uma mulher que luta contra a discriminação, não aceitando a imposição. Demitida de seu emprego por Hilly Holbrook, ela consegue um último local de trabalho com uma das moças mais ricas da cidade, porém discriminada pelas mulheres brancas. Tal demissão foi ocasionada pela reclusão da patroa, mãe de Hilly, para uma casa de repouso e pela recusa de Minny em trabalhar com a filha. Tal atitude fez com que Hilly a acusasse de ter roubado alguns objetos da casa da ex-patroa, o que deixou a empregada sem outra opção de trabalho na cidade.

Decorrente de ela viver em um ambiente hostil, percebemos que Minny se segura para não entrar em conflito com a possível nova patroa, uma vez que a situação de demissão é recente e ela não confia nas pessoas brancas. Assim, quando inicia o novo trabalho:

DE PÉ no lado do portão da casa daquela mulher, falei pra mim mesma: Segura, Minny. E pra segurar tudo que pode querer sair da minha boca e do meu bundão, também. É pra parecer uma empregada que faz o que mandam ela fazer. A verdade é que tou muito nervosa agora, eu nunca mais vou retrucar na vida, se conseguir esse serviço. (STOCKETT, 2015, p.44)

Como Minny discute com as outras pessoas e expõe seu ponto de vista, ela sofre por perceber a realidade social em que vive e também ao entender como a sociedade agia em relação ao contexto racial. Ela não é capaz de se sujeitar a todos os caprichos requeridos pelas donas de casa brancas e constantemente entra em conflito com as patroas, o que ocasiona suas demissões anteriores.

A empregada nos explica que inicialmente ela teve dificuldade em entender a

⁵⁰ No decurso da narrativa, Minny enfrenta Hilly, levando uma torta, na qual talvez houvesse os excrementos da empregada. Dessa maneira, utilizaremos o termo em inglês para designar esse “doce”.

sua situação de servidão, de forma que, ao trabalhar pela primeira vez, ela foi demitida por responder à patroa branca, conforme é visto em:

No primeiro dia na casa da minha Patroa Branca, comi meu sanduíche de presunto na cozinha, coloquei meu prato no meu lugarzinho no armário. Quando aquela pirralhinha roubou a minha bolsa e escondeu ela no fogão, não dei tapa nenhum no traseiro dela.

Mas quando a Patroa Branca disse: "Agora quero que você lave todas as roupas à mão primeiro, e então coloque na máquina de lavar para arrematar." Eu disse: "Por que eu preciso lavar à mão se a máquina vai lavar? E a maior perda de tempo que já vi."

Aquela Patroa Branca sorriu pra mim, e, cinco minutos depois, eu tava no olho da rua. (STOCKETT, 2015, p. 56)

Tal fator coloca Minny de acordo com os estereótipos construídos para os negros, o que também resulta em sua resistência. Logicamente falando, a empregada tem razão em questionar o trabalho exigido, e fica ao leitor a impressão de que é mais uma forma de indicar a superioridade da patroa do que um trabalho bem-feito. Porém isso deixa Minny, para a sociedade branca, vista como uma má empregada, já que ela reflete sobre a situação.

Destacamos que a resistência afeta diretamente todas as personagens, e a identidade de Minny reflete sua inquietação e insatisfação com a situação racial, a personagem é altamente afetada pelo embate outremizador, ou seja, pela sujeição a um Outro colonial, o que no caso é estabelecido por suas patroas brancas, embora ela não se sujeite a ninguém. Constantemente, ela se pega em conflitos internos de como pode falar determinado discurso para que a patroa não se volte contra ela, o que afetaria também sua família.

É importante lembrar que Minny, desde sua constituição, sempre trabalhou com o serviço doméstico, pois desde muito cedo ela foi obrigada a abandonar a escola para começar a trabalhar para uma patroa branca. Conforme sua mãe passava as regras de trabalho que uma pessoa branca gostaria que ela fizesse, Minny foi se adequando ao que esperavam dela. Quando ela se deu conta de seu 'destino', ela se questiona:

Depois da escola, eu fazia a maior parte da comida e da limpeza. Mas, se eu ia trabalhar na casa de alguém, quem é que ia cuidar da nossa casa? [...] Eu via como a minha mãe agia quando a dona Woodra trazia ela pra casa, toda Sim, senhora, Não, senhora, Muito obrigada, senhora. *Por que eu preciso ser assim? Eu sei enfrentar as pessoas.* (STOCKETT, 2015, p.55 e 56)

Ambas as perguntas levam a personagem a um momento de questionamento acerca de seu papel dentro de qualquer sociedade. Minny não poderia seguir um caminho diferente, pois, para ajudar em casa, ela precisaria de trabalho, e Davis (2016)

diz que o trabalho feminino após a II Guerra Mundial se torna uma das principais fontes de renda dos Estados Unidos.

Davis (2016, p. 97) afirma que, com o passar dos anos, durante a vigência das Leis Jim Crow, é indiscutível que a presença da mulher negra foi se firmando cada vez mais na sociedade estadunidense. Entretanto essa mesma sociedade constrói barreiras para que os serviços relegados às mulheres negras sejam sempre aqueles que as colocam cuidando da casa e de uma família branca, uma vez que a sociedade feminina e branca da época abandonava os trabalhos referentes a casa. Assim,

[...] a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de 'instituição doméstica', e as escravas eram designadas pelo inócuo termo 'serviçais domésticas'. (...) Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza (DAVIS, 2016, p.98).

Tal fato é comumente trazido na obra em questão, visto que as personagens brancas encontram-se em uma sociedade que é um construto do período escravista dos Estados Unidos. Como elas não conseguem se libertar da tradição de manter serviçais domésticas por perto para executar os serviços diversos, elas utilizam um poder sócio discursivo para manter sua superioridade. Desse modo, a resistência como fator de emancipação ou de preservação da identidade se faz necessária, já que, ao manter o poder dominante, as personagens brancas estabelecem seu ponto de vista único sobre a realidade do local, mas, ao mesmo tempo, isso é o que gera mais represália por parte dos dominados que não são ouvidos ou vistos socialmente.

Ao agir diretamente contra o poderio imposto por sua patroa branca, Minny inicialmente rompe com as barreiras sociais impostas, porém também percebe que agir dessa forma coloca em risco sua família e sua própria vida, já que, conforme destacado anteriormente, Leroy é alcoólatra e agressivo.

Nesse ínterim, é necessário notar que as protagonistas negras não são somente sofredoras, mas conseguem ultrapassar os limites raciais, impostos pela sociedade. Ao não as colocar como sofredoras, percebemos que a situação delas, enquanto subalternas tanto da sociedade colonial branca, quanto da sociedade patriarcal negra, se altera no decorrer da leitura. Contudo, como resultado de sua situação cultural, marcada pela violência e pela discriminação, percebe-se que:

Mulheres cujos maridos, irmãos e filhos foram assassinados ou aprisionados como resultado de suas atividades de resistência, encontram suas responsabilidades políticas reorganizadas, tanto pela necessidade de assumir o lugar deles pela ausência dos homens, ou por tomar partido no lugar deles (HARLOW, 1987, pg. 133).⁵¹

Dessa maneira, é característico de sociedades colonizadas, sejam elas física ou subjetivamente, que por meio do pensamento ocidental é criada a perspectiva de que os sujeitos femininos são carregados de deveres, subordinações e destituídos de qualquer poder, seja dentro ou fora do lar. No contexto do livro, em 1960, a sociedade negra enfrentava um momento de lutas, que, sequencialmente às guerras ocorridas nos anos anteriores, deixou as mulheres com o papel de manter a economia no lar e nas cidades. Principalmente as mulheres negras ficaram encarregadas disso, o que pode ter motivado que elas resistissem ao jugo segregacional.

A partir disso, verificamos que a primeira forma de algumas personagens como Minny obterem voz é por meio do enfrentamento oral, enquanto que outras como Aibileen escrevem. Ao tratamos da oralidade de Minny, é percebido que inicialmente sua resistência acontecia de maneira direta, pois ela se defendia questionando as suas patroas. Entretanto a resistência em que Minny consegue maior destaque acontece quando a personagem descobre que sua voz não precisa ser direta para aquelas que as diminuem e conta sua história de vida para Skeeter. Por meio da escrita de suas histórias individuais, que posteriormente serão lidas pelas próprias patroas, as empregadas domésticas se impõem naquela comunidade, superando o medo e os próprios preconceitos e ideologias (resistência indireta ou discursiva). Com isso, percebemos uma mudança em seus papéis, já que as personagens negras passam a representar não mais as pessoas caladas, silenciosas e sem autorização para falar, mas obtêm certa proteção com o anonimato:

—Você acha que a dona Hilly vai contar pra dona Leefolt que eu escrevi sobre ela?

— Ela não pode contar — grita Minny. — Senão ela vai admitir que a cidade é Jackson.

Então me dou conta: como foi bom o plano de Minny. (STOCKETT, 2015, p. 542)

Podemos estabelecer que existe, além de uma diferença racial entre as raças (brancas e negras), há principalmente uma diferença de classes. Esta é explicada por Ashcroft (2007):

⁵¹ Women whose husbands, brothers, sons have been killed or imprisoned as a result of their resistance activities find their political responsibilities reorganized, either by the necessity of their assuming the place of the absent men or by their taking up arms beside them (HARLOW, 1987, pg. 133).

Como ‘gênero’ e ‘raça’, o conceito de classe se intersecta de um modo importante com as implicações culturais da dominação colonial. Fica claro que o controle econômico teve significance, se não a primária importância no imperialismo, e que o controle econômico envolve a reconstrução da economia e dos recursos das sociedades colonizadas. Consequentemente, classe foi um fator importante no colonialismo, primeiramente na construção de atitudes dos colonizadores por meio de diferentes grupos e categorias de colonizados (‘nativos’), e aumentando entre as pessoas colonizadas como se elas começassem a empregar o discurso cultural colonial para descrever a mudança da natureza de suas próprias sociedades (ASHCROFT, 2007, p. 33, grifo do autor).⁵²

Nota-se, então, um contraste de poderes, na qual as mulheres negras exercem um papel de subordinação perante as mulheres brancas. Bertens (2001, p. 211) nos afirma que “desde que as mulheres colonizadas, quase por definição, não eram ouvidas dentro de sua própria cultura patriarcal, elas eram duplamente não ouvidas a partir de um regime colonial[...]”⁵³, o que facilita a ideologia das mulheres presentes no romance, tanto as brancas como as negras, levando em conta até como funcionam o pensamento quase escravagista das personagens e seu sentimento de superioridade, enquanto pessoa branca.

Dessa maneira, ao refletir sobre os lugares sociais que os sujeitos pertencentes a determinada raça ocupariam, Minny passa a se questionar sobre as atitudes de sua patroa, de forma que, mesmo a considerando diferente em sua maneira de pensar e agir, consegue se sentir respeitada por ela, como em:

É que acho que, se Deus quisesse que os brancos e os negros ficassem juntos tantas horas do dia, ele nos teria feito cegos pras cores. Quando a dona Célia sorri e diz "bom dia" e "que bom ver você", eu me pergunto: como é que ela chegou nessa altura da vida sem saber os limites? Quero dizer, uma doida ligando sem parar pras mulheres da sociedade já é ruim o suficiente. Mas ela se sentou e almoçou comigo todos os dias desde que comecei a trabalhar aqui. Não quero dizer no mesmo cômodo, quero dizer na mesma mesa. Aquela pequena, embaixo da janela. Todas as branquetas pra quem eu trabalhei comiam na sala de jantar, o mais longe possível das pessoas de cor. Por mim, tudo bem.

"Mas por quê? Eu não quero comer ali dentro sozinha, se posso comer aqui com você", disse a dona Célia. Eu nem tentei explicar pra ela. Tem muitas coisas sobre as quais a dona Célia é completamente *ignorante*. (STOCKETT, 2015, p. 282-283, grifos da autora)

⁵² Like ‘gender’ and race, the concept of class intersects in important ways with the cultural implications of colonial domination. It is clear that economic control was of significant, if not primary importance in imperialism, and that economic control involved a reconstruction of the economic and social resources of colonized societies. Consequently, class was an important factor in colonialism, firstly in constructing the attitudes of the colonizers towards different groups and categories of the colonized (‘natives’), and increasingly amongst the colonized peoples themselves as they began to employ colonial cultural discourse to describe the changing nature of their own societies. ASHCROFT, 2007, p. 33)

⁵³ Since colonized women almost by definition went unheard within their own patriarchal culture, they were doubly unheard under a colonial regime. (BERTENS, 2001, p. 211)

É visível que Minny estranha Celia, pois, para a empregada, há um acordo implícito de lugares raciais que ambas devem desempenhar. Porém o que ela não leva em conta é que Celia provém de um ambiente semirrural, na qual ela trabalhava e cuidava da casa de sua família branca. Para a patroa branca é comum que ela se relacione com Minny da maneira descrita, mas, para Minny, ao estabelecer contato com a patroa, independente de qual local ela tenha vindo, a empregada não a respeita. Com o passar da narrativa, podemos observar que o pensamento da empregada é modificado, porém, nesse momento da narrativa, Minny não consegue lidar com o reconhecimento oferecido por sua patroa.

Assim, é observável que Minny se configure como um sujeito resistente pois, quando ela fala aos brancos, ela combate o poder colonial e o racismo impostos pela sociedade e diretamente é afetada por ele. Tal enfrentamento oral ocasiona suas demissões e provoca seu sofrimento em casa, visto que, ao perder o trabalho, dificilmente ela conseguirá outro e dependerá de seu marido alcoólatra para sobreviver.

Outra maneira de Minny trabalhar com a questão da resistência é com a afronta indireta, discutido por Ashcroft (2007) como resistência subjetiva. Segundo o autor, a ideia de resistência subjetiva é defendida quando há um enfrentamento entre o poder colonial, porém não de maneira direta, mas com atitudes simples do dia a dia, como acontece com a entrega da *poop pie* de Minny, ou com a negação à proposta de trabalho para os Holbrook. Minny possui o conhecimento sobre aquela sociedade e indiretamente realiza ações para resistir a ela, como visto em:

Então fui pra casa. Misturei os ingredientes daquela torta de creme de chocolate. Coloquei açúcar e chocolate em pó Baker e baunilha de verdade que a minha prima me trouxe do México. Levei aquilo até a casa da dona Walters, onde eu sabia que a dona Hilly ia estar sentada, esperando a casa de velhas ir pegar a mãe dela, pra ela poder vender a casa. Pegar a prataria da mãe. Pegar o butim. Assim que coloquei aquela torta na bancada da cozinha, a dona Hilly sorriu, achando que era um presente de quem tá querendo fazer as pazes, como se fosse o meu jeito de pedir desculpas pelo que eu tinha dito. E então fiquei só olhando ela. Fiquei olhando ela comer aquilo. Duas fatias bem grandes. Ela enfiou aquilo na boca como se nunca tivesse comido uma coisa tão boa na vida. Então disse: "Eu sabia que você ia mudar de ideia, Minny. Eu sabia que eu ia conseguir as coisas do meu jeito, no final." E ela ria, meio exagerada, como se aquilo fosse realmente muito engraçado. [...] A dona Hilly disse: "A mamãe pode comer um pouco, se quiser. Mas só um pedacinho. O que você coloca nessa torta, Minny, que deixa ela tão deliciosa?". Eu disse: "Aquela baunilha boa do México", e continuei. Conte o que mais eu pus na torta dela. (STOCKETT, 2015, p. 437-438)

Ao entregar a torta especial, *poop pie*, Minny se coloca arrependida de seus atos perante a sua ex-patroa, no caso Hilly. Ao ter ciência de que a sobremesa não deveria ser

servida para a mãe de Hilly, ela confessa que o que faz o bolo especial são as suas fezes. Verdade ou não, é interessante que destaquemos como a imagem da *poop pie* afeta toda uma sociedade, pois ela é mantida em segredo até a publicação do livro de entrevistas, e então torna-se parte de uma narrativa fictícia, que, se justificada como real, acarretaria problemas sociais para a mulher branca que a comera (resistência subjetiva).

Quando a personagem Hilly começa a ameaçar as protagonistas da narrativa, ela se dá conta de que aceitar a verdade a colocaria como submissa ou inferior às mulheres negras:

— Cuidado, Hilly — digo entredentes. — É melhor você não se entregar agora. — Pareço muito confiante, mas por dentro estou tremendo, me perguntando que planos são esses. Seus olhos se abrem num estalo.
— Não fui eu QUEM COMEU AQUELA TORTA! Ela se vira e sai marchando. Abre a porta do carro bruscamente. (STOCKETT, 2015, p. 541)

Ao mesmo tempo em que Hilly nos conduz a uma concepção de higienização da raça negra, separando-a a partir dos banheiros negros pois as “diferentes doenças” seriam transmissíveis, ela, ao provar a torta especial, também digere o produto feito por Minny, recebendo toda a sujeira ideológica que admite ser contra. Nesse sentido, Minny resiste a Hilly quando demonstra que seu comportamento racista não é compatível com sua ação, pois a metáfora da digestão é ao mesmo tempo bem-aceita, quando a branca nos diz que o bolo é muito gostoso, quanto é repudiada, pois ela engole o produto final da digestão da negra, e não é capaz de destruí-la.

Tal abordagem é trazida por Lloyd (2016) quando o autor utiliza a problemática do corpo enquanto fator de empoderamento feminino e diferenciação racial, por meio das figuras do banheiro segregacional e das fezes. Como Hilly é uma personagem que acredita que a população negra carrega, consigo, doenças diferentes das que os brancos possam ter, o autor (LLOYD, 2016) afirma:

Se a urina (e as fezes) contém doenças “negras”, e as pessoas brancas são vulneráveis a elas (porque elas não são “imunes”) então a higiene pessoal emblematiza e substancializa o medo racial e o preconceito estabelecidos pelo Jim Crow. Em resumo, Hilly deseja literalmente “por para fora” a sujeira negra que a deixa doente e vulnerável. (LLOYD, 2016, p. 264)⁵⁴

A partir desse pretexto, percebe-se que a ideologia higienista proporciona poderes sobre os sujeitos, o que causa nas protagonistas a resistência aos pensamentos

⁵⁴ If urine (and feces) contains “black” diseases, and white people are vulnerable to them (because they are not “immune”) then toiletry emblematizes and substantiates the racial fears and prejudices of Jim Crow. In short, Hilly wants to literally “put outside” black waste so that does not make her sick and vulnerable. (LLOYD, 2016, p. 264)

racistas. O corpo e o produto que ele produz são colocados como metáforas para que a diferenciação racial e social ocorra, para que a sociedade branca se estabeleça como a população dominante. Hilly, ao “colocar para fora a sujeira negra”, deseja desesperadamente manter o seu poder e esconder a sujeira ideológica que ela carrega. Entretanto, ao ingerir a suposta sujeira que a negra lhe entrega, no caso o possível “bolo de fezes”, ela percebe que seu poder será questionado, pois seu prestígio social será diminuído se essa notícia escapar.

Minny resiste à sua antagonista, pois, ao provar que não seguirá as ordens e não aceitará o comportamento dominante de Hilly, ela demonstra sua força e sua voz e, ao final da narrativa, supera também o marido alcoólatra, pois acaba perdendo o medo e adquirindo liberdade financeira, já que continua trabalhando com Celia Foote. Ao perder o medo, ela ganha a sua voz.

4.2.2 Skeeter: justiça ou felicidade

Assim como Minny, Skeeter também realiza ações de resistência à sociedade branca da época. Em seu caso, são destacadas a busca por um trabalho condizente com sua profissão e sua necessidade de escrever uma obra literária questionadora quanto aos direitos civis das pessoas negras. É importante, para Skeeter, definir se sua vida seguirá os padrões estabelecidos pela sociedade em buscar a felicidade, ou seja, a realização do papel estabelecido pela sociedade branca da época, ou se ela buscará justiça quanto à realidade em que está vivendo. Ou, ainda, se trilhará um caminho divergente do daquela sociedade.

Skeeter, como já discutido anteriormente, não segue os padrões que sua mãe, Charlotte, apresenta, já que a protagonista branca não consegue se encaixar nos padrões desenhados pela sociedade dominante do Mississippi na narrativa. Como ela é uma das poucas personagens que apresentam estudo superior, ela busca sempre alcançar os seus sonhos e, quando é questionada por seu namorado, Stuart, ela responde:

— O que... você quer, Skeeter? — perguntou ele, e eu estava meio tensa nesse momento, esperando que ele não estivesse planejando se embriagar de novo.

— Vou tomar uma Coca-Cola. Com bastante gelo.

— Não. — Ele sorriu. — Quero dizer... na vida. O que você quer?

Respirei fundo, sabendo o que mamãe me aconselharia a dizer: filhos fortes e saudáveis, um marido de quem cuidar, eletrodomésticos novos e reluzentes, com os quais eu possa cozinhar refeições deliciosas e saudáveis.

— Quero ser escritora — disse. — Jornalista. Talvez romancista. Talvez os

dois. (STOCKETT, 2015, p. 225)

Como Skeeter não é influenciada pela sociedade em que vive, ela constantemente coloca os seus objetivos em primeiro plano, desejando trabalhar e realizar seus sonhos. Contudo não era isso o esperado por uma moça naquela época. É pertinente que destaquemos que a sociedade feminina procurava, segundo a ideologia presente no livro, apenas uma vida familiar confortável, justificada por uma casa grande, festas com as amigas brancas ou com a família e a constante demonstração de itens relacionados ao poder, como pratarias e televisores.

Para Meibom (2014, p. 15), a sociedade da época, do sul dos Estados Unidos não admitia que as mulheres, tanto brancas quanto as negras, pudessem obter algum estudo mais aprofundado, como o ingresso em universidades. A autora nos explica que:

Na América de 1960, a sociedade tinha uma clara ideia sobre como as mulheres se encaixavam dentro de suas rotinas e desafios da vida diária sobre o que era esperado delas, conseguir um marido era seu maior objetivo e assim criar uma família. Entretanto, o principal trabalho e ocupação das mulheres era cuidar de seu esposo, filhos e casa, uma carreira fora era fortemente desaconselhável. (MEIBOM, 2014, p. 15)⁵⁵

Tal consciência é demarcada pelo que a sociedade branca entendia como o papel da mulher em seu meio. Para ser aceita, uma mulher deveria seguir os mesmos modelos que foram impostos para suas mães e avós e, sem questioná-los, reproduzi-los fielmente. No caso de Skeeter, a moça branca não pretende aceitar as imposições sociais, pois ela nunca foi reconhecida como igual entre seus pares. Além disso, ela possui devoção a Constantine, a ex-empregada, e, como foi educada por ela a seguir seus sonhos e desejos, não se preocupa em pertencer à sociedade branca.

Considerada uma menina feia e fora dos padrões propostos pela sociedade, Skeeter logo cedo se dedica a conseguir sua independência e sair dos limites da cidade de Jackson. Quando interrogada por sua mãe sobre sua falta de iniciativa, há o diálogo:

— Se você, pelo menos, demonstrasse um pouco de iniciativa, Eugenia [...] Nunca vou poder dizer à mamãe que quero ser escritora. Ela vai transformar isso em mais uma coisa que me diferencia das moças casadas. (STOCKETT, 2015, p. 76)

Por meio de suas observações, a moça contesta a necessidade de se adequar aos propósitos de sua mãe e constantemente entra em embate com Charlotte, pois entende

⁵⁵ In 1960s America, society had a very clear idea about how women fitted into the routines and challenges of everyday life and what was expected of them, their main role being to get married and raise a family. Indeed, a woman's main job and occupation was to take care of her husband, children, and home, as careers were strongly inadvisable. (MEIBOM, 2014, p. 15)

que não pertence à realidade proposta pela mãe. Para Skeeter, caso ela não encontre um homem para se casar mas se torne uma trabalhadora, o valor de reconhecimento que terá de si mesma é o importante. Assim, suas conquistas pessoais são mais interessantes que uma vida casada, com o que infelizmente sua mãe não concorda.

Meibom (2014, p.15) discorre que o estereótipo da esposa branca perfeita foi reproduzido através das gerações por meio da mídia da época e esta era ligada às tendências que alguns países produziam, como a Inglaterra e França. Aliado a esse fator, muitas das jovens donas de casa brancas “[...] não liam romances, pois era suposto que elas não se interessariam em outras ‘ideias’ (MEIBOM, 2014, p.15)”⁵⁶, e ficavam restritas aos artigos das revistas que detalhavam a vida das mulheres enquanto donas de casa, colocando-as numa identificação puramente feminina.

Para a pesquisadora Meibom (2014), na década de 1960 o casamento era algo comum para as moças com idade próxima aos 20 anos, algumas até em idade adolescente, o que provocou diminuição do nível de aprendizagem das mulheres, e seu poder estaria vinculado ao meio familiar, pois elas eram encorajadas a aprender desde cedo como organizar e comandar uma casa.

O vínculo com o meio familiar é bastante constituinte das personagens femininas brancas na obra, com exceção de Skeeter. Todas as outras mulheres brancas, pertencentes à Liga de Jackson, como são casadas, possuem uma empregada doméstica em casa. Para as moças brancas, é natural que elas fiquem constantemente observando as ações das empregadas para manter seu local de superioridade. Elas também não concluíram os estudos superiores, já que era preciso que elas casassem e constituíssem família. Além de ser um fato recorrente nas moças da sociedade branca dominante, tais características as colocam num círculo vicioso da qual não conseguem sair. Tal círculo pode ser compreendido como a constante procura por reconhecimento por seus pares, afinal, aquelas que não agirem conforme a maioria são excluídas e condenadas, como acontece entre as mulheres brancas de Jackson e Celia Foote.

É visível que, dentro da sociedade branca, exista também uma diferenciação de classes, praticada pelas mulheres mais ricas que possuem empregadas, contra as mulheres brancas pobres que realizam as tarefas cotidianas, sozinhas. Assim, a coluna jornalística que Skeeter escreve é indicada para elas, conforme descrito abaixo:

— Bem... ähn, alguma de vocês já leu a sra. Myrna? — pergunto.

⁵⁶ [...] did not read novels, as they were supposed to be interested in any “ideas”. (MEIBOM, 2014, p. 15)

— Ora, não — diz Hilly. — Mas as brancas pobretonas de South Jackson leem como se fosse a Bíblia do rei James.

Elizabeth concorda.

— Todas aquelas pobres moças que não têm criadas, aposto que elas leem. (STOCKETT, 2015, p. 105)

Esse distanciamento que ocorre entre as personagens do centro da cidade com as personagens da periferia causa estranhamento em Skeeter, que percebe seu afastamento ideológico logo no início da narrativa e busca agir de acordo com sua consciência e senso de justiça. Com isso, a moça frequenta lugares proibidos para os sujeitos brancos, os bairros negros, e começa a perceber mais claramente a diferença.

Após tomar consciência de seu objetivo na vida, a moça também se dá conta de que indiretamente também contribui para o aumento da segregação em sua comunidade, pois, já que ao não contestar a condição imposta aos negros de diminuição social, ela apoia a segregação. Ao refletir sobre isso, Skeeter dedica-se a contar as histórias das domésticas negras, o que acaba se transformando no livro metaficcional. A esse fato, é compreensivo que a moça branca faz o possível para se colocar no outro lado, o que também a leva a sofrer penalidades, como a expulsão da liga e da sociedade feminina branca de Jackson.

Sua expulsão deriva-se de pequenos atos significativos que se opõem ao que é propagado pela sociedade dominante, o que pode ser relacionado à resistência subjetiva e à resistência direta discursiva. Skeeter não concorda com a construção de banheiros segregacionais e combate essa ideia, o que a coloca em conflito direto com Hilly. Armandando-se de justificativas sociais, a moça adia a publicação do boletim exigido, já que é a redatora do Boletim da Liga. Por várias vezes a iniciativa de Holbrook não é publicada, pois Skeeter alega que a mãe precisa de cuidados ou que ela esqueceu (resistência subjetiva).

Entretanto, quando se vê obrigada a publicar a notícia, ela substitui o texto entregue pela presidente:

Hilly Holbrook apresenta o Projeto de Higiene para Empregadas Domésticas. Uma medida que visa prevenir a disseminação de doenças. Instalação a baixo custo na sua garagem ou depósito, para lares que ainda não têm tão importante infraestrutura.

Senhoras saibam que:

- 99% das doenças de cor são transmitidas pela urina
 - Brancos podem ficar com sequelas permanentes em função de quase todas essas doenças porque não temos as imunidades que os negros possuem na sua pigmentação escura
 - Alguns germes dos brancos também podem ser nocivos aos negros
- Protejam-se. Protejam suas crianças. Protejam suas empregadas. Em nome dos Holbrook: De nada!* (STOCKETT, 2015, p. 208, grifos da autora)

É perceptível que o aviso incomoda Skeeter, de forma que a redação final consiste na entrega de vasos sanitários no jardim da casa dos Holbrook. Tal fator, além de constituinte da identidade rebelde de Skeeter, também é uma demarcação da resistência discursiva na obra, pois implica no momento exato do posicionamento antissegregacional da escritora com o restante da população branca de Jackson, utilizando o meio em que ela tem voz.

Novamente a antagonista Hilly é ligada à questão dos excrementos, pois, ao apresentar sua proposta de separação racial em um nível sanitário, ela se separa de sua amiga escritora que não compartilha da proposta. Nesse momento, é perceptível que a metáfora do banheiro retorna contra Hilly de maneira que sua sujeira passa a ser visível pelos outros, em forma de vasos sanitários.

4.2.3 Aibileen: ensinar e resistir

Para a personagem Aibileen, é importante destacar que sua resistência se faz de modo a transmitir os conhecimentos para as outras pessoas. A personagem não somente deseja resistir ao que é imposto pela sociedade branca feminina, mas também ter ciência de que fatores como a segregação e o preconceito racial não se propaguem nas próximas gerações. Dessa forma, é necessário que coloquemos o modo com a qual ela educa as crianças, principalmente Mae Mobley, com relação ao tratamento entre raças, assim como ela continua a estudar, o que se torna fatores constituintes de sua identidade, já que, ao procurar livros que são inacessíveis, ela desafia a autoridade.

Aibileen é configurada como uma personagem que traz em si a capacidade de educar aos outros. Isso é demonstrado quando ela conta para Skeeter sobre a primeira criança que ela criou:

— O primeiro nenê branco que cuidei se chamava Alton Carrington Speers. Era 1924 e eu tinha acabado de fazer quinze anos. Alton era um nenê comprido, magrinho, com cabelo fino que nem cabelo de milho... [...]
 — Quando a mãe morreu, seis meses depois — lê ela — de doença nos pulmões, eles quiseram continuar comigo, pra criar o Alton, até que eles se mudaram pra Memphis. Eu amava aquele nenê e ele me amava, e foi aí que descobri que eu sabia como fazer as crianças terem orgulho delas mesmas (STOCKETT, 2015, p. 197)

Aibileen realiza seu trabalho ao cuidar da casa de suas patroas, da mesma forma que se dedica a educar e criar as crianças brancas que ficam em casa enquanto suas

mães estão em reuniões ou em salões de beleza. Durante sua vida ela cuidou de 17 crianças que, em algum momento da vida, perceberam nela a presença de uma figura materna e de alguma maneira transferiram a figura da mãe para ela. É perceptível que ela se importa com as crianças de que cuida, assim como em esperar que elas tenham um futuro válido.

A protagonista negra em questão apresenta também o estereótipo da *Mammy*, de acordo com o qual, segundo Strother-Adams (2014), ela deveria adorar as crianças e a família branca mais que a si mesma. Entretanto podemos observar que Aibileen realiza essa tarefa para que ela possa assegurar uma geração menos racista. Ao destacar Mae Mobley, Aibileen percebe que, para que a menina não siga o mesmo exemplo que sua mãe, a empregada deve agir. Como num ritual diário, ela passa para a menina o seguinte:

Ela só me olha. Tem dois anos. Ainda não sabe o que é.

Digo:

—Você é uma menininha boazinha. — E ela concorda, repetindo o que eu falei. Mas antes de eu poder continuar, ela se levanta e corre atrás daquele pobre cachorro pelo quintal e ri, e é então que me pergunto: o que acontece se eu falar pra ela que ela é boazinha todos os dias? (STOCKETT, 2015, P. 123-124)

Tais palavras passam a fazer parte do cotidiano entre as duas, o que justifica Aibileen se sentir importante, como também auxilia a criança a entender a sociedade em que ela está inserida. Como uma das preocupações de Elizabeth é aparentar ser bela constantemente, ao se deparar com a dificuldade em reconhecer a beleza em sua filha, ela possui dificuldade em demonstrar a sua filha outras qualidades. Com isso ela frequentemente deixa a filha de lado e concentra a atenção no filho, já que ele “salvaria” a família. Mae Mobley não compreende por que sua mãe se desagrada ao estar perto dela e passa a acreditar no que Aibileen diz, pois a empregada consegue reconhecer o futuro da menina, que provavelmente será como Skeeter, longe daquele contexto.

Na sociedade estadunidense sulista, o papel que a *Mammy* desempenhava é de grande importância, pois, mesmo com a obsessão das pessoas por essa figura icônica, de acordo com Strother-Adams (2014), o imaginário popular continua a acreditar que seu papel de educadora foi constituinte da nação dos Estados Unidos. Ancorados na cultura dominante, os sujeitos se esquecem de como é a vida das *Mammies* que deixam suas casas para cuidar de outras pessoas.

Porém o que se esperava de *Mammy* é que reproduzisse a ideologia branca como educadora. Aibileen, ao trabalhar com a conscientização, quebra seu papel de *Mammy*.

Sua segunda ruptura acontece quando ela se torna escritora e deixa de cuidar da casa e das crianças brancas.

A partir disso, Aibileen resiste ao jugo colonial e imperial quando, indiretamente, se utiliza do sistema ideológico da cultura branca para educar as crianças de maneira antirracista, colocando-as em um estado de normalidade quanto à sociedade negra e à sociedade branca. Por meio de narrativas simples, realizadas para a filha da família Leefolt, a empregada consegue explicar seu ponto de vista sobre a relação racial que abrange a sociedade em que está. A seguir, percebemos como ela conta para Mae Mobley sobre quem foi Martin Luther King, que historicamente foi um dos responsáveis pelo movimento dos direitos civis nos Estados Unidos:

— Um dia, um marciano sábio veio à Terra pra ensinar umas coisinhas pra nós, humanos — digo.

— Marciano? De que tamanho?

— Oh, ele tem quase um metro e noventa.

— Como é o nome dele?

— Marciano Luther King. [...]

— Ele era um marciano muito bacana, o seu King. Parecia exatamente como nós, nariz, boca, cabelo na cabeça, mas às vezes as pessoas olhavam de um jeito engraçado pra ele, e às vezes, bem, acho que às vezes as pessoas simplesmente eram malvadas.

Eu podia me meter numa encrenca braba contando essas historinhas, especialmente com o seu Leefolt. Mas Mae Mobley sabe que essas são as nossas “histórias secretas”.

— Por quê, Aibee? Por que elas eram más com ele? — pergunta ela.

— Porque ele era verde. (STOCKETT, 2015, p. 384-385)

Por meio de histórias, a empregada atrai a atenção da pequena Mae Mobley que conseqüentemente reproduz as histórias sobre a sociedade para outras crianças. Ao recontar as “histórias secretas” para seu irmão, Ross, Mae Mobley acaba por compreender de maneira mais simples como é o funcionamento da sociedade em que está, além de proteger a empregada de ataques direcionados. Mesmo a menina não compreendendo a questão da segregação racial diretamente, visto que ela tem, na narrativa, entre três e quatro anos, e assuntos desse tipo não eram discutidos, Mae entende que há uma diferenciação entre Aibileen e ela. Entretanto a diferenciação racial causa em Mae Mobley um efeito diferenciado, pois, para ela, “[...] Aibee, você é a minha mamãe de verdade” (STOCKETT, 2015, p. 370).

A menina transforma as “histórias secretas” em jogos, para que possa repassar o sentido narrado ao irmão. Mesmo que não haja a intenção, quando a brincadeira é descoberta por seu pai, a menina mente para proteger a empregada em questão.

—Vamos jogar um jogo — ouço Mae Mobley gritar pro irmão.— Agora você

fica sentado no canto porque você tá no Woolworf e você é de cor. E você precisa ficar lá de qualquer jeito, senão vai para a cadeia. (...)
 —Você não pode se mexer. Seja corajoso. E nada de reclamar.
 Então ela mostra a língua pra ele e começa a cutucar ele com os sapatos da boneca, e o Homenzinho olha pra ela como quem diz *Por que estou metido nessa maluquice?* e desce da cadeira com um gemido.
 —Você perdeu! — diz ela.—Agora vem cá, vamos brincar de no-fundo-do-ônibus. Seu nome é Rosa Parks. (STOCKETT, 2015, p. 550, grifos da autora)

Nesse momento, é visível que a brincadeira de Mae Mobley corresponde a uma pessoa real. A costureira Rosa Parks é considerada um ícone nos movimentos dos direitos civis negros dos Estados Unidos. Durante o período das Leis Jim Crow, os ônibus populares eram divididos, de forma que os últimos bancos ficavam reservados aos sujeitos negros. Contudo, se uma pessoa branca não conseguisse se sentar em um dos vários assentos, a lei permitia que essa pessoa exigisse o assento de qualquer um dos negros. Em 1955, na cidade de Montgomery, Rosa Parks ocupou um dos assentos reservados aos negros que logo foi exigido por um homem branco. Ao negar-se a se levantar, a polícia foi acionada e Parks foi presa. Tal incidente ocasionou no boicote de ônibus, realizado pela comunidade negra, o que constituiu um dos iniciadores do movimento dos direitos civis negros.

Importante citar que Mae entende os riscos que correria, caso contasse a seu pai sobre a origem de sua história / brincadeira, e diz que quem é a responsável pela educação racial é sua professora escolar. A professora branca, entretanto, realiza justamente o inverso, colocando para Mae Mobley fatos discriminatórios sobre as raças, exatamente como Hilly e Elizabeth, sua mãe, aprenderam:

— Por que você é de cor, Aibileen?
 Bem, ouvi essa pergunta algumas vezes das minhas outras crianças brancas. Normalmente eu só ria, mas quero acertar isso direitinho com ela.
 — Porque Deus me fez de cor — digo. — E não tem no mundo outra razão além dessa.
 — A Srta. Taylor diz que as crianças que são de cor não podem ir na minha escola porque não são espertas como nós. (STOCKETT, 2015, p. 503)

A partir disso, é perceptível que o sistema escolar naquela época servia tanto para reproduzir as crenças e ideologias características da sociedade dominante por gerações como para assegurar a constante separação entre as raças. Apoiadas por leis, as escolas determinavam quem poderia estudar e, além disso, empregavam para as crianças mais novas as concepções darwinistas, já discutidas no capítulo sobre raça.

Contrária a essa visão, Mae Mobley é ensinada por Aibileen para aprender sobre a sociedade racista e não seguir essa sociedade e para compreender sua importância para si. Ao final do livro é verificado que Aibileen consegue realizar sua meta de educar a

menina dessas duas formas, visto que, quando ela é demitida, ambas conversam:

— Nenezinha — digo. — Preciso que você se lembre de tudo que eu falei. Você lembra do que eu disse?
Ela continua chorando num ritmo inalterado, mas os soluços se foram.
— Pra limpar bem o bumbum depois de fazer cocô?
— Não, nenê, a outra coisa. Sobre quem você é.
Olho bem dentro dos seus vivos olhos marrons e ela olha nos meus. Senhor, ela tem olhos de alma velha, como se já tivesse vivido mil anos. E juro que vejo, lá no fundo, a mulher que ela vai ser quando crescer. Um clarão do futuro. Ela é alta e elegante. Tem orgulho de si. Tá com um corte de cabelo mais bonito. E ela *lembra* das palavras que eu coloquei na sua cabeça. Lembra, como uma mulher adulta.
E então ela diz, exatamente como eu preciso ver ela fazer:
—Você é boa — diz ela —, você é esperta. Você é importante.
—Oh, Senhor. — Eu abraço o corpinho quente contra o meu. Li como se ela tivesse acabado de me dar um presente. — Obrigada, Nenezinha. (STOCKETT, 2015, p. 565)

Tal conversa pode ser compreendida como um último aviso para a menina de que, mesmo que ela não tenha a empregada por perto, ela precisa ser forte e determinada com o que ela deseja e não seguir os padrões que a sociedade impõe. Dessa forma, Mae Mobley e Skeeter podem ser relacionadas pois ambas tiveram babás que cuidaram delas por períodos diferentes, e que ensinaram a ambas a reconhecer o seu valor. Essa forma de aprendizado, visando à autoestima, auxilia na conscientização de seu papel social, que as molda como não racistas.

Ambas as empregadas cultivaram nelas as ideologias sobre a igualdade racial, de forma que a resistência realizada por Aibileen torna-se completa, pois, mesmo não trabalhando para a família Leefolt por mais tempo, ela conseguiu alcançar o objetivo de ensinar sobre as diferenças para Mae Mobley.

Além do fator principal de educação, Aibileen também se preocupa em estudar e pede para Skeeter que traga para ela algumas obras literárias da biblioteca dos brancos. Tais obras não existem na única biblioteca permitida para os negros, e Aibileen tem medo de ir pedir o empréstimo por um ataque que o local sofreu havia algum tempo.

Tal fato pode ser visto como uma afronta para a sociedade elitista da época pois não haveria necessidade de formação para os negros em geral, além de não interessar à sociedade que eles tivessem formação acadêmica. Meibom (2014, p. 16) nos diz que “Uma mulher de cor era frequentemente ‘uma cozinheira, empregada doméstica, cuidadoras, ou todas as três ocupações juntas em uma para uma família branca’, embora elas poderiam ser também professoras ou enfermeiras em escolas e hospitais de cor”⁵⁷.

⁵⁷ A colored woman was often “a cook, housekeeper, nursemaid, or all three wrapped up in one for at least one white family”, but they could also be teachers or nurses for colored schools and hospitals. (MEIBOM, 2014, p. 16)

Naquela época a sociedade negra normalmente se estabeleceria como os filhos seguirem os trabalhos dos pais, já que, como não havia acesso à educação superior e com a necessidade de ajudar na casa, a maioria das crianças não estudava mais que o ensino fundamental.

Aibileen deixa claro sobre sua educação ao contar sobre quando começou a trabalhar de empregada doméstica:

Anoto as minhas rezas desde que tava na escola. Quando eu disse pra minha professora da sétima série que não ia voltar pra escola porque precisava ajudar a minha mãe, dona Ross quase chorou. "Você é a mais esperta da turma, Aibileen", disse ela. "E o único jeito de você continuar esperta é ler e *escrever* todos os dias." Então, comecei a anotar as minhas orações, em vez de dizer elas em voz alta. Mas ninguém mais me chamou de esperta. (STOCKETT, 2015, p. 34)

Ao sair da escola para que pudesse ajudar nas despesas de casa, Aibileen também se coloca dentro de uma situação de marginalidade, pois não conclui os ensinamentos e começa a trabalhar muito nova. Porém, ao ser motivada por sua professora, que convivia com a evasão escolar, ela continua a escrever mais do que a ler e dessa maneira se utiliza dos estudos bíblicos e de suas orações para que não deixe a educação totalmente para trás. Escrever, para Aibileen, é uma maneira de encontrar seu local no mundo, pois, após a morte de Treelore, ela fica praticamente sem rumo, e a escrita a posiciona em um ambiente particular, no qual ela não é atingida pela submissão branca.

Quando o livro começa a ser escrito, a protagonista negra em questão decide que é o momento ideal de melhorar sua escrita e procura ler algumas obras literárias. Sem perceber que tal fator aumenta a sua criticidade e estimula sua coragem, ela pede alguns livros:

— Melhor eu marcar aqueles que eu quero ler antes. Estou na fila de espera pra *O sol é para todos* na Biblioteca Carver há quase três meses. Vamos ver...
 Observo enquanto ela vai marcando os títulos dos livros: *As almas da gente negra*, de W. E. B. Du Bois, poemas de Emily Dickinson (qualquer livro), *As aventuras de Huckleberry Finn*.
 — Li alguns desses na escola, mas não cheguei a terminar. — Aibileen continua marcando, parando para pensar qual ela quer ler a seguir.
 — Você quer um livro de... Sigmund Freud?
 — Oh, as pessoas são loucas. — Ela acena a cabeça, afirmativamente. — Adoro ler sobre como a cabeça funciona. (STOCKETT, 2015, p. 203, grifos da autora)

É perceptível que Aibileen não se restringe ao estereótipo de *Mammy*, que espera a bondade dos brancos. Ela sabe os riscos que corre ao pedir os livros para uma branca, mesmo assim ela procura obter as obras literárias. Entretanto ela também entende que,

ao conseguir o acesso ao material desejado, ela pode compreender as outras pessoas e talvez amenizar a sua situação de subalternidade. Ao se aprofundar na leitura de textos que não são permitidos a ela, Aibileen desafia a autoridade branca e contesta o seu papel dentro daquela sociedade. Esse fator também é um marco de sua resistência, pois, ao negar seu papel de cuidadora de crianças, ela resiste à sociedade branca.

4.2.4 A metaficção: *Ajuda*

Uma última maneira de resistência acontece por meio da escrita de uma obra metaficcional por parte das protagonistas. Essa obra reúne os escritos de várias empregadas domésticas e cada uma conta para Aibileen e Skeeter suas histórias, sejam elas boas ou ruins.

Originalmente o livro *Ajuda* surge quando Skeeter precisa convencer a editora de Nova York de que ela merece uma oportunidade de trabalho na editora *Harper & Row*. Para tanto, ela precisa da ajuda das empregadas domésticas da cidade em que mora para que elas contem suas histórias. Com muita dificuldade ela consegue convencer Aibileen a participar, prometendo mudar os nomes de cada uma das empregadas que concordem em contar suas histórias. Porém o que Skeeter não sabe é que o filho de Aibileen, Treelore, havia planejado escrever um projeto similar, narrando sua vida enquanto homem negro na sociedade racista do Mississippi.

Contudo Skeeter acredita que será um trabalho fácil, o de convencimento com as empregadas, e que elas aceitariam prontamente, o que não acontece. Na primeira entrevista com Aibileen, ocorre o seguinte:

Ela senta e fecha as mãos sobre o colo, olhando para mim com expectativa.
 — Pensei em primeiro trabalharmos um pouco a contextualização e, depois, passar direto para as perguntas — digo. Puxo a minha caderneta e dou uma passada de olhos nas perguntas que preparei. De repente, parecem óbvias, perguntas amadoras.
 — Tudo bem — diz ela. Aibileen está sentada bem empertigada no sofá, virada na minha direção.
 — Bem, para começar, hum, quando e onde você nasceu?
 Ela engole, faz um sinal de concordância com a cabeça.
 — Mil novecentos e nove. Fazenda Piedmont, no condado de Cherokee.
 — Quando era criança, você sabia que, quando crescesse, seria empregada doméstica?
 — Sim, senhorita, eu sabia. Sorrio e espero que ela desenvolva a ideia. Mas nada mais é dito. (STOCKETT, 2015, p. 189-190)

Essa relação entre as personagens marca a expectativa de ambas, pois Aibileen não está confortável em falar das amigas de Skeeter, pensando que sofrerá alguma

represália, enquanto que Skeeter não imagina o que pode acontecer com a empregada, caso alguém descubra sobre as entrevistas. Nesse primeiro momento, é perceptível que a dificuldade em falar é uma marca de Aibileen, uma vez que ela havia sido ensinada desde muito cedo a não responder aos brancos, assim como já foi mostrado nos capítulos anteriores.

Skeeter, entretanto, não desiste de escrever, pois esse seria um assunto que colocaria em prova a sua real intenção de escrita, segundo a editora. Ela decide esperar até que surja uma maneira diferenciada de elas se comunicarem efetivamente, até que ela recebe a mensagem de Aibileen:

Depois que Elizabeth me entregou o bilhete, liguei para Aibileen e escutei cheia de esperança, ela me contar sua ideia — de que ela escreveria com suas próprias palavras, e então me mostraria o que escreveu. Tentei mostrar entusiasmo. Mas sei que vou precisar reescrever tudo que ela registrar, gastando ainda mais tempo. Pensei que podia facilitar as coisas se ela pudesse ver seu texto datilografado, em vez de eu ler e dizer a ela que não vai funcionar desse jeito (STOCKETT, 2015, p. 196).

Skeeter descobre que Aibileen não consegue superar a dificuldade de falar sobre suas experiências, mas que ela escreve todas as noites os fatos ocorridos na sua rotina. Essa escrita, Aibileen chama de “oração”, na qual ela transcreve, em forma de conversa e pedido a Deus, o que ela acha necessário, seja a doença de alguém, ou a proteção para determinado sujeito. Anteriormente, já mostramos como é vista essa escrita que Aibileen faz, quando discutimos sobre a sua identidade, e em como ela é vista pelas demais personagens negras.

Ao copiar os escritos de Aibileen, Skeeter começa a perceber o sistema racial em que vive e, assim, faz alguns atos de resistência, já ditos anteriormente, como a publicação do pedido de privadas, feito por Hilly, por exemplo. Entretanto nenhuma das empregadas quer participar do livro até então, com medo de sofrerem alguma penalidade, como pode ser visto na conversa entre Aibileen e Minny:

— Bem, lembra que eu dei com a língua nos dentes e contei pra ela que Treelore tava escrevendo coisas sobre os negros?
 — Lembro. Ela quer processar você por isso?
 — Não, não. Ela é boazinha. Mas ela teve a petulância de perguntar se eu e algumas das minhas amigas empregadas gostaríamos de deixar registrado no papel como é servir gente branca. Diz que tá escrevendo um livro. [...]
 Olho pra baixo e vejo Aibileen segurando a bolsa com força, como se fosse a última coisa que lhe restasse nesse mundo. Aibileen, ela muda de emprego quando os nenês crescem e começam a ver cores. A gente não fala sobre isso.
 — Mesmo se ela quer mudar todos os nomes das empregadas e das patroas.
 — Ela dá uma fungada.
 — Ela é louca se acha que a gente vai fazer uma coisa perigosa dessas. Por ela (STOCKETT, 2015, p. 170-171).

Esse medo do descobrimento é trabalhado em toda a narrativa, pois é a partir dele que a confiança é conquistada entre Skeeter e a comunidade negra. Como sujeitos subalternos, os negros obviamente viam na moça branca uma armadilha, caso falassem o que ela não queria ouvir, tendo em mente que ela deveria seguir os padrões que a sociedade e suas amigas utilizavam. Assim, após um longo período de estabelecimento de acordos, Minny também resolve participar, contando suas experiências e cozinhando.

Sequencialmente, a empregada Yule May é presa e a sociedade negra toma partido da injustiça cometida. Assim, outras 12 empregadas aceitam narrar suas histórias para Skeeter e Aibileen, o que conclui a obra *Ajuda*.

O fator constituinte de resistência por parte da escrita acontece quando a obra em questão é lida pelo público que tem acesso ao livro, ou seja, a elite branca da cidade. Sua repercussão é tamanha que coloca as mulheres brancas em posição de desagrado, já que reconhecem fatos das vidas escritos e visualizados por outros olhos, e elas passam a não gostar da exposição e mudam sua maneira de agir.

Hutcheon (1991, p. 146) afirma que a metaficção tem “(...) um desejo de selecionar, construir e proporcionar auto-suficiência e fechamento a um mundo narrativo que seria representacional, mas, ainda assim, distinto da experiência mutável e do processo histórico”. Essa diferenciação é importante na narrativa pois proporciona ao leitor uma nova visão da sociedade, presente no livro, já que focaliza uma obra que representa um período histórico.

Ao pensar em um mundo representacional dentro de uma obra literária, e não exatamente em um relato histórico oficial, o texto metaficcional, produzido por sujeitos marginalizados, pode ser também um fator de resistência ao poder imperial ou colonial já que ele se debruça sobre uma pseudorealidade dentro da narrativa. Em outras palavras, quando uma personagem literária escreve uma obra, ela produz o efeito que o leitor real está passando, causando melhor aproximação de seus problemas para esse leitor real, o que passaremos a denominar de “efeito espelho”. Torna-se mais compreensível para quem recebe a narrativa (leitor real) entender como as personagens fictícias (protagonistas e antagonistas) se sentem, quando em face da obra metaficcional, pois o leitor real pode ter o mesmo efeito que os leitores fictícios.

No caso dos sujeitos marginalizados do livro *A resposta* (2015), é percebido que a obra metaficcional, cujo nome se torna *Ajuda*, causa nas personagens secundárias um efeito imediato, no qual as agressões ou bondades, feitas para as senhoras negras, ficam

em evidência. Além disso, é visto que há uma “relação em espelhos” com o título da obra em inglês, visto que, para ambos os casos, o livro real e o metaficcional possuem o mesmo título, *The Help*.

Embora esse efeito não aconteça no Brasil em virtude da tradução do título, a palavra *Help* possui mais um significado. Quando relacionado a uma profissão, seria o equivalente a *criada*; quando referente a uma ação, torna-se *ajuda*. Nesse sentido a escolha de *ajuda* e *criada* cria uma ambiguidade, de forma que tanto pode significar a história de uma empregada real, se vinculada ao termo *criada*, quanto pode se relacionar aos pedidos de auxílio que as personagens pedem, caso ligado à *ajuda*.

Esse fator de desdobramentos da obra pode ser considerado fator de resistência, pois deixa o mundo narrativo e reflete no mundo dos leitores reais. Assim, ao se criar uma relação de verossimilhança entre a obra literária e a relação histórica que ela aborda, é possível realizar uma aproximação do sentimento de resistência das personagens, provenientes daquele contexto específico.

Quando retomamos a obra criada pelas personagens, para que se evite a descoberta de suas autoras, já que uma obra dessa temática seria motivo de prisão ou de morte, a recepção causada pelas personagens negras acontece da seguinte maneira, descrita por Aibileen:

No dia seguinte, no trabalho, só o que eu consigo pensar é que as lojas tão colocando o *meu* livro nas estantes. Limpo o chão, passo roupa, troco fraldas, mas não ouço nenhuma palavra sobre o livro na casa da dona Leefolt. Até parece que nem escrevi livro nenhum. Não sei o que eu esperava — *alguma* movimentação —, mas é só uma sexta-feira comum e quente, com moscas zunindo do outro lado da porta de tela.

Nessa noite, seis empregadas que participam do livro ligam pra minha casa perguntando se alguém comentou alguma coisa. A gente se demora na linha, como coisa que a resposta vá mudar se a gente ficar bastante tempo respirando no fone. (STOCKETT, 2015, p. 506)

Quando há o lançamento da obra, cujas autoras são anônimas, a identidade destas é especulada pelas pessoas de Jackson, de forma que não há como determinar as possíveis organizadoras do material. Além disso o anonimato é garantido também pelo conteúdo das histórias contadas, já que, ao colocarem fatos ocorridos e que poderiam se vincular à imagem social de suas patroas brancas, as mulheres negras ficam seguras, pois as mulheres brancas tenderiam a ignorar o fato de que Jackson fosse a cidade criada metaficcionalmente.

Ao escrever a obra *Ajuda*, as autoras ficam protegidas da redação do material, pois aceitá-lo, por parte da elite branca, é o mesmo que aceitar os erros e condições

ruins que a maioria delas proporciona para as suas empregadas. Para que haja o mínimo de investigações sobre as histórias que passam a ser consideradas verdadeiras, as mulheres brancas são estimuladas a não discutirem o livro, o que causa diferentes sensações nas personagens:

QUANDO VOLTO a entrar na casa, ouço todas as madames à mesa, conversando. A voz da dona Hilly é alta. Encosto a orelha na porta da cozinha, morrendo de medo de sair dali.

— ... não é sobre Jackson. Esse livro é um lixo, isso é que é. Aposto que foi tudo inventado por alguma negra... (...) Mas o rosto da dona Hilly, esse tá roxo como uma ameixa.

— E a empregada do capítulo quatro? — continua a dona Jeanie. — Eu ouvi Sissy Tucker dizer que...

— O livro não é sobre Jackson! — meio que grita a dona Hilly, e eu levo um susto enquanto tou servindo. (STOCKETT, 2015, p. 545-546)

A criação de testemunhos é considerada por Ashcroft (2007) como a resistência literária, que, conforme abordada anteriormente, é capaz de atingir de maneira mais eficiente a sociedade colonial, pois, mesmo que a luta armada seja perdida, a consciência de um povo colonizado continua a atormentar os colonizadores. Dessa forma, a resistência escrita é capaz de atingir as gerações seguintes.

Assim como *A resposta*, o livro extrapola o tempo e a distância geográfica, pois ele surge em uma época na qual as discussões sobre os direitos das minorias são discutidas. A autora, inadvertidamente, criou o “efeito de espelhos” ao escrever uma obra que remeta a um ambiente real, no qual ela mesma viveu. Assim como as personagens Skeeter e Mae Mobley, a autora também tinha uma empregada e aprendeu com ela sobre as diferenças raciais.

Dessa forma, leitores reais ao redor do planeta tiveram diferentes leituras sobre a obra, ora relacionando-a de forma ruim, ora colocando-a como leitura necessária. Tal pesquisa nos mostra a necessidade de retomarmos o tema da resistência, pois, como no “efeito espelho”, tais ações de subordinações podem ser vistas nas sociedades contemporâneas estadunidense ou brasileira.

Mesmo não sendo a solução esperada pelas autoras da obra *Ajuda*, a resistência metaficcional foi capaz de trazer o mínimo de proteção para as mulheres negras. Ao trabalharmos a resistência literária, podemos compreender o contexto de sua produção. No caso do livro *A resposta* (2015), a maneira de tratar uma situação desconfortável para a sociedade negra, um terceiro mundo dentro da sociedade branca estadunidense, foi demonstrar exatamente o lado do oprimido, o que resultou em certa conscientização de alguns sujeitos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Durante a análise da obra, procuramos investigar como é construída a identidade das protagonistas, sejam elas brancas ou negras, e como a busca pela resistência aos jugos patriarcal e pós-colonial é trabalhada na narrativa. Com essa análise verificamos que as três protagonistas, ao apresentarem subordinações diversificadas e níveis diferenciados de colonialidade, buscam retratar de maneira não violenta a realidade em que vivem, resistindo, assim, aos poderes colonizadores, presentes naquela sociedade.

As personagens femininas do romance apresentam características de mulheres de “terceiro mundo”, mesmo nascidas e morando nos Estados Unidos da América, pois enfrentam os problemas de segregação, inferioridade e não-pertencimento a uma sociedade branca elitizada. Como forma de reação, a principal forma de resistência a essa sociedade acontece com a escrita de um livro sobre a população negra, o que desestrutura a sociedade branca e proporciona voz para as empregadas negras e uma nova vida para a escritora branca.

Assim, é visível que exista uma “relação de espelhos” entre o livro real e a obra criada pelas protagonistas, visto que o alcance obtido pelas duas obras foi considerável para que a discussão sobre gêneros, raça e classe fosse colocada em foco. Stockett conseguiu abordar de maneira bastante sentimental seu próprio questionamento: “como deve se sentir uma empregada negra da década de 1960 que deixa os filhos em casa e cuida da família de um branco”, que deu origem ao conto e se transformou no livro *A resposta*. Tal questionamento não possui resposta direta, porém, com a leitura e a análise da obra, é possível compreender como Aibileen e Minny se sentem enquanto empregadas de brancas, lidando com duas sociedades, longe de seus filhos.

Nesse sentido, Stockett conseguiu reproduzir para o leitor real como era aproximadamente a voz das mulheres reais que trabalhavam no serviço doméstico. Ela também mostra como a classe naquela sociedade era constituinte da identidade dos sujeitos, como é percebido na relação das *socialites* com Celia Foote. Atualmente, é visto que a situação no contexto da narrativa não teve muita alteração, com mulheres pertencentes às sociedades étnicas no trabalho de doméstica, enquanto que as mulheres brancas assumem trabalhos fora do ambiente familiar.

A resposta (2015) abrange uma variedade de temas e assuntos que podem ser considerados pertinentes ao nosso contexto geográfico. Sabemos que no Brasil a prática

de babás e domésticas ocorre desde muito tempo, porém leis para assegurar o trabalho destas profissionais são dificilmente aceitos pelo governo e pela sociedade. Em 2015, houve o sancionamento de uma lei específica para as empregadas domésticas, segundo a qual, a estabilidade financeira passava a ser obrigatória. Entretanto ainda existem empregadores que burlam a lei e não obedecem a todos os critérios que ela assegura.

Outro fator referente é a exposição realizada pela mídia com relação às empregadas domésticas. Em telenovelas, por exemplo, a figura da doméstica é fortemente vinculada a uma mulher negra, que utiliza uniforme adequado e aparece em cena apenas para servir, principalmente em novelas de época, que retratam a escravidão. Tal fator denota o registro histórico brasileiro, vinculado ao período de escravidão, no qual as aias eram exatamente dessa maneira. Além de manter viva a imagem da mulher escrava, essa constante lembrança contribui para o aumento e a perpetuação do racismo, assim como do posicionamento da mulher na sociedade. Atualmente, a novela *Malhação* conta com a protagonista jovem e negra, mas que é uma faxineira, ou seja, não houve preocupação em se acabar com o estereótipo.

Esperamos que, com a presente discussão, aspectos acerca dos estudos negros no Brasil possam ser desenvolvidos, levando em conta os aspectos que compõem os estudos negros, como o racismo e a história de formação negra no país. Também podemos obter a discussão acerca dos aspectos constituintes da sociedade feminina negra no Brasil, em vista dos estudos apresentados, como o orientalismo feminino ou a subjetividade, por exemplo.

Dessa maneira, a escrita da presente dissertação propõe contribuir para o enriquecimento desta análise ao cenário contemplado pela crítica literária, além de contribuir com a fortuna crítica da autora, oferecendo material de pesquisa para os possíveis interessados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, Aijaz. Teoria literária e “Literaturas do Terceiro Mundo”: alguns conceitos
In: _____. *Linhagens do Presente*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 53 – 82.

APPIAH, Kwame Anthony. Race. *In: LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas. Critical terms for literary study*. London: The University of Chicago Press, 1990. p. 274 – 287.

APPLEBAUM, Barbara. *Being White, being Good: White complicity, white moral responsibility, and social justice pedagogy*. Plymouth: Lexington Books, 2010.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Hellen. *Post-colonial studies: the key concepts*. 2 ed. Routledge: London and New York; 2007.

ASHCROFT, Bill. Resistance. *In: _____*. *Post-Colonial transformation*. London: Routledge, 2001. p. 18 – 44.

BERTENS, H. *Literary theory*. London: Routledge, 2001.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: Estratégias de leitura*. 2ª ed. Revista e ampliada. Maringá: EDUEM, 2012.

_____. org. *Multiculturalismo e diferença: Narrativas do sujeito na literatura negra Britânica e em outras literaturas*. Maringá, EDUEM, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHAPPELL, David. Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte das leis Jim Crow. *In: Revista Tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 13, n. 25, 2008, p. 64 – 97. disponível em: <<http://www.redalyc.org/article.oa?id=167013401004>>. Acesso em: 13/09/2015.

CORREA, Cláudia Maria Fernandes. Reflexos em um espelho de Ébano: A autobiografia afro-americana feminina durante o movimento pelos direitos civis. *In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEDEIROS, Dalva Helena de (Orgs.). Revista Educação e Linguagens*. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, v. 2, n. 3, 2013, p. 19 – 28. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/view/637>>. Acessado em: 10/01/2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGEMANN, Carlos. A escravidão como discurso. *In: MARQUESE, Rafael de Bivar. Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 199 – 204. disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n9/2237-101X-topoi-5-09-00199.pdf> >. Acesso em 10/02/2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra.* Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAQUERI, Rodrigo de Freitas. A voz do subalterno em A resposta, de Kathryn Stockett. *In: Cadernos de Pós-graduação em Letras.* São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2011. V. 11, n. 02. p. 23 – 31. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Letras/Cadernos_vol.11/Rodrigo_de_Freitas_Faqueri.pdf>. Acesso em: 02/09/2015.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Tradução de Ramayana Lira. *In: MALUF, Sônia Weidner; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.) Revista de Estudos Feministas.* Florianópolis: UFSC, v. 15, n. 2, 2007, p. 291 – 308. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200002> >. Acessado em: 10/01/2016.

GARCIA, Claire Oberon; YOUNG, Vershawn Ashanti, e PIMENTEL, Charise. *From Uncle Tom's Cabin to The Help: critical perspectives on white-authored narratives of black life.* New York: Palgrave Macmillan, 2014.

GRAY, Wood; HOFSTADTER, Richard. *Panorama da história dos Estados Unidos.* Embaixada dos Estados Unidos da América; 1970.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Traduzido por Tomaz Tadeu Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARLOW, Barbara. *Resistance literature.* New York: Methuen, 1987.

HARTIGAN JUNIOR, John. Who are these white people? “Rednecks,” “Hillbillies,” and “White trash” as marked racial subjects. *In: DOANE, Ashley; BONILLA-SILVA, Eduardo. White out: The continuing significance of racism.* New York and London: Routledge, 2003. p. 95 – 112.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “O passatempo do tempo passado”. *In: _____ . Poética do pós-modernismo: História, teoria, ficção.* Rio de Janeiro: Imago editora, 1991. p. 141 – 162.

KALOVA, Tereza. *The depiction of nanny-child relationships in Kathryn Stockett's The*

Help. Bachelor's diploma thesis. Masaryk University Faculty of Arts. Department of English and American Studies. 2013. Disponível em: <http://is.muni.cz/th/383812/ff_b/Tereza_Kalova_Major_Thesis.pdf>. Acessado em: 04/03/2015.

KARNAL, Leandro... [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao Século XXI*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LÁNÍČKOVÁ, Kateřina. *Black Female Slave Identities in the Antebellum South: Intersections of Race and Gender*. Master's Diploma Thesis. HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN. PHILOSOPHISCHE FAKULTÄT II INSTITUT FÜR ANGLISTIK UND AMERIKANISTIK. 2013. Disponível em: <<http://www.lanickova.com/downloads/Katerina-Lanickova-Master-Thesis.pdf>>. Acessado em: 20/04/2016.

LLOYD, Christopher. Bodies that (don't) matter: Regulating race on the toilet in Kathryn Stockett's *The Help*. In: *Studies in American fiction*. Vol. 43, Issue 2, 2016. p. 259-275. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/640081>>. Acessado em: 20/12/2016.

LURAGHI, Raimondo. *The rise and fall of the plantation south*. New York: New Viewpoints, 1978.

MACIEL, Adhemar Ferreira. O negro, a suprema corte e a emenda constitucional 13. *Revista Ajufe*, n. 45, p. 146 – 149, maio/jun. 1995. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/21731>>. Acesso em: 15/06/2016.

MEIBOM, Josephine. *From a novel to the exploration of social issues: The help by Kathryn Stockett*. Artigo de pesquisa. Gymnase Auguste Piccard.. Suíça. Out. 2014. Disponível em: <www.auguste-piccard.ch/pages/TM-PDF/TM2014Meibom.pdf>. Acessado em 10/06/2016.

MELO, Vanusa Maria de. *Aproveitando brechas: experiência com cinema em escolas prisionais do Rio de Janeiro*. 2014.139 f. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2014. Disponível em <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24107/24107.PDF>>. Acessado em: 05/06/2015.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (eds). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1991, p. 333 – 358. Disponível em: <http://weldd.org/sites/default/files/Mohanty_Under_Western_Eyes_240914.pdf>.

MORGAN, Edmund. *Esclavitud y libertad en los Estados Unidos: de la colonia a la independencia*. Traduzido por: Teresa Beatriz Arijón. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

PINTO, Tales dos Santos. *Plantation, um sistema de exploração colonial*. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/plantation.htm>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? *In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7 – 42. Disponível em <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acessado em: 10/01/2016.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

SCHIFFER, Molly A. Women of color and crime: A critical race theory perspective to address disparate prosecution. *In: Arizona law review*. Arizona: The University of Arizona / James E. Rogers College of Law, v. 56, n. 4, 2014, p. 1203 – 1225. Disponível em: <<http://arizonalawreview.org/pdf/56-4/56arizlrev1203.pdf>>. Acessado em: 05/02/2016.

SCHWARTZ, Christian; MACHADO, Aline; SAMPAIO, Noelle. Capas Cruzadas. Análise semiótica das capas antigas e nova do livro “A Resposta” mediada pela adaptação ao cinema com o filme “Histórias Cruzadas”. *In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação e XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Fortaleza: editora, 2012, p. 1 – 14.

SILVA, Fernanda Dorneles da. “Histórias cruzadas” e a movimentação social feminina negra pelos direitos civis nos EUA nas décadas de 1950 e 1960. Lajeado, Centro Universitário UNIVATES, junho de 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/839>>. Acessado em: 10/03/2016.

SILVA, Francisco Thiago. “The Help”: Um grito de socorro pela igualdade racial. *In: Revista Brasileira de Educação e Cultura*. São Gotardo: Centro de Ensino Superior de São Gotardo, v. 1, n. 5, 2012, p. 32-36. Disponível em: <<http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura>>. Acessado em: 10/02/2016.

SILVA, Pâmela Moraes. M.; ELIAS JUNIOR, Wandercairo. Ações afirmativas no Brasil e EUA. *In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais – Examãpaku*. Roraima: UFRR, v. 6, n. 2, 2013, p. 1 – 14. Disponível em: <<http://www.revista.ufr.br/examapaku/article/view/2019>>. Acessado em: 20/01/2016.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. vol II. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SOLLORS, Werner. Ethnicity. *In: LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas. Critical terms for literary study*. London: The University of Chicago Press, 1990. p. 288 – 305.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana / Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 217 – 313.

STAMPLER, Julia S. *Female Characters as Role Models in Young Adult Literature*. (2012). 29f. Dissertação (Mestrado em Literatura). University of Tennessee Honors Thesis Projects. Knoxville: University of Tennessee, 2012. Disponível em <http://trace.tennessee.edu/utk_chanhonoproj/1526 >. Acesso em: 10/02/2016.

STOCKETT, Kathryn. *A resposta*. Tradução de Caroline Chang. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. *The help*. London and New York: Penguin books, 2010.

STROTHER-ADAMS, Pearlie. “Savior,” Good Mother, Jezebel, Tom, Trickster: The blind side myth. In: GARCIA, Claire Oberon; YOUNG, Vershawn Ashanti, e PIMENTEL, Charise. *From Uncle Tom’s Cabin to The Help: critical perspectives on white-authored narratives of black life*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 171 – 196.

THOMPSON, Katrina Dyonne. “Taking care of white babies, that’s what I do”: The Help an americans’ obsession with the Mammy. In: GARCIA, Claire Oberon; YOUNG, Vershawn Ashanti, e PIMENTEL, Charise. *From Uncle Tom’s Cabin to The Help: critical perspectives on white-authored narratives of black life*. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 57 – 72.

WOODWARD, C. Vann. *The strange career of Jim Crow*. Ed. Comemorativa. New York: Oxford University Press, 2002.

ANEXO I – Artigos sobre *A resposta*

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
1	Kathryn Stockett Needs Help	Duchess Harris	Artigo	Relações Raciais	The Huffington Post	2011
2	To All Who Loved The Help And To Those Who Found It Problematic	Linda A. Bell	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
3	Helped: A Personal, Multi-Racial, Undignified, Non-Redemption Story	Moira K. Amado-Mccoy	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
4	Kathryn Stockett Is Not My Sister And I Am Not Her Help	Duchess Harris	Artigo	Relações Raciais / Feminismo Negro	Jenda: A Journal Of Culture Of African Women Studies	2011
5	The Help Fizzles As Historical Fiction (Book Review)	Jannifer Mcadoo	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
6	On Not Accepting The Terms In Which The Exploitation Takes Place	Ellen Moody	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
7	Eudora Welty's Jackson: 'The Help' In Context	W. Ralph Eubanks	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
8	The Help Leaves Her Longing For A More Authentic Story	Duchess Harris	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
9	African-American Domestic In Defense Of Themselves	Vanessa H. May	Artigo	Relações Raciais / Estudos Afro-Americanos	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
10	How To Make	Lasana	Artigo	Relações Raciais /	Jenda: A Journal	2011

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
	Mammies And Influence People	Kazembe		Ideologias Da Mammy	Of Culture And African Women Studies	
11	"I Just Made Shit Up!" Kathryn Stockett And The Story Behind 'The Help'	Shydel James	Artigo	Relações Raciais / Revisão Histórica	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
12	The Solace Of Preparing Fried Foods And Other Quaint Remembrances From 1960s Mississippi: Thoughts On The Help	Roxane Gay	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
13	Editorial: Issues Of Our Time On The Help	Nkiru Nzegwu	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
14	Black Women As 'Domestic Workers' In Academia: Or On How We Became The Help	Julia S. Jordan-Zachery	Artigo	Relações Raciais / Ideologias De Pessoas Negras	Ncobps 43rd Meeting Paper	2011
15	Whiteness And White Guilt In The Re-Imaging Of The Civil Rights Era In The Help	Janell Hobson	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
16	Reading The Help	Susannah Bartlow	Artigo	Revisão Histórica	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
17	The Help And The Voices Of African American Women	Rebecca Sharpless	Artigo	Relações Raciais / Feminismo Negro	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
18	Where The Help Is: A	Rosa Maria	Artigo	Relações Raciais /	Jenda: A Journal	2011

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
	Latina Perspective On Hollywood	Pegueros		Adaptações Fílmicas	Of Culture And African Women Studies	
19	'The Help' And White Female Identity	Stephanie M. Crumpton	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
20	The Spectrum Of 'Elite White Southern Women': Responding To The Help	Trysh A. Travis	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
21	The Help Promises Drama, But Delivers One Liner!	Jannifer Mcadoo	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies.	2011
22	The Help, A Feel-Good Movie For White People	Valerie Boyd	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
23	Chocolate Breast Milk: A Review Of The Help	Honoree Fanonne Jeffers	Artigo	Relações Raciais / Feminismo Negro	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
24	More Slavery At The South	A Negro Nurse	Artigo	Relações Raciais	Jenda: A Journal Of Culture And African Women Studies	2011
25	Justice For The Poor: The Help And Its Competing Political Theologies	W.J. Moussa Foster	Artigo	Relações Raciais / Relações De Classe	Ncobps 43rd Meeting Paper	2011
26	Flipping The Script On A Popular, Problematic Work: The Help, The White Racial Frame, And Racial Justice Education	Pamela Cook	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Ncobps 43rd Meeting Paper	2011

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
27	A Voz Do Subalterno Em A Resposta, De Kathryn Stockett	Rodrigo De Freitas Faqueri	Artigo	Relações Raciais / Feminismo / Relações De Classe	Cadernos De Pós-Graduação Em Letra - Universidade P. Mackenzie	2011
28	Dirty South: The Help And The Problem Of Black Bodies	Foster-Singleton, Tikenya	Artigo	Relações Raciais / Feminismo Negro	Southern Quarterly	2012
29	The real help	Mary Romero	Artigo	Relações De Classe	Context	2012
30	Capas Cruzadas: Análise Semiótica Das Capas Antiga E Nova Do Livro “A Resposta” Mediada Pela Adaptação Ao Cinema Com O Filme “Histórias Cruzadas”	Aline Machado; Noelle Sampaio; Christian Schwartz	Artigo	Adaptações Fílmicas / Leituras Semióticas	Intercom – Sociedade Brasileira De Estudos Interdisciplinares Da Comunicação, XXXV Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação	2012
31	“The Help”: Um Grito De Socorro Pela Igualdade Racial	Francisco Thiago Silva	Artigo	Relações Raciais / Relações Negras	Revista Brasileira De Educação E Cultura	2012
32	The Help, The Helped, The Helpless: Relationships And Lessons Learned In Kathryn Stockett's The Help	Ifeanyi, Uju	Artigo	Relações Raciais / Relações De Classe	National Association Of African American Studies	2012
33	Neo-Segregation Narratives: Jim Crow In Post-Civil Rights American Literature	Heidi E. Bollinger	Artigo	Relações Raciais / Crítica Literária	Callaloo	2012
34	Book Review: Is There Any Help For The Help?	Lynn Pifer	Artigo	Relações Raciais / Relações De Classe	Making Connections: Interdisciplinary Approaches To Cultural Diversity	2012
35	Poop, Pie, & Politics	Stephanie	Artigo	Relações Raciais /	Word And Text A	2013

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
	In The Help: Rescuing The (Literary) Body From Political Obsolescence	Rountree		Relações Políticas	Journal Of Literary Studies And Linguistics	
36	The Power Of The Oppressed	Jesse N. Valdez	Artigo	Relações Raciais / Relações De Classe	Psyccritiques	2013
37	Considering Social Divisiveness: Offensive Communication, Historical Fiction, And the Help	Pat Arneson	Artigo	Relações Raciais / Análise Histórica	Journal First Amendment Studies	2013
38	Writing the Help: The Oblique And Not-So- Oblique Narratives Of Eudora Welty, Ellen Douglas, Norma Watkins, And Kathryn Stockett	Mae Miller Claxton	Artigo	Relações Raciais / Análise Literária	Eudora Welty Review	2013
39	“We Ain’t Doin’ Civil Rights”: The Life And Times Of A Genre, As Told In the Help	Allison Graham	Artigo	Relações Raciais / Relações Políticas	Southern Cultures	2014
40	“A Stake In The Story”: Kathryn Stockett’s the Help, Ellen Douglas’s can’t Quit You, Baby, And The Politics Of Southern Storytelling	Susan V. Donaldson	Artigo	Relações Raciais / Relações Políticas	Southern Cultures	2014
41	The Divided Reception Of the Help	Suzanne W. Jones	Artigo	Análise Literária	Southern Cultures	2014
42	From A Novel To The Exploration Of Social Issues: The Help By Kathryn Stockett	Josephine Meibom	Artigo	Relações Raciais / Relações Sociais	Gymnase Auguste Piccard	2014

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
43	Black Women's Memories And the Help	Valerie Smith	Artigo	Relações Raciais / Feminismo Negro	Southern Cultures	2014
44	Kathryn Stockett's Postmodern First Novel	Pearl Mchaney	Artigo	Relações Raciais / Análise Literária	Southern Cultures	2014
45	Every Child Left Behind: The Many Invisible Children In the Help	Kimberly Wallace-Sanders	Artigo	Relações Raciais	Southern Cultures	2014
46	Kathryn Stockett's the Help: A Memoir	H. Gaston Hall	Artigo	Relações Raciais / Análise Histórica	Sewanee Review	2014
47	La Lucha Por Los Derechos De La Mujer Afroamericana En La Sociedad De Los Sesenta : Hollywood Toma Conciencia En "Criadas Y Señoras"	Durán Manso, Valeriano	Artigo	Relações Raciais / Análise Histórica / Adaptação filmica	Pliegos De Informacion	2014
48	A Oralidade No Texto Escrito: A Resposta, Kathryn Stockett Em Foco	Sandro Luis da Silva	Artigo	Análise Histórica	Revista: Todas As Musas	2014
49	Postcoloniality In Kathryn Stockett's Novel, The Help	Hawasi, Nabiya Rizki Meida	Artigo	Relações Raciais	Prosiding Pesat (Psikologi, Ekonomi, Sastra, Arsitektur & Teknik Sipil) Universitas Gunadarma	2015
50	Problematic Representations Of Strategic Whiteness And "Post-racial" Pedagogy: A Critical Intercultural Reading Of the Help	Rachel Alicia Griffin	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Journal Of International And Intercultural Communication	2015

N ^o	Título	Autor	Tipo	Tema / Tópico	Local	Ano
51	“Nice White Ladies Don’t Go Around Barefoot”: Racing The White Subjects Of The Help	Marie-Alix Thouaille	Artigo	Relações Raciais / Whiteness	Alphaville: Journal Of Film And Screen Media	2015
52	Ain't Nothing Like The Real Thing: Dialect, Race, And Identity In Stockett's Novel the Help	Constance Ruzich, Julie Blake	Artigo	Relações Raciais / Análise Literária / Identidade	The Journal Of Popular Culture	2015
53	Bodies That (Don't) Matter: Regulating Race On The Toilet In Kathryn Stockett's the Help	Christopher Lloyd	Artigo	Relações Raciais / Feminismo Negro	Studies In American Fiction	2016

ANEXO II – Teses e dissertações sobre *A resposta*

N	Título	Autor	Tipo	Tema	País	Local	Ano
1	The representation of racial discrimination in the help novel by Kathryn Stockett	Maya Danastri Suastifa	Tese de doutorado	Relações raciais / Análise histórica	Romênia	Word and text a journal of literary studies and linguistics	2012
2	Double consciousness in the help: an analysis of black's perception of black	Arifin W, Chandra	Tese de doutorado	Relações raciais / Análise histórica	Indonésia	Satya Wacana Christian University	2013
3	Non-standard English varieties in literary translation: The help by Kathryn Stockett	Petra Sládková	Dissertação de mestrado	Relações raciais / Tradução / Análise literária	República Checa	Masaryk University Faculty of Arts	2013
4	The depiction of nanny-child relationships in Kathryn Stockett's "The help"	Tereza Kalová	Dissertação de mestrado	Relações raciais / Relações de classe / Feminismo negro	República Checa	Masaryk University Faculty of Arts	2013
5	Black Female Slave Identities in the Antebellum South:	Kateřina Láníčková.	Master's Diploma Thesis.	Relações raciais / Identidades / Gênero	Berlim	Intersections of Race and Gender. HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN.	2013.
6	Traveling toward empathy: an analysis of mothers and	Garner, Catherine B.	Tese de doutorado	Relações raciais / Relações de classe /	Estados Unidos	University of Illinois at Chicago	2014

N	Título	Autor	Tipo	Tema	País	Local	Ano
	nannies in U.S. Literature post 1985			Feminismo negro			
7	Aproveitando brechas: Experiência com cinema em escolas prisionais do rio de janeiro	Vanusa Maria de Melo	Dissertação de mestrado	Relações raciais / Adaptação filmica	Brasil	Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2014
8	Forwarding literary dialect to voice the oppressed in Kathryn Stockett's "The help"	Houda Kambouche	Dissertação de mestrado	Relações raciais / Relações de classe / Feminismo negro	Argélia	University of Tlemcen Faculty of Letters and Languages	2014/2015
9	"Histórias cruzadas" e a movimentação social feminina negra pelos direitos civis nos EUA nas décadas de 1950 e 1960	Fernanda Dorneles da Silva	Monografia – graduação	Relações raciais / Análise histórica	Brasil	Centro Universitário Univates	2015
10	The representation of three characters in the help : - a patronising highlighting of black people	Frida Eriksson	TCC – bacharelado	Relações raciais / Relações de classe / Feminismo negro / Identidade	Inglaterra	Linnaeus University, Faculty of Arts and Humanities, Department of Languages.	2015
11	Racial discrimination as seen in Kathryn Stockett's The help	Amalia Putri Maurilla	Tese de doutorado	Relações raciais	Indonésia	Universitas Gadjah Mada	2015
12	Breaking the	Wong	Tese de	Relações	Cuba	University of	2015

N	Título	Autor	Tipo	Tema	País	Local	Ano
	status quo in the novel the help	Méndez, Ariadna	doutorado	raciais / Relações de classe		Havana	
13	Characteristics of african-american literature in Kathryn Stockett 's the help and Alice Walker's the color purple	Greve, Nina Louise	Dissertação de mestrado	Relações raciais / Relações de classe / Feminismo negro / Análise histórica	Espanha	Universidad de Alicante. Facultad de filosofía y letras	2016
14	The black maid's voice in Kathryn Stockett's the help	Hutagalung, Manguhall Parsaulian	TCC – graduação	Relações raciais / Relações de classe / Feminismo negro	Indonésia	Universitas Negeri Medan	2016
15	Crossing the divide: voice and representation of african americans: Kathryn Stockett and Harper Lee: - I understand the weight of history but can i be your sister?	Munevver Atmaca	Dissertação de mestrado	Relações raciais / Relações de classe / Feminismo negro / Análise histórica	Suécia	Södertörn University, School of Culture and Education.	2016

ANEXO III – Livros teóricos sobre *A resposta*

N	Título	Autores	Tipo	Tema	Local	Ano
1	From Uncle's Tom Cabin To The Help: Critical Perspectives On White-Authored Narratives Of Black Life	Garcia, Claire Oberon; Young, Vershawn Ashanti; Pimentel, Charise.	Livro	Análise Crítica Da Obra	Palgrave Macmillan	2014
2	Writing 21st Century Fiction: High Impact Techniques For Exceptional Storytelling.	Donald Maass	Livro	Análise Crítica Da Obra	Writers Digest Books	2012
3	Identities On The Move: Contemporary Representations Of New Sexualities And Gender Identities	Silvia Pilar Castro-Borrego, Maria Isabel Romero-Ruiz	Livro	Análise Crítica Da Obra	Lexington Books	2015
4	11th Conference On British And American Studies: Embracing Multitudes Of Meaning	Marinela Burada, Oana Tatu, Raluca Sinu	Livro	Análise Crítica Da Obra	Cambridge Scholars Publishing	2015
5	Like One Of The Family: Domestic Workers, Race, And In/Visibility In The Help	Fiona Mills	Livro	Análise Crítica Da Obra	Cambridge Scholars Publishing	2016